

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Mestrado em História Social

**Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação
Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em**

O Imparcial

(1933-1937)

**Dissertação de Mestrado
apresentada para obtenção de
grau de mestre em História Social,
da Universidade Federal da Bahia.**

Laís Mônica Reis Ferreira

Orientador – Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

Salvador-Ba

Janeiro de 2006

*Para: Graça, Léa, Fábio, Lívia
e Mary pela dedicação,
paciência e carinho.*

AGRADECIMENTOS:

Ao longo da realização da pesquisa, que se materializa nesta dissertação, pude contar com a colaboração de diversas pessoas. No início da pesquisa, quando começava a tomar contato com a bibliografia sobre o integralismo, tive a ajuda dos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Agradeço especialmente a Marina pela presteza e atenção com que atendia não apenas a mim, mas todos aqueles que precisavam de seus serviços.

Obrigado a D. Lígia, funcionária do Museu da Imprensa, com sua valiosa ajuda pude localizar uma rara edição do jornal A Província. Agradeço também aos demais funcionários da Biblioteca da Associação Bahiana de Imprensa-ABI, bem como aos funcionários da Seção de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, onde passei vários meses copiando e fotografando as matérias de O Imparcial e outros jornais. Obrigado aos colegas da graduação e do mestrado pelo estímulo.

E meu muitíssimo obrigado aos professores Lina Maria Brandão Aras e Antonio Luigi Nigro pelas sugestões, críticas e pelas palavras de incentivo que me deram forças para superar os obstáculos e acreditar em mim mesma. Agradeço, especialmente, ao Prof. Dr. Miniz G. Ferreira, meu orientador. Enfim, agradeço a todos aqueles que colaboram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	13
1. <i>O Integralismo nas Ciências Humanas</i>	13
2. <i>Integralismo: origem e características</i>	21
3. <i>Integralismo na Bahia</i>	23
CAPÍTULO I: <i>Imprensa e integralismo</i>	34
1.1 <i>Imprensa e integralismo</i>	34
1.2 <i>O embate social no campo jornalístico</i>	35
1.2.1 <i>A imprensa baiana do início do século XX</i>	36
CAPÍTULO II: <i>As guardiãs do lar e da pátria: a mulher no movimento integralista</i>	66
CAPÍTULO III: <i>O discurso de O Imparcial sobre as ações educacionais e assistenciais da AIB na Bahia</i>	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
ANEXOS	127

RESUMO

Esta dissertação se propõe analisar o discurso do jornal O Imparcial sobre as ações educacionais e assistências, promovidas pela Ação Integralista Brasileira na Bahia, sendo que as mulheres integralistas estavam á frente da maior parte dessas ações. Um dos mais importantes jornais da grande imprensa baiana, O Imparcial, realizou intensa propaganda do integralismo entre os anos de 1934 a 1937, estando presentes em sua direção e corpo de redatores alguns dos principais líderes integralistas no estado. Através dessa propaganda se revelaram as estratégias de expansão do movimento integralista na Bahia.

Palavras chaves: Integralismo, Imprensa, Educação, Assistência Social, Mulher

ABSTRACT

This essay intends to analyze the discourse of the newspaper “O Imparcial” about the educational and assistential actions, promoted by the Ação Integralista Brasileira’ in Bahia, having the leadership of the ‘integralist’ women for most part of these actions. The ‘Imparcial’, which was one of the most important newspapers in Bahia, made an intense ‘integralist’ publicity between the years of 1934 and 1937, having among its direction and body of writers some of the most prominent leaders of the ‘integralist movement’ in the state. Through this publicity, the strategies for the expansion of this movement in Bahia were revealed.

Key words: ‘integralism’, press, education, social assistance, woman

APRESENTAÇÃO

A principal razão que nos estimulou a desenvolver esta pesquisa consiste na ausência de estudos que abordassem a trajetória do integralismo na Bahia como tema central, haja vista que estudos foram realizados sobre a experiência integralista em outros estados do Nordeste. Havia a necessidade de atentarmos para dois fatores: primeiro, o posicionamento da imprensa local frente ao contexto político-ideológico dos anos trinta; e, segundo, a relevância da atuação da A.I.B. junto às camadas populares através das ações educacionais e assistenciais que realizava. Essas ações muitas vezes eram realizadas pelas mulheres, revelando a importância da participação feminina no movimento integralista. Esses fatores nos instigaram a realizar essa pesquisa. Assim, esta dissertação pretende contribuir na reconstituição da trajetória do movimento integralista na Bahia e, conseqüentemente, da História da Bahia Contemporânea. E concomitantemente, suscitar em outros pesquisadores o interesse em realizar novos estudos sobre o tema.

O presente trabalho pretende evidenciar como as ações educacionais e assistenciais realizadas pela Ação Integralista Brasileira na Bahia foram tratadas no discurso do jornal *O Imparcial* entre os anos de 1934 a 1937 e, assim, compreender como esse discurso, imbuído da propaganda integralista, revela interesses, contradições e resistências no processo de expansão do movimento.

Deste modo, esta dissertação se divide em três capítulos. No primeiro, discutiremos o posicionamento da imprensa local e, principalmente, do jornal *O Imparcial* perante o movimento integralista na Bahia. Visando compreender melhor esse posicionamento do matutino, dividimos a sua trajetória em duas fases, a primeira pró-integralista, quando o jornal fez aberta propaganda integralista principalmente entre os anos de 1934 a 1937. Nesta fase, estava á frente da sua direção o jornalista e chefe do Departamento Provincial de Propaganda da AIB-BA Victor Hugo Aranha, sob a complacência do proprietário, o político e industrial Álvaro Martins Catarino. A segunda fase teve início anos quarenta após a compra do jornal pelo Coronel Franklin Lins de Albuquerque, estando seu filho o jornalista e escritor Wilson Lins no comando da redação. A partir de

então, Wilson Lins transformou *O Imparcial* num poderoso instrumento político, comandando uma feroz campanha anti-integralista.

No segundo capítulo, procuramos traçar um perfil da mulher integralista, e, em especial, das integralistas baianas demonstrando como seus valores e conduta se apresentavam como contraponto às mudanças no comportamento feminino que se processavam desde o início do século. Procuramos analisar o papel que era destinado a essas mulheres na Ação Integralista e a importância dessa participação feminina no processo de expansão do movimento.

E no terceiro capítulo, nos dedicamos a análise do discurso de *O Imparcial* sobre as ações assistenciais e educacionais realizadas pela AIB-BA, utilizando artigos, reportagens e outras matérias publicadas durante sua fase pró-integralista. Procuramos explicitar como esse discurso revelava as estratégias do movimento no processo de expansão, visando atingir as camadas populares.

Considerações Metodológicas

Tendo em vista que trabalharíamos com o discurso jornalístico, nos voltamos para o levantamento das fontes primárias, ou seja, realizamos uma extensa consulta à coleção do jornal *O Imparcial* entre os anos de 1933 a 1945, que se encontra depositada no setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia-BPEB, em razoável estado de conservação. Desta coleção selecionamos 208 edições para a produção deste trabalho. Foram reproduzidas através do método tradicional de cópia manual, 149 matérias e outras 437 foram fotografadas, totalizando 586 matérias.

Além de *O Imparcial*, outros jornais foram consultados dentro deste período, e tiveram um certo número de matérias fotografadas como: *A Tarde* (35), *Estado da Bahia* (65), *Diário da Bahia* (18), *Diário de Notícias* (42) e *O Momento* (2)¹. Outra valiosa fonte

¹ Órgão de imprensa do Partido Comunista editado nos anos 40.

jornalística foi o jornal integralista *A Província*, cuja única edição de 28/02/1935 integra o acervo do Museu da Imprensa, localizado na Associação Baiana de Imprensa-ABI.

Além dos jornais, que representaram quase a totalidade de periódicos consultados, também revistas foram pesquisadas entre as quais: *Revista da Bahia*, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, *Revista da Academia de Letras da Bahia*, destacando-se esta última publicação cujo conteúdo apresentava textos de ex-lideranças da AIB-BA tais como: Oldegar Vieira² e Rubem Nogueira³, ambos membros da *Academia de Letras da Bahia*.

Paralela a consulta dos jornais, nos dedicamos às fontes secundárias. Localizamos no Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB pouquíssimos documentos referentes as atividades integralistas na Bahia. Sobre a documentação produzida pela AIB na Bahia, segundo informações de *O Imparcial* em edição de 15/11/1937, teria sido apreendida pela polícia nos arquivos da sede do núcleo provincial da AIB-BA em setembro de 1936, tendo sido devolvida por decisão do Delegado Auxiliar durante governo do interventor federal cel. Antonio Fernandes Dantas, que substituiu Juracy Magalhães na chefia do governo estadual, logo após o golpe do Estado Novo (*O Imparcial*, edição n. 2223, 15 nov. 1937, p.8). É possível que parte dessa documentação tenha sido destruída pelos próprios militantes e ex-militantes em momentos de intensa repressão contra o movimento, como em 1936 quando as sedes foram fechadas, e nos anos quarenta, durante a Segunda Guerra Mundial, nesta época a imprensa local noticiou a ocorrência de diligências policiais em residências de ex-militantes integralistas acusados de colaboração com os países do Eixo.

Apesar disso, temos informações sobre a existência de documentação referentes as atividades da Ação Integralista na Bahia pertencentes a Delegacia de Ordem Pública e Social –DOPS, depositados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro- APERJ e de processos movidos pelo Tribunal de Segurança Nacional contra integralistas baianos localizados no Arquivo Nacional-AN.

² Advogado e escritor.

³ Advogado, professor, escritor e jornalista. Nos anos trinta trabalhou nos jornais *O Imparcial* e *Diário de Notícias*.

É também de grande importância a documentação referente ao integralismo que compõe o acervo do ex-governador Juracy Magalhães depositado no Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Infelizmente, não nos foi possível consultar essa documentação, devido à extrema limitação financeira que nos acompanhou ao longo deste trabalho de pesquisa, pois não obtivemos qualquer tipo de financiamento de pesquisa que viabilizasse essa consulta, uma vez que referidos os arquivos acima referidos se encontram na cidade do Rio de Janeiro, o que exigiria despesas necessárias à permanência naquela cidade e reprodução da documentação que seria selecionada para utilização na pesquisa.

Localizamos, ainda, exemplares de jornais integralistas editados na Bahia no Arquivo Municipal de Rio Claro, em São Paulo, havendo a possibilidade de existir neste arquivo outras fontes referentes ao integralismo na Bahia. Cogitamos ainda, a existência de documentos no Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular-CD-AIB/PRP, localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Quanto à documentação sobre *O Imparcial*, localizamos no APEB alguns registros. Na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, cujo “arquivo”, precisa de urgente organização, e apesar de insistentes buscas, não foram encontradas as atas de assembleias de acionistas da empresa proprietária desse órgão de imprensa, o que vem confirmar a observação de José Wellington Santos, estudioso da grande imprensa na Bahia sobre a pouquíssima documentação existente sobre *O Imparcial*.

Do conjunto da bibliografia, cuja leitura foi iniciada ao término da graduação, destacamos alguns estudos, começando pelo clássico sobre a AIB; *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, do cientista político Hélgio Trindade, outros estudos analíticos da ideologia integralista foram igualmente importantes.

Foram valiosos dois trabalhos acadêmicos que abordaram o integralismo na Bahia, o primeiro *Poder & representação: O Legislativo da Bahia na Segunda República (1930-1937)*, de Consuelo Novais Sampaio relata resumidamente a trajetória da AIB-BA. A tese de doutorado *A Bahia de Todos os Trabalhadores: Classe, Operária e Política*

(1930-1942), de José Raimundo Fontes aborda a relação entre o integralismo e o operariado baiano.

Dentre os estudos de caráter teórico sobre imprensa, ressaltamos as análises contidas nas obras de Ciro Marcondes Filho. Visando nos inteirar quanto a propaganda política e o imaginário anti-comunista dedicamos atenção aos estudos de Jean-Marie Domenach e Eliana Dutra.

Objetivando reconstituir a trajetória de *O Imparcial* e pesquisarmos a história da imprensa na Bahia nas décadas de trinta e quarenta, foram imprescindíveis as dissertações de mestrado de: José Welinton dos Santos; de Petilda Vasquez e de José Carlos Peixoto Jr, além do livro de memórias de Wilson Lins, ex-diretor do jornal.

Dentre os trabalhos fundamentais na elaboração dessa dissertação temos o estudo *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)*, de Rosa Cavallari, em que analisa as estratégias de doutrinação da Ação Integralista Brasileira -AIB. Foram de enorme relevância os capítulos relativos à participação da mulher na AIB e sobre a imprensa integralista. E *A política cultural das mulheres integralistas entre as mulheres pobres e trabalhadoras do estado de Pernambuco*, de Giselda Brito da Silva sobre atuação das militantes integralistas pernambucanas.

Além desses estudos que tratam da mulher integralista, tivemos a oportunidade de consultarmos a obra *A Mulher no Século XX*, de Plínio Salgado. De outra fonte impressa *Enciclopédia do Integralismo*, consultamos alguns volumes que compõem o acervo da biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH/ UFBA. Essa Enciclopédia está incompleta e, por esse motivo, não foi possível consultarmos o volume que trata da educação e das funções da mulher na AIB. Apesar dos nossos esforços de busca, esse volume não foi localizado em outras bibliotecas.

As memórias e biografias foram de suma importância em nosso trabalho, perante a ausência de estudos sobre a AIB-BA e a escassez de documentos existentes no APEB. Destacamos os dois trabalhos de caráter biográfico sobre o ex-governador do estado Juracy Magalhães, e, ainda, as memórias dos ex-militantes da AIB-BA: Rubem

Nogueira, Lúcia Guedes Mello e Maria Cândida Galdenzi. As memórias do ex-militante do Partido Comunista João Falcão foram igualmente relevantes.

No processo de realização da pesquisa investimos em outra frente, as fontes orais. Inicialmente, prevíamos a realização de, ao menos, cinco entrevistas com ex-militantes da AIB-BA. Ao realizarmos contatos com ex-militantes, ressaltamos a importância que seus depoimentos teriam para a pesquisa, mas quase todos se recusaram a fornecer um depoimento gravado. Essa atitude revela a dificuldade dessas pessoas em tratar de um assunto complexo, controverso e ainda envolto em mistificações como o integralismo. Consideramos compreensível a decisão desses ex-militantes em não fornecerem seus depoimentos. Por outro lado fomos recompensados pelo depoimento de Lúcia Guedes Mello, que pertenceu à juventude integralista quando adolescente, seu depoimento e livro de memórias se constituíram em valiosas contribuições.

Tendo por objeto o discurso jornalístico produzido por *O Imparcial* em relação às ações educacionais e assistências da Ação Integralista Brasileira na Bahia, consideramos a análise de discurso como o instrumento metodológico mais apropriado. Aceitamos as considerações de Eni Orlandi, sobre o discurso que consiste num “*objeto sócio-histórico e ainda que a ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjuntura língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. E é isto que podemos observar quando temos o objeto discurso como lugar específico em que se pode apreender o modo como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua*” (ORLANDI, 2000, p. 97). Assim, compartilhamos o entendimento de que o texto jornalístico, como portador de ideologia, não se restringe a transmissão pura dos fatos registrados cotidianamente. Portanto, pretendemos compreender a intencionalidade do discurso, contextualizando-o com o universo histórico e social no qual foi produzido.

Escolhemos o período entre 1933 a 1937 que abrange o período de existência legal da AIB na Bahia, bem como a fase pró-integralista de *O Imparcial*. Porém, necessitamos no primeiro capítulo, estender esse marco cronológico ao abordarmos a trajetória de *O Imparcial* nos anos quarenta.

INTRODUÇÃO

1. O Integralismo nas Ciências Humanas

O integralismo se tornou tema de discussão nas Ciências Humanas; cientistas políticos, filósofos e historiadores se debruçaram sobre esse fenômeno político e cultural nas últimas três décadas. Apresentaremos, sucintamente, alguns dos estudos mais representativos, dividindo-os em duas fases: a primeira ocorrida nos anos setenta, caracterizada pelas pesquisas que se concentraram na análise da ideologia integralista; e a segunda fase, nos anos noventa, quando surgiu uma nova leva de pesquisas sobre o integralismo, trazendo novos temas e abordagens metodológicas. Desta última fase, destacaremos dois estudos que seguem a linha de História Regional.

As pesquisas que se enquadram nesta primeira fase surgiram do interesse dos pesquisadores pelas ideologias de direita, influenciados pela atmosfera autoritária resultante do recrudescimento da ditadura militar nos anos setenta. Entre os estudos produzidos nesse período, destacaremos os seguintes: *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* (1974), de Hélió Trindade; *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo hiper tardio* (1978), de José Chasin; *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira* (1978), de Marilena Chauí e *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*, de Gilberto Vasconcelos (1979).

Iniciando os estudos sobre o integralismo, Hélió Trindade analisou a origem, a formação e natureza ideológica da Ação Integralista Brasileira, mesclando as metodologias histográfica e sociológica. A tese *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* se divide em três partes: a primeira, *A emergência do Chefe*, nesta analisa as transformações nos campos político, econômico e social brasileiro dos anos vinte e, neste contexto, a formação intelectual e política de Plínio Salgado, buscando compreender o processo de formação ideológica do futuro chefe da Ação Integralista. Assim, Trindade dispensou especial atenção à produção literária de Salgado, especialmente aos romances sociais: *O estrangeiro* (1926), *O Esperado* (1931) e *O*

Cavaleiro de Itararé (1933). Plínio Salgado que participou como escritor do movimento modernista destacou-se na formação do grupo nacionalista Anta. Trindade detecta na formação ideológica de Plínio Salgado uma acentuada influência modernista.

Os fatores que resultaram na formação da Ação Integralista entre os anos de 1930 e 1932 são tratados na segunda parte, *Gênese da Ideologia*. O cenário político internacional, especialmente o europeu, toma nova configuração com a ascensão do fascismo, repercutindo no pensamento político nacional. Neste momento, Plínio Salgado toma contato com o fascismo e;

Desiludido com o partido ao qual pertencia [Partido Republicano Paulista - PRP], Salgado medita sobre a política brasileira à luz da experiência europeia da época. Neste período, a idéia fascista se insinua de forma explícita em seu espírito (TRINDADE, 1978, p. 73).

Atuando no jornalismo político, Plínio Salgado começava a esboçar em artigos a ideologia integralista,

Constata-se que as principais dimensões da ideologia integralista já estão presentes, ainda que de uma forma genérica e, algumas vezes, imprecisa. Alguns temas tais como o antiliberalismo e o nacionalismo, estão bem definidos, enquanto outros permanecem num nível intuitivo e vago, como, por exemplo, a organização do Estado (TRINDADE, 1978, p. 86).

Na terceira parte, *Natureza do Movimento*, Trindade analisa a composição social da AIB, a formação da estrutura-organizacional e a ideologia do movimento, utilizando entrevistas semidiretivas e questionários aplicados aos ex-militantes integralistas. O autor considera que o integralismo não representou uma mera imitação do fascismo europeu, mas reconhece a influência fascista na ideologia integralista,

Não pretendemos afirmar que o integralismo tenha sido exclusivamente fruto de um mimetismo ideológico (a tradição do pensamento político autoritário brasileiro contribuiu também decisivamente para a formação da doutrina), mas a influência do fascismo europeu foi, sem dúvida crucial na configuração da A.I.B. enquanto movimento político. (...) o estudo da Ação Integralista nos leva a concluir que os aspectos centrais e sua ideologia, a

forma de organização altamente hierarquizada, o estilo carismático e autocrático do poder do Chefe e, inclusive, os rituais do movimento não se podem explicar sem a influencia do modelo europeu de referencia externa (TRINDADE, 1978, p. 278).

Em ensaio, CHAUI (1978), parte do pressuposto de que para fazer uma análise do integralismo, é necessário revisar a historiografia brasileira referente aos anos de 20 e 30. A autora concentra sua crítica no fato de que os trabalhos produzidos, ainda que se diferenciasssem em certos aspectos metodológicos, se igualavam num ponto, *o arcabouço conceitual empregado é quase sempre o mesmo* cujos traços seriam: 1) *a ausência de uma burguesia constituída (...); 2) a ausência de uma classe operária madura autônoma e organizada(...); 3) presença de uma classe média urbana de difícil definição histórico-sociológica, mas caracterizada por uma ideologia e por uma prática heterônomas e ambíguas(...); 4) a atribuição ao Estado do papel de principal agente histórico, promovedor do desenvolvimento atrasado ou tardio do capitalismo no país, resultante do 'vazio' deixado pela ausência das classes burguesa e operária; 5) E que a classe operária teria se desviado da sua tarefa histórica; 6) no que concerne à formação das ideologias, o quadro anterior revela que nenhuma das classes pode produzir uma ideologia propriamente dita, isto é, um sistema de representações e de normas particular e dotado de aparente universalidade capaz de impô-la à sociedade (...). Assim sendo, torna-se inevitável que o ideário liberal, o ideário autoritário e o ideário revolucionário sejam importados e adequados às condições locais, resultando disso, que no Brasil, as idéias estejam fora do lugar (CHAUI, 1978 p. 28-29).*

A partir da crítica a esse *arcabouço conceitual*, a autora demonstra, que esses estudos historiográficos, cometeram um equívoco conceitual, pois:

os interpretes não trabalham com a categoria da negação interna ou determinada (a contradição e sua reflexão), mas com a da privação (a ausência), de maneira que o período histórico em pauta é largamente explicado por aquilo que lhe falta e não por aquilo que o engendra. Trabalhando com a privação, os textos assumem, malgrado seus autores, um certo tom “normativo” (CHAUI, 1978 p. 23).

Esse *tom normativo* se explica pelo fato desses interpretes partirem do pressuposto de que haveria uma sociedade modelo, ideal. Daí, a utilização das idéias de *atrasado e tardio* em suas análises, passando assim, uma visão evolutiva da história. E quanto à idéia de “vazio” na obra desses interpretes, *pressupõe, implicitamente, que a luta de classes não é constituinte do processo, mas um efeito em sua superfície (...) o Estado surge como o preenchimento do vazio*(CHAUÍ, 1978 p. 27).

Dando prosseguimento a essa crítica a autora constata a existência de uma visão *demiúrgica* da história do Brasil, esse demiurgo, dependendo da análise “*ora é o Estado (...), ora o empresariado (...), ora deveria ser o proletariado. (...) Essa concepção demiúrgica permite determinar de antemão o indeterminado e faz com que a luta de classes, sempre presente nas análises dos melhores interpretes, não chegue a assumir a dimensão que lhe é própria, isto é, a da efetuação das relações históricas. Com isto, tende a permanecer na sombra algo que é constitutivo nessa luta: a representação recíproca e contraditória que as classes sociais constroem de si mesmas e das outras durante o processo histórico, constituindo-o também tal como lhes aparece. Em suma, permanece na sombra a região da ideologia* (CHAUÍ, 1978 p. 30).

No intuito de esclarecer essa questão em torno da ideologia, Chauí dedica-se a análise do discurso integralista questionando à qual parcela da sociedade esse discurso se destinava. Nesta análise do discurso integralista, a autora partiu da *representação do real veiculada pelo texto, e então, interpretar as diferenças e conflitos entre os documentos segundo as representações que oferecem do social, do político e da história e, conseqüentemente, segundo os destinatários que elegendem.* (CHAUÍ, 1978 p. 34).

A autora conclui que a classe média era o destinatário do discurso integralista. A AIB pretendia incorporar esse segmento social ao movimento, bem como também transformá-la na *vanguarda política* do mesmo. Chauí não considera relevante se o integralismo representou a...

importação do modelo fascista europeu”, [mas] “compreender é que importando ou não idéias que não poderia espelhar a situação brasileira, as formulações integralistas exprimiam, na forma da construção pura, a verdade do nacionalismo como política autoritária mesmo quando os

militantes aderiram à AIB, pelo medo do comunismo ou pelo anti-liberalismo na esperança de ver realizados idéias que, de outra maneira, permaneceriam como simples desiderata (CHAUI, 1978 p117).

Em extenso estudo sobre as especificidades do integralismo, J. Chasin objetiva contestar a tese que considera o integralismo um movimento mimético do fascismo europeu. Esse autor condena as análises que partem do pressuposto do mimetismo, dirigindo essa crítica, principalmente, a obra de TRINDADE (1974). Nessa pesquisa, (CHASIN, 1978) concentra sua análise sobre obra de Plínio Salgado por considerá-lo o criador da ideologia integralista. Após negar a natureza fascista da ideologia integralista, considera que o fascismo seria uma *“ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista que se põe nas formações do capitalismo tardio”* (CHASIN, 1978, p. 647) e que esta resultou de uma fase mais avançada do capitalismo, enquanto o integralismo surgiu como:

uma manifestação das formações do capitalismo hipertardio, uma proposta de freagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista no preciso momento em que estas principiam a objetivar o “capitalismo verdadeiro”, (...) fascismo é um fenômeno de expansão da fase superior do capitalismo, e o integralismo se põe como fenômeno do capitalismo imaturo e nascente, a traduzir uma proposta de regressão (...) (CHASIN, 1978, p. 647).

Na direção contrária, Gilberto Vasconcelos admite a natureza fascista da ideologia integralista e se propõe a investigar *“a especificidade do integralismo enquanto discurso fascista que se insere numa sociedade capitalista periférica”*. Tomando a *teoria da dependência* como suporte teórico, o autor pretende...

mostrar que o contexto de dependência, no qual se moviam os camisas verdes, acabou por afetar (independentemente de sua consciência) a apropriação dos fascismos europeus. Embora de ponta a ponta mimético, o discurso integralista ostenta um traço que o diferencia de seus congêneres europeus, e cuja razão de ser nasce da resposta equivocada (mas sociologicamente compreensível) à heteronomia de país periférico, a saber: a fantasmagoria de uma utopia autonomística em relação às nações capitalistas hegemônicas. Fantasmagoria, não só porque é irrealizável do desejo de converter o país numa região apartada do processo civilizatório ocidental,

mas também porque são elididos, nessa utopia, os fundamentos concretos da dependência: relações determinadas de subordinação entre sociedades no contexto do sistema capitalista global. O agente dessa utopia seria o Estado Integral; o objetivo, proteger o Brasil da luta de classes, que é vista como “intrusão” estrangeira (VASCONCELOS, 1979).

Ainda para VASCONCELOS (1979), os integralistas foram surpreendidos pelo processo de industrialização do país, colocando-os num impasse, ou seja,

(...) como conciliar o nacionalismo a denúncia, ainda que abstrata, do “imperialismo econômico” e o arremedo às claras, mas no limite inconfesso, dos fascismos europeus? Resultaria desse quadro emaranhado de contradições a resposta fantasmagórica à dependência. Isso nem sempre está claramente enunciado no discurso integralista (...).

E conclui que, a especificidade do integralismo, enquanto discurso fascista...

não é o irracionalismo em si, o corporativismo, a hipótese espiritual ou o elemento cristão, nem sequer o nacionalismo literário ou político que confere especificidade ao integralismo enquanto discurso totalitário de país periférico. O que o diferencia dos fascismos europeus é a falácia autonomística em relação às nações capitalistas hegemônicas, cuja gênese é imaginável sem o contexto da dependência estrutural (VASCONCELOS, 1979, p. 57).

Essas obras, como vimos abordaram a questão da influência do fascismo na ideologia integralista. Enquanto M. Chauí considera menos importante essa questão, H. Trindade admite a influência fascista. Por sua vez, Gilberto Vasconcelos admite o mimetismo integralista em relação ao fascismo europeu. Em contraponto a essas interpretações, José Chasin rejeita a idéia do integralismo como mera imitação do fascismo.

A polêmica em torno da natureza ideológica do integralismo, ou seja, se este seria ou não imitação do fascismo europeu, não se esgota nessas análises. Não pretendemos neste trabalho realizar uma discussão exaustiva em torno das interpretações sobre essa questão. Porém, se admitirmos a influência do fascismo no integralismo, perceptível em determinadas características, a exemplo da defesa do Estado forte e corporativo,

anticomunismo e antiliberalismo, é preciso considerar suas peculiaridades como *espiritualismo e apelo religioso* (OLIVEIRA, 2004) .

Na segunda fase dos estudos sobre o integralismo, se destacam dois trabalhos que abordaram o tema sob a perspectiva da História Regional. O primeiro, *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)* (CALDEIRA, 1999), de João Ricardo de Castro Caldeira.

Concebida originalmente como dissertação de mestrado em História pela Universidade de São Paulo, o livro se divide em três partes: na primeira, o autor aborda o processo de organização do movimento e a participação dos integralistas nas eleições legislativas estaduais e federais de 1934, onde demonstra que o integralismo obteve significativa participação na vida política maranhense, articulando-se com as forças políticas tanto na capital São Luiz, onde foi fundado o primeiro núcleo integralista em outubro de 1932, quanto no vasto interior, compartimentado em áreas de influência de chefes locais. A propaganda foi largamente utilizada na difusão da doutrina integralista. Foram utilizados jornais e uma emissora de rádio, a Radio Sigma. As caravanas contribuíram para a implantação e expansão do integralismo no Maranhão, entre as principais, a realizada em outubro de 1933 que contou com a presença de Gustavo Barroso.

Na segunda parte, Caldeira considera a expansão do integralismo no Maranhão como reposta ao aparecimento da Aliança Nacional Libertadora-ANL em 1935,

pode-se afirmar que o movimento integralista expandiu-se em São Luis, no ano de 1935, tendo ampliado a quantidade de filiados, entre os quais há indivíduos de origem social diversa, com a predominância das camadas médias. Essa ampliação deve-se, especialmente, ao surgimento da ANL naquele ano. Em outras palavras, esses filiados pareciam pretender tornar a AIB uma frente de resistência à expansão do movimento comunista na região (CALDEIRA, 1999, p. 58).

As relações entre os integralistas e as diversas correntes políticas maranhenses, além do processo de expansão do movimento até o fechamento da AIB, são abordados na terceira parte. Em 1937, o integralismo estava “*razoavelmente difundido no estado*”.

Porém, a instauração do Estado Novo e o decreto de 02/12/37, extinguindo os partidos políticos encerrou as atividades da AIB naquele estado.

Tendo como temática o integralismo no Ceará, o sociólogo Jocênio Camelo Parente, em *“Anauê - os camisas-verdes no poder”* (PARENTE, 1999), pretende explicar *as razões que elevaram a AIB no Ceará a atingir o nível de participação política que a caracterizou. Busca também desvendar o papel da Igreja Católica, seus mecanismos de manutenção no poder e de articulação com forças locais com a AIB e outras lideranças conservadoras.* (PARENTE, 1999, p. 6); e também discute a relação entre Ação Integralista, a Igreja Católica e o operariado.

A participação política integralista na sociedade cearense se fortalece a partir da incorporação da Legião Cearense do Trabalho - LEC à AIB, tendo à frente Dom Helder Câmara e lideranças como Jeová Mota e Severino Sombra, chefe provincial que chegou a rivalizar com o próprio Plínio Salgado na liderança nacional da Ação Integralista. A LEC tinha profunda influencia sobre o operariado local. Esse aspecto explicaria o apoio da Igreja Católica aos integralistas, *“o apoio que a Igreja católica empresta à organização do movimento operário nos dois primeiros anos da década de 1930, é transferido, em 1934, para a AIB, um movimento de classe média mais abrangente”* (PARENTE, 1999, p. 185).

Assim Parente aponta que a peculiaridade do movimento integralista no Ceará estaria na sua inserção no meio operário:

Há que lembrar, que a liderança (de classe média) da LCT coincidiria com a da AIB, embora acrescida de outros intelectuais. A convergência entre as duas era tal que os locais de reuniões, eram muitas vezes, os mesmos, apesar de concedidos pela Igreja católica. No entanto, a origem da AIB cearense, marcada por uma “prática operária”, dará ao movimento local algumas características peculiares (PARENTE, 1999, p. 189).

As principais contribuições dos estudos de Ricardo Caldeira no Maranhão e de Jocênio Parente no Ceará, consistem no deslocamento do enfoque em torno da experiência integralista, normalmente centrado nas regiões do Centro-Sul_ centro difusor da AIB_ para o Nordeste (OLIVEIRA, 2004). Essas obras apresentaram as peculiaridades do

movimento, demonstrando que a AIB precisou se adaptar ao contexto político, econômico e social desses estados para se expandir.

2. Integralismo: origem e características

O lançamento do Manifesto Integralista em outubro de 1932 marcou o surgimento oficial da Ação Integralista Brasileira - AIB liderada por Plínio Salgado⁴. A formação da AIB resultou das reflexões e convergências ideológicas entre intelectuais⁵, reunidos em torno da Sociedade de Estudos Políticos – SEP. O Integralismo, segundo seus ideólogos, era um movimento de caráter cultural e objetivava revolucionar a mentalidade dos brasileiros.

O Integralismo surgiu num momento denso da história contemporânea brasileira em que profundas e rápidas transformações se manifestavam nos campos político, econômico, social e cultural cujos efeitos acabaram influenciando a formação da ideologia integralista.

Os anos vinte se iniciam com a inovação estética proposta na Semana de 22, evento que lançou as bases do modernismo brasileiro, e que suscitou entre artistas e intelectuais reflexões em torno da realidade brasileira. A crise mundial de 1929 trouxe complicações à economia e agravou os problemas sociais, abalando a confiança no liberalismo econômico. O advento da Revolução de 1930 representou a ruptura política entre as principais oligarquias nacionais. Com raízes no tenentismo esta revolução trouxe mudanças político-sociais significativas como aponta FAUSTO (1997):

Na descontinuidade de outubro de 1930, o Brasil começa a trilhar enfim o caminho da maioria política. Paradoxalmente, na mesma época em que tanto se insistia nos caminhos originais autenticamente brasileiros para a solução dos problemas nacionais, iniciava-se o processo de efetiva

⁴ Político, jornalista e escritor, nascido em 1895 na cidade de São Bento do Sapucaí, situada na região do Vale do Paraíba, interior paulista. De família profundamente católica e de tradição política, seu pai foi chefe político local. Salgado teve sua formação intelectual marcada pelo apego ao nacionalismo e catolicismo. Como jornalista atua como redator dos jornais Correio Paulistano e A Razão, órgão de imprensa do PRP (Partido Republicano Paulista).

⁵ Alfredo Buzaid, Rui Arruda, Leão Sobrinho, Silva Bruno entre outros.

constituição das classes dominadas, abriam-se os caminhos nem sempre lineares da polarização de classes, e as grandes correntes ideológicas que dividem o mundo contemporâneo dividem o país.

O contexto internacional favoreceu o fortalecimento do pensamento autoritário no Brasil⁶. A Europa assistia a ascensão do fascismo, particularmente na Itália e Alemanha. Paralelamente à influência desses acontecimentos, outros elementos ideológicos contribuíram para a gestação do integralismo, destacando primeiramente o pensamento nacionalista autoritário representado principalmente pelos intelectuais: Oliveira Vianna⁷, Azevedo Amaral⁸ e Alberto Torres⁹. Este último seria redescoberto nos anos 30, sendo muito admirado pelos integralistas.

O pensamento tradicionalista católico teve em Jackson de Figueiredo¹⁰, fundador do Centro Dom Vital na década de 20, seu maior expoente. Este Centro irradiou o pensamento tradicionalista católico, anti-liberal e anti-comunista. Teve também na revista *A Ordem* o instrumento difusor de suas idéias. A influência desta linha de pensamento no Integralismo se expressa no próprio lema deste movimento: “Deus, Pátria e Família”. Sob este lema, a Ação Integralista pregava a necessidade de um Estado forte, autoritário e corporativo capaz de eliminar os males originados da malograda experiência liberal nos campos político e econômico, harmonizando a sociedade e, assim, impedindo turbulências advindas da luta de classes.

⁶ Além da Ação Integralista havia no cenário político brasileiro outros movimentos autoritários e de inspiração fascista, como a Ação Social Brasileira, a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista, e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Segundo TRINDADE (1988) deste grupo a exceção da Legião Cearense que teve uma penetração importante, tratam-se de organizações com implantação regional, limitada a um pequeno grupo de indivíduos e sem muita repercussão política, cuja relevância é de ter procedido e reforçado a convergência ideológica de direita que se manifesta nesta época. O autor atenta para o fato de parte desses grupos migrarem para a Ação Integralista.

⁷ Advogado e professor Francisco José de Oliveira Viana nasceu no Rio de Janeiro. Autor de várias obras de caráter sociológico foi o mais importante e influente pensador da corrente autoritária. Sua obra mescla idéias autoritárias com teorias psicorraciais, as quais se apresentam em suas obras mais conhecidas *Populações meridionais do Brasil* (1920) e *Raça e assimilação* (1932).

⁸ O médico e jornalista Azevedo Amaral de todos os teóricos do pensamento nacionalista autoritário é o menos conhecido. Nos anos 30, escreveu suas obras mais importantes *Ensaio brasileiro; A aventura política do Brasil; O Brasil na crise atual e O estado autoritário e a realidade nacional*.

⁹ Bacharel em Direito, Alberto Torres (1865-1917) nasceu no Rio de Janeiro. Suas obras mais conhecidas são: *O problema brasileiro e A organização nacional*. Alberto Torres seria redescoberto pelos integralistas nos anos 30.

¹⁰ Jackson de Figueiredo (1891-1928), formou-se em Direito em 1913. Escreveu *A reação do bom senso; Literatura reacionária; Do nacionalismo na hora presente* entre outras obras.

Essas influências estiveram presentes no processo de formação da ideologia integralista, caracterizando-a enquanto ideologia conservadora expressa, sobretudo, no ultranacionalismo, antiliberalismo e anticomunismo. Enquanto movimento de massas, a Ação Integralista Brasileira se caracterizou pela rígida hierarquia, pela figura de um chefe carismático, pelo culto à personalidade, a formação de milícias, além da composição de uma juventude do movimento, eram os *plinianos*; forte mística e a simbologia que tinha um papel importante no movimento: uso de camisa verde, a saudação indígena “anauê”, o emblema do sigma entre outros.

Em 1936, mais de meio milhão de brasileiros haviam ingressado nas fileiras da AIB. Esse crescimento do movimento se refletiu nas urnas, com a eleição de dezenas de vereadores, além de prefeitos, deputados estaduais e federais em todo o país.

3. Integralismo na Bahia

A trajetória do integralismo na Bahia se inicia com a instalação do núcleo provincial da Ação Integralista em junho de 1933, sob a chefia de um triunvirato formado por Messias Tavares, João Alves dos Santos e José Cesimbra. Após a reorganização do núcleo, o triunvirato passou a ser liderado por Caldas Coni,¹¹ Augusto Alexandre Machado¹² e Messias Tavares. Estes, posteriormente, foram substituídos por Milcíades Ponciano Jaqueira¹³ que assumiu a chefia do núcleo. Em abril de 1935 o engenheiro Joaquim de Araújo Lima se tornou o novo chefe do núcleo provincial (SAMPAIO, 1985, p. 115-116). As decisões que orientavam a vida do movimento partiam da sede provincial, localizada à ladeira de S. Bento n. 6, onde eram realizadas as principais conferências de membros da direção local e nacional do movimento.

A expansão do integralismo na Bahia se iniciou no meio universitário, tanto que em agosto de 1933, durante sua visita à Bahia, Plínio Salgado realizou conferências na Escola Politécnica. No anfiteatro da Faculdade de Medicina, em seu discurso, afirmou

¹¹ Médico e professor da Agronomia.

¹² Professor da Faculdade de Direito e outras instituições de ensino.

¹³ Advogado.

que “*a hora culminante da luta decisiva em defesa da Pátria! A mocidade estudantina cabe a maior parcela de responsabilidade. Cruzar os braços, agora, é desertar!*” (*O Imparcial*, edição n. 743, 25 ago. 1933, p. 1). Evidentemente que essa luta pela Pátria se faria ao lado do integralismo. Dando continuidade a propaganda integralista junto aos estudantes, Plínio Salgado discursou na Associação Universitária da Bahia - AUB, organização que reunia estudantes de diversas correntes político-ideológicas. As conferências do líder integralista parecem ter contribuído para estimular a expansão da AIB no estado (SAMPAIO, 1985).

Em novembro de 1933 foi a vez de Gustavo Barroso vir à Bahia propagar a doutrina integralista. Além dos estudantes que assistiram a conferência de Barroso na AUB, o líder integralista se dirigiu a outro público, os representantes do comércio, realizando conferências na Associação dos Empregados do Comércio e no Club Comercial.

O integralismo obteve forte inserção no meio estudantil, atraindo muitos jovens estudantes acadêmicos e secundaristas. Durante os cinco anos que atuou no estado a AIB fundou núcleos em várias instituições de ensino como: Carneiro Ribeiro, Salesiano, Ginásio da Bahia e Ginásio Ypiranga, este último considerado um reduto da juventude integralista. Nas instituições de ensino superior, existiam núcleos integralistas nas Faculdades de Medicina e de Direito. O Departamento Universitário da A.I.B.-BA procurou ampliar adesões no meio acadêmico.

Nos anos 30 o integralismo representou um caminho político-ideológico para parte da juventude brasileira. A Ação Integralista era um movimento formado em sua maioria por pessoas jovens, a começar pelos seus líderes; Plínio Salgado tinha pouco mais de trinta anos e Miguel Reali ingressou no movimento com apenas 25 anos. Na Bahia, pertenceram a AIB jovens que posteriormente se destacariam na vida política e cultural do estado, como José Calazans Brandão da Silva¹⁴, o jovem militante apresentou seus estudos em reuniões doutrinárias, tratando entre outros temas da relação entre integralismo e catolicismo. Em suas memórias, Rômulo Almeida¹⁵ tratou de sua

¹⁴ Nascido em Sergipe, José Calazans formou-se em Direito em Salvador. Lecionou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Escritor, folclorista, pesquisador renomado, se tornou o maior estudioso da Guerra de Canudos, autor de várias obras sobre o tema.

¹⁵ Rômulo Almeida nasceu na cidade de Santo Antônio de Jesus em 1914. Ao longo de sua carreira, tornou-se um dos maiores economistas brasileiros. Nos anos 40 foi diretor do Departamento de Geografia

inserção na AIB, quando residia no Rio de Janeiro após forma-se em Direito na Bahia. Inicialmente ligado ao socialismo, Rômulo Almeida se aproximou do integralismo em razão da sua formação nacionalista. Essa formação se deu no Ginásio Ypiranga de propriedade de seu primo Isaias Alves: “*Eu era nacionalista, eu me formei nacionalista no ginásio. O ginásio tinha uma preparação cívica tremenda*” (ALMEIDA, 1986, p. 25).

O integralismo representava uma das corrente ideológica a influenciar o meio estudantil na Bahia, disputando espaço com socialismo, comunismo, liberalismo e outras. Por isso mesmo, o crescimento da AIB entre os estudantes não se fez sem resistência. Em julho de 1936, o Departamento Universitário da AIB-BA divulgou em *O Imparcial* uma declaração em nome de 586 estudantes integralistas universitários e secundaristas em repúdio contra o manifesto da Frente Universitária Democrática da Bahia dirigida aos universitários baianos, cujo conteúdo desferia violentos ataques aos integralistas. Os autores do manifesto foram acusados de comunistas. (*O Imparcial*, edição n. 1737, 01 jul. 1936, p. 1). Em agosto, o núcleo integralista da Faculdade de Direito, representado pelo acadêmico Barachisio Lisboa, dirigiu uma representação ao diretor daquela instituição Filinto Bastos protestando contra a campanha anti-integralista movida pelo Diretório Acadêmico da Faculdade (*O Imparcial*, edição n.1772, 04 ago. 1936, p. 3).

As organizações políticas de esquerda realizaram inúmeras ações de combate ao integralismo, resultando em confrontos, por vezes violentos, a exemplo do conflito entre integralistas e aliancistas, quando do ato de instalação da Aliança Nacional Libertadora -ANL no Cine Jandaia, em 03 maio de 1935 (TAVARES, 2001). Em junho, ocorreu mais um conflito durante a realização do 1º Congresso da Juventude Proletária da Bahia. Em agosto, uma bomba foi lançada contra o “Cinema Victória”, onde integralistas do núcleo de Ilhéus se reuniam. O atentado foi atribuído aos comunistas (*O Imparcial*, n. 1417, 10 ago. 1935, p. 1).

Entre as diversas ações realizadas pelos ANL e o PCB contra o integralismo estava a intensa campanha anti-fascista. As manifestações anti-fascistas na Bahia não se limitaram ao período de existência legal da AIB. Durante a Segunda Guerra,

e Estatística do Território do Acre. Lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro e integrou a Comissão Mista Brasileiro-Americano de Estudos Econômicos.

principalmente a partir de 1942, os integralistas se tornaram alvo de campanhas anti-fascistas comandadas pelos comunistas e segmentos progressistas.

Mesmo encontrando resistências a Ação Integralista conseguiu obter rápido crescimento na Bahia. Segundo dados da própria AIB, em meados de 1936 haveria aproximadamente 46.000 integralistas no estado, distribuídos por mais de 300 núcleos municipais e distritais (*O Imparcial*, edição n. 1715, 21 mai. 1936, p. 5).

Neste processo de expansão os integralistas lançaram mãos de diversas estratégias, começando pela fundação de núcleos, em Salvador registramos a existência de núcleos distritais em Nazaré, Sé, São Bento, Largo da Saúde, Caixa d'Água, Cidade Nova, Santo Antonio, Penha, Paço, Garcia, Liberdade, Brotas, Calçada, Itapagipe, Paripe, Rio Vermelho, Piedade e Barra-Avenida.

O processo de expansão da AIB foi mais intenso no interior. Em todas as regiões do estado foram fundados núcleos municipais e distritais, como nos municípios de Jequié, Poções, Rio Novo (Ipiaú), Ilhéus, Itabuna, Belmonte, Santa Inês, Lençóis, Miguel Calmon, Maragogipe, Santo Amaro, Muritiba, São Felix, Feira de Santana, Serrinha, Cumbe (Euclides da Cunha), Tucano entre outros.

As “bandeiras” integralistas, excursões organizadas pelo núcleo provincial, desempenhavam um papel relevante na difusão da propaganda integralista pelo interior. Em 1935 duas grandes “bandeiras” se dirigiram aos municípios das regiões Sul e Recôncavo. Em fevereiro a cidade de Ilhéus foi visitada pela “bandeira” integrada pelo chefe provincial Milciades Ponciano Jaqueira e outros líderes provinciais. Nesta cidade uniram-se aos integrantes dessa “bandeira” os militantes dos vários núcleos distritais e municipais principalmente os Ilhéus, Itabuna e Água Preta, chefiados respectivamente pelos militantes Pedro Ribeiro Filho, Nelson Oliveira e Orlando Ribeiro.

Em junho foram visitados os municípios de Santo Amaro, Muritiba, São Felix, Cachoeira e Maragogipe. No ano seguinte outra “bandeira” voltaria a percorrer esses municípios. Em julho de 1936 uma “bandeira” visitou Feira de Santana, cujo núcleo municipal da A.I.B. estava sob a chefia de Juventino Pitombo. Nessa ocasião integrava a “bandeira” o chefe provincial Araújo Lima e outras lideranças. Durante a passagem

dessas “bandeiras” eram promovidas sessões doutrinárias, conferências, comícios, desfiles nas ruas principais das cidades, formatura de milicianos entre outras atividades que reforçavam a propaganda integralista junto às populações interioranas.

Essa forte inserção da AIB no interior baiano se revela como uma peculiaridade do movimento na Bahia, indo na contramão de estudos que apontam a AIB como um movimento basicamente urbano, tomando como referência o movimento nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2004).

O crescimento eleitoral da AIB refletiu esse processo de expansão do movimento, os dados eleitorais confirmam essa tendência:

Nas eleições para a Assembléia Estadual Constituinte de outubro de 1934, a AIB obteve somente 302 votos. Mas em dezembro de 1934, apenas no município de Ilhéus, os integralistas dispunham de mais de 700 eleitores. Em meados de 1936, na pobre e inóspita Tucano, localizada no Nordeste da Bahia, mais de mil moradores envergaram a camisa verde. O município de Rio Novo hoje Ipiaú, registrava cerca de três mil integralistas. Na campanha para as eleições de janeiro de 1936, as disciplinadas falanges integralistas mostravam ser fortes concorrentes do PSD governista, e das velhas oligarquias que controlavam os currais eleitorais. Vereadores integralistas foram eleitos através do estado, inclusive na capital e nos municípios de Jequié, Poções, Ipiaú, Mundo Novo, Itabuna, Maragogipe, etc (SAMPAIO, 1985, p. 117).

Outro fator que demonstra o êxito eleitoral do movimento foi o registro no Tribunal Regional Eleitoral de delegados integralistas em 65 municípios baianos entre os anos de 1935 e 1936 (ver tabela em anexo). Segundo *O Imparcial*, em quatro anos, a AIB-BA conseguiu eleger 65 vereadores, além do prefeito da cidade de Santa Inês. Na capital João Alves dos Santos foi eleito à Câmara Municipal pela legenda “INTEGRALISMO” (*O Imparcial*, edição n. 1715, 21 mai. 1936, p. 5).

Os bons resultados eleitorais da AIB-BA não representou uma séria ameaça a hegemonia eleitoral dos dois grandes partidos políticos da época representados pelo Partido Social Democrático-PSD, do governador Juracy Magalhães e a Concentração Autonomista, que disputavam a maior parcela do eleitorado.

A bibliografia sobre o integralismo na Bahia suscita questões em torno dos possíveis fatores que contribuíram para essa expansão do movimento. O ex-governador Juracy Magalhães, reconhecendo a força do movimento, principalmente no interior, afirma que:

Os integralistas na visão de Dr. Getúlio podiam ser poucos; mas na Bahia eles chegaram a organizar vários núcleos fortes. Havia, por exemplo, o de Rio Novo, que atuava de maneira muito agressiva. O núcleo de Jequié também era forte, pois vivia nesta cidade uma expressiva corrente de descendentes de italianos. Em Ilhéus no sul do Estado, em Itabuna também conseguiram muitos adeptos. Em Salvador, ganharam o meio universitário, alguns professores e mesmo oficiais da Polícia e do Exército (MAGALHÃES, 1982).

A alegação do ex-governador de que a forte inserção da AIB no município de Jequié resultava da presença de uma comunidade de imigrantes italianos, deixando subentendido que esses imigrantes teriam aderido ao integralismo por identificá-lo com o fascismo, é contestada pelo ex-líder integralista Rubem Nogueira em suas memórias, segundo ele *“mais italianos do que Jequié tinha a cidade vizinha de Jaguaquara e no entanto lá o Integralismo cresceu menos, bem menos”* (NOGUEIRA, 1997).

Essa discussão nos remete a necessidade de esclarecer através da pesquisa histórica a relação entre pequena comunidade italiana e a expansão da AIB-BA. BERTONHA (2000), afirma que o fascismo disputou com o Integralismo espaço junto às comunidades italianas. O primeiro, atraía mais italianos natos; enquanto que o segundo exerceu maior influência entre os ítalo-brasileiros, estes últimos ansiosos para se inserirem na sociedade brasileira.

MAGALHÃES (1982, p. 97) apontou outros fatores que explicariam a expansão do integralismo como o cenário internacional, marcado pela ascensão do fascismo e a aliança entre a AIB-BA e a oposição:

O integralismo realmente teve grande repercussão na Bahia, compreensivelmente, aliás, porque a tendência estava em maré alta no

mundo, com o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália etc. O movimento integralista criou muita força no Brasil, expandindo-se na Bahia de maneira relativamente fácil, porque conseguiu reunir os oposicionistas. Para meus adversários mais combativos, por exemplo, o caminho mais fácil era aderir à AIB, e este fato acabou me tornando o governador que mais aguerridamente lutou contra o integralismo.

Rubem Nogueira também contesta essa afirmação de Juracy Magalhães, na sua visão a AIB manteve-se distante tanto do juracisismo quanto da oposição, representada principalmente pelos autonomistas. A Concentração Autonomista aparentemente procurou manter-se equidistante dos integralistas, não condenando nem apoiando explicitamente ao mesmo. No entanto o comportamento de alguns políticos autonomistas aponta para uma aproximação do partido com a AIB impulsionada pelo anti-juracisismo, como nos casos deputados Álvaro Catarino e Rafael Jambeiro, este último fez declarações favoráveis ao integralismo em diversas ocasiões. Em agosto de 1937, Rafael Jambeiro suscitou polêmica na Assembléia Legislativa, quando requereu que um discurso de Plínio Salgado fosse integrado aos *Annaes da Assembléia*, resultando no imediato repúdio dos deputados da bancada situacionista, um dos quais questionou se o mesmo era autonomista ou integralista.¹⁶

O ex-governador Juracy Magalhães procurou conter o avanço do integralismo no estado, desencadeando forte repressão ao movimento e, para isto, obteve o apoio dos chefes políticos locais, seus principais aliados no estado. Nomeado interventor federal na Bahia em 1932, substituindo o ex-interventor Arthur Neiva, Juracy Magalhães foi imediatamente rejeitado pelas elites locais que inicialmente, não apoiaram a Revolução de 1930. Considerado demasiado jovem, apenas vinte e seis anos, militar e cearense, o novo interventor enfrentou os preconceitos das elites locais. Sem contar com o apoio de tradicionais lideranças, Juracy teceu ampla rede de alianças com os chefes políticos do interior baiano, os *coronéis*. Mesmo contradizendo os princípios da revolução que o levou ao poder, ou seja, combater as oligarquias, Magalhães conseguiu a base de sustentação política que garantiu a estabilidade de seu governo até 1937, quando rompeu aliança com Vargas.

¹⁶ “Discurso proferido pelo Snr. Deputado Alfredo Amorim, em sessões de 7 de Agosto de 1937”. In: Série:Discursos; local: Salvador, livro 978, ano: 1937. Seção Legislativa, APEB.

Juracy Magalhães fundou o Partido Social Democrático e em torno deste, reuniu aliados políticos para disputar o poder no estado com os autonomistas. Estes eram liderados pelo ex-ministro do governo Washington Luiz, Octávio Mangabeira. Integravam também a oposição os autonomistas Aloysio de Carvalho Filho, Nestor Duarte, Luiz Viana Filho, Jayme Junqueira Ayres entre outros nomes de destaque da política local, a exemplo do ex-governador J.J. Seabra. Juracistas e autonomistas não se diferenciavam ideologicamente, apenas havia a forte rejeição destes últimos à liderança de Juracy Magalhães (TOURINHO, 1997, 45-60).

Entre os aliados de J. Magalhães destacamos: Medeiros Neto, Edgar Sanches, Manoel Novaes, Magalhães Neto, Arthur Neiva, Clemente Mariani e Marques dos Reis. No interior, o interventor obteve apoio de fortes lideranças como: Gileno Amado (Itabuna) Lauro Passos (Cruz das Almas), Elpídio Nova (Feira de Santana), Albérico Fraga (Muritiba), Antônio Honorato de Castro (Casa Nova), Franklin Lins de Albuquerque (região do São Francisco), João Duque, entre outros (GUEIROS, 1996, p. 132-134).

O ex-governador J. Magalhães de fato se destacou pelo combate ferrenho ao integralismo na Bahia. Essa repressão se intensificou em 1936, a possível razão para o desencadeamento dessa repressão seria o temor de que a AIB mantivesse o crescimento eleitoral que vinha obtendo até então, a ponto de rivalizar com os grandes partidos na disputa do eleitorado. Na visão de Rubem Nogueira, o crescimento eleitoral da AIB teria incomodando alguns chefes políticos do interior, *“os coronéis, enciumados com a sombra que lhes fazia o prestígio crescente do Integralismo, podem ter levado o Chefe do Executivo baiano a abrir a luta contra os legionários do Sigma, por sua ousadia em lhes contrapor eleitoralmente”* (NOGUEIRA, 1997, p.121).

Em Rio Novo cujo núcleo integralista era chefiado pelo descendente de alemães Durval Hohlenwerger Filho, após a disputa eleitoral entre os candidatos a prefeitura municipal Leonel Andrade (PSD) e Aristóteles Andrade (AIB), este último derrotado, a rivalidade entre seguidores desses partidos se intensificou. Sob determinação do delegado Domingos Castro foram proibidas as reuniões e o uso da camisa verde. A respeito desse episódio o ex-militante integralista do núcleo de Canoa Virada, distrito de Rio Novo, Acácio Sales Mendes, declarou que diante da desobediência dos integralistas em tirar as

camisas, essas foram arrancadas pelos policiais (*Revista Cidades em Foco*: informação e cidadania, ano I, n.11, out. 2002).

Os integralistas denunciavam pela imprensa a repressão contra o movimento no interior do estado.

Os fatos que vão sendo revelados indicam que a existência de um plano infernal que se está executando a toda força, por todos os meios, nos lugares onde os chefes políticos que antes dominavam, sem contraste, perderam totalmente o prestígio. São os casos de Ilhéus, Itabuna, Rio Novo, Jequié, para citarmos só esses. Ali a brutalidade das agressões pessoais campeia, as arbitrariedades de toda ordem, desde espancamentos de indivíduos e prisões sem motivo conhecido, até o suplício dos castigos humilhantes a invasão de lares, o fechamento de escolas, todas as manifestações da violência, todas as injustiças e iniquidades. (O Imparcial, edição n. 1573, 08 jan. 1936, p. 5)

O ápice da repressão contra o integralismo ocorreu em setembro de 36 quando o governador Juracy Magalhães ordenou o fechamento de todos os núcleos integralistas no Estado. Na madrugada do dia 3 de setembro a polícia fez diligências na sede provincial, apreendendo documentos e material de propaganda. Na capital e interior ocorreram prisões de integralistas entre os quais o chefe Araújo Lima. Em Maragogipe, um conflito entre policiais e militantes da AIB resultou no assassinato do integralista Fernando Andrade.

A alegação do governo estadual para proibir o funcionamento da AIB no estado seria a existência de um plano subversivo que estaria sendo preparado pelos líderes do movimento, que previa, inclusive, o assassinato do governador Juracy Magalhães e outras autoridades. Em 12 de setembro, o governo apresentou uma carta de Araújo Lima endereçada a Belmiro Valverde, Chefe Nacional de Finanças da AIB, escrita em agosto daquele ano. Segundo as autoridades policiais, essa carta conteria referências a preparação desse movimento subversivo, o que consistiria na principal prova que justificaria o fechamento da AIB no estado e a prisão dos envolvidos, entre os quais militares do 19º BC (Batalhão de Caçadores). Na Bahia o integralismo obteve certa inserção nos meios militares, especialmente no Exército e na Polícia Militar. Em âmbito

nacional a Ação Integralista gozava de prestígio junto às forças armadas, principalmente na Marinha.

O fechamento das sedes teve repercussão nacional. Na Câmara Federal, o deputado integralista Jeovah Motta discursou em protesto contra a atitude do governo baiano, o próprio foi enviado a Bahia por ordem de Plínio Salgado para acompanhar a situação dos integralistas presos. Na Assembléia Legislativa, os deputados da situação elogiaram a firmeza do governador no combate ao integralismo. O deputado Raphael Jambeiro se posicionou contra o fechamento alegando que a AIB era um partido registrado no Superior Tribunal Eleitoral.

A simpatia pelos integralistas explicaria segundo HILTON (1977) a reação de Vargas em relação as medidas tomadas pelo governador Juracy Magalhães contra a AIB no estado, pois a simpatia federal para com a AIB tornou-se óbvia à medida que a campanha anitesquerdista tomava corpo. Para alguns observadores, o integralismo parecia ser agora a 'força decisiva' na vida política nacional (...) Inteirado por Juracy Magalhães de que a AIB fora proscria na Bahia, Vargas, sem entusiasmo, respondeu lacônica e ambigualmente, dizendo estar certo de que 'só motivos sérios' podiam ter determinado tal medida.

A maioria dos integralistas presos em setembro permaneceu detida por pouco tempo. Porém, aqueles acusados de envolvimento com os planos subversivos, foram mantidos presos e processados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Após cinco meses detidos na Bahia esses integralistas foram transferidos para o Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1937 e, em março, foram soltos, respondendo processo em liberdade entre os quais estavam: “os civis: advogado Melciades Ponciano Jaqueira, engenheiro Aluizio Meirelles, Nelson Oliveira, Valter Brandão Oliveira Aguiar, José Esteves Leitão Silva, Archimedes Queiroz Mattos, José Muniz Nascimento, Joaquim Pereira Dias e Joaquim Cerqueira; militares: tenente-coronel José Aurelino Alves, major José Francisco Amorim, capitão Manoel Adolpho Santos, tenentes Arsênio Alves de Souza e Ulysses Rocha Pereira, sargento Joaquim de Souza, cabo Armindo Julião de Carvalho e soldado Euzébio Rocha Santos” Além dos citados, haviam ainda o ex-chefe provincial Joaquim de Araújo Lima e outros dois integralistas (*O Imparcial*, edição n. 1995, 20 mar. 1937, p. 5).

A situação da AIB era inusitada; proibida na Bahia atuava legalmente no restante do país. No entanto, essa situação não se manteve por muito tempo, mesmo com a repressão que se seguiu ao fechamento das sedes os integralistas não cessaram de todas as suas atividades. Tanto que em Julho de 1937 a AIB reabriu oficialmente suas sedes no estado, sob autorização da justiça. A partir daí sob a Chefia de Victor Hugo Aranha, as ações do movimento foram intensificadas, reuniões doutrinárias, desfiles, fundação de núcleos, atividades de propaganda entre outras, visando o pleito eleitoral de 1938. Logo após a instauração do Estado Novo, os integralistas baianos foram prestigiados pelo interventor federal Antonio Dantas Fernandes que os convidou a participarem do desfile do Dia da Bandeira. Porém, poucos dias depois, a AIB seria extinta em todo país, a exemplo de outros partidos políticos.

Os ex-membros da AIB retornariam à cena política com o fim do Estado Novo e a redemocratização de 1945 com a fundação do Partido de Representação Popular-PRP. Desta vez os ex-integralistas estavam sem os símbolos e rituais que caracterizaram a AIB. Na Bahia o PRP apoiou a candidatura de Octávio Mangabeira ao governo estadual em 1945. O PRP lançou a candidatura do ex-líder integralista Rubem Nogueira, eleito pelo partido deputado estadual por duas vezes e também deputado federal. Em 1949, Plínio Salgado, veio à Bahia e visitou os municípios de Serrinha e Tucano, antigos redutos da AIB, entre outros municípios. Os esforços de Plínio Salgado e os demais membros do PRP espalhados pelo país não conseguiram fazer com que o partido sequer lembrasse a força política da AIB em meados dos anos trinta.

CAPÍTULO I

Imprensa e integralismo

O advento da imprensa enquanto empresa capitalista na segunda metade do século XIX marcou o início de sua fase industrial. O surgimento da empresa jornalística teve impulso com as inovações tecnológicas, pois permitiu um salto produtivo, com a ampliação de tiragens. A introdução da impressora mecânica (1814), posteriormente superada pela impressora rotativa (1867), tornou o processo de impressão mais rápido. Em 1880 foi publicada a primeira fotografia num jornal, graças à técnica da fotogravura. A distribuição dos jornais foi facilitada pelo desenvolvimento dos meios de transporte, que, aliado a inovações como o telégrafo, facilitaram a circulação da produção material e simbólica em todo mundo, acompanhando o desenvolvimento técnico e científico do período.

Com a nascente empresa jornalística se encerrava a fase do jornalismo caracterizado pelo viés moralizador, sensacionalista e, principalmente, político-literário. Assim, o ingresso da imprensa na fase industrial representou mudanças significativas, pois se durante a fase “romântica” privilegiava principalmente a difusão de idéias políticas dos mais diversos segmentos sociais, agora a sustentação econômica da empresa jornalística tornava-se prioridade. Segundo MARCONDES FILHO (2000 p. 13):

A transformação tecnológica irá exigir da empresa jornalística a capacidade financeira de auto-sustentação; pesados pagamentos periódicos para amortizar a modernização de suas máquinas; irá transformar uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma operação que precisará vender muito para se auto financiar.

A veiculação da publicidade nos jornais aparece como consequência desta necessidade de autofinanciamento, assumindo, muitas vezes, maior relevância na sustentação econômica do que a venda avulsa e assinaturas do jornal. E, ainda, a notícia consiste numa mercadoria a venda, passível de recursos técnicos textuais e gráficos que a torne mais atrativa aos olhos do leitor.

1.1 O embate social no campo jornalístico

A imprensa tem a função social de elaborar e divulgar notícias, através das quais transmite a ideologia da classe dominante. As grandes empresas jornalísticas, em suas publicações, não emitem opiniões que atendam aos interesses apenas de seus proprietários, mas também de determinados grupos ou segmentos econômicos, políticos e sociais, objetivando que suas idéias e interesses repercutam junto à opinião pública - aqui entendida como “*a condensação das posições e das preferências num determinado momento, oriundas dos debates ocorridos na esfera pública*” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 17),

A ampliação do lucro consiste no objetivo principal da empresa jornalística da fase industrial, enquanto a transmissão de conteúdo político-ideológico acaba, quase sempre, assumindo um papel secundário.

As inovações pelas quais passou a imprensa, não se restringiram ao aspecto tecnológico. A prática jornalística passou por muitas transformações, principalmente na forma de tratamento da notícia, pois “*a revolução que significou para o jornalismo a introdução da reportagem, do artigo de fundo e de todas as formas desenvolvidas de tratar a notícia pode ser vista, então, como aprimoramento da ‘embalagem mercadoria’ com o objetivo de torná-la mais atraente* (MARCONDES FILHO, 1989, p. 35).

Esse tratamento dado à notícia implica numa manipulação ideológica, iniciada desde o momento da obtenção do conjunto de informações, a partir da ocorrência de um fato até a publicação da notícia. Trata-se de um processo que se caracteriza por uma seqüência de filtragens que começa pelo próprio jornalista, que aborda e trata o fato social com toda a carga de subjetividade que carrega consigo, ou seja, valores, visão de mundo, identidade de classe, enfim, toda a sua formação cultural. Seguem-se outros filtros, como: a pauta, uma espécie de roteiro detalhado da reportagem, que seleciona o assunto a ser abordado e descartando outros; o copidesque, um redator que reescreve a matéria,

ampliando a manipulação ideológica; há ainda a interferência do editor e, muitas vezes, dos diretores e proprietários das empresas jornalísticas.

Do ponto de vista teórico o jornalismo deveria ser orientado pela objetividade e imparcialidade. Na prática, a atividade jornalística, pelas razões que identificamos acima, torna a objetividade e imparcialidade metas inatingíveis, não passando de mitos do jornalismo.

Portanto, o jornalismo se configura como espaço de disputa simbólica entre os segmentos sociais. Esse conflito se inicia na própria redação das empresas jornalísticas, pois o discurso jornalístico produzido reflete os interesses e a subjetividade do jornalista, mais precisamente de todos os profissionais envolvidos no seu processo de elaboração. Precedendo a publicação da notícia, ocorre a avaliação da direção dessas empresas, considerando a convergência ou não com interesses políticos, sociais e econômicos_ principalmente aqueles ligados à publicidade veiculada_ ajustando o discurso jornalístico a sua política editorial.

1.2.1 A Imprensa baiana do início do século XX

A inserção da imprensa brasileira na fase industrial teria ocorrido no final do século XIX, quando surgiram as empresas jornalísticas voltadas para o lucro, mercantilizando a notícia e que passaram pela modernização tecnológica, tendo por consequência o aumento quantitativo e qualitativo da produtividade. Entretanto, não houve um ingresso generalizado da imprensa brasileira na fase industrial, inicialmente são identificadas empresas jornalísticas estruturadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O surgimento desse tipo de jornalismo mais maduro e avançado, na região Sul do Brasil, está ligado a dois fatores sócio-históricos: a urbanização e industrialização que geram populações urbanas com algum poder aquisitivo. O Rio de Janeiro, centro administrativo do país, pólo econômico ligado a exportação e importação, será o primeiro Estado a reunir estas condições,

seguido por São Paulo localizando-se aí os primeiros núcleos da industrial cultural (SANTOS, 1958, p. 31).

Posteriormente, a imprensa em outras regiões, como a Nordeste, se inseriu na fase industrial, acompanhando o desenvolvimento econômico. No caso específico da Bahia isto ocorreu nas primeiras décadas do século XX. A grande imprensa na Bahia, segundo SANTOS (1985), estava representada pelos jornais: *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *A Tarde* e *O Imparcial*, pois foram aqueles que se adaptaram ao modelo de empresa jornalística da fase industrial, impulsionada e dinamizada pelo avanço da urbanização de Salvador, levando os jornais a realizarem a cobertura do cotidiano da cidade, e grande volume de informações divulgadas pelas agências de notícias internacionais que a época realizavam a cobertura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Dentre os jornais baianos apenas *A Tarde* e *O Imparcial* surgiram na condição de modernas empresas jornalísticas. Este último_ fundado em 1918 por Lemos Britto, substituído alguns anos depois por Homero Pires_ durante a Segunda Campanha Civilista apoiando a campanha de Rui Barbosa à Presidência da República. Durante os anos 20, o jornal passou por grave crise financeira chegando a deixar de circular em 1928, ressurgindo pouco tempo depois em 1929 sob a direção de Mário Monteiro e Mário Simões (CURVELO, 1987, p. 1).

Em julho de 1933, *O Imparcial* sofreu um empastelamento, a suspeita recaiu sobre o então interventor Arthur Neiva, que em resposta as duras críticas do jornal, teria ordenado o atentado que destruiu a gráfica e redação daquele matutino (SAMPAIO, 1985, p. 161), apesar dessa hipótese ter sido afastada pela maioria dos diretores da Associação Bahiana de Imprensa - ABI ao analisarem o caso e, concomitantemente se solidarizaram com os profissionais daquele jornal. As críticas dirigidas ao governo estadual já haviam resultado a suspensão da circulação do jornal por determinação policial ainda em 1931, seguida da prisão de seu diretor Mário Monteiro.

Novas suspensões voltariam a ocorrer em 1933 e 1934, ambas sob protestos veementes do diretor Laudomiro Menezes e demais redatores. Segundo Consuelo N. Sampaio, a Revolução de Outubro de 1930 não atendeu às expectativas de liberdade de imprensa,

pois a aplicação da “nova Lei de Imprensa (Decreto 24.776 de 15 de julho de 1934) admitia a apreensão de periódicos por iniciativa da autoridade policial” (SAMPAIO, 1985). As disputas eleitorais na Bahia do início dos anos 30 acarretaram diversos atos de violência praticados contra a imprensa, tanto no sentido da suspensão da circulação dos jornais e censura de notícias, quanto na prática do empastelamento, além de prisões e agressões físicas contra jornalistas, como ocorrera a Simões Filho¹⁷.

Entre os anos 1918 a 1930, *O Imparcial* apareceu constituído como sociedade anônima e, enquanto tal tinha seu capital social dividido entre acionistas, “o capital de 110 contos foi dividido em 550 ações de 200\$000. Todos os acionistas tinham direito a voto e o parágrafo único do artigo 19 [dos Estatutos] não permitia à Assembléia Geral discutir, analisar ou intervir na orientação redacional do jornal” (SANTOS, 1985, p. 43).

Nesse período sua sustentação financeira advinha principalmente do amplo espaço cedido à publicidade e a participação de acionistas ligados ao forte segmento do comércio local. Quanto à orientação ideológica do jornal, a exemplo de outros grandes jornais do período, *O Imparcial* assumia a posição de um jornal conservador, pretendendo representar os interesses dos setores do comércio, indústria e lavoura. Posteriormente, em 1933 *O Imparcial* tornou-se propriedade da Companhia Editora e Gráfica da Bahia, pertencente ao industrial e político Álvaro Martins Catharino. Eleito deputado à Assembléia Estadual Constituinte em 1934, pela legenda *Governador Octávio Mangabeira*, representando a oposição autonomista.

Ao assumir posição de defesa do autonomismo, representado por lideranças como Octávio Mangabeira, Aloysio de Carvalho Filho, Simões Filho e Pedro Lago, sendo estes dois últimos proprietários respectivamente de *A Tarde* e *Diário da Bahia*, *O Imparcial* manteve-se na oposição em relação as sucessivas interventorias iniciadas em 1930.

Em agosto de 1934, estampando a manchete *A Bahia lutar até o fim pela conquista de sua autonomia!* (*O Imparcial*, edição nº 1063, 11 ago. 1934, p. 1). *O Imparcial* noticiava com alarde o retorno de Octávio Mangabeira à Bahia, após alguns anos no exílio. Em editorial, o jornal defende o nome de Mangabeira, já visando as eleições

¹⁷ Jornalista, político e proprietário do jornal *A Tarde*.

destinadas à escolha de deputados federais e estaduais constituintes, previstas para outubro daquele ano,

O precalo cidadão cujos serviços á Pátria são inestimáveis, merece, sem dúvida, o apoio do eleitorado para os mais altos postos na República. Nenhum brasileiro, conscientemente, deixará de contribuir para Victoria do ex-chancellor nos pleitos em que o seu nome avultará entre os mais dignos e capazes. O Brasil e, especialmente, a Bahia não podem prescindir dos serviços de um estadista moço e já experimentado em funções de grandes responsabilidades. (*O Imparcial*, edição nº 1063, 11 ago. 1934, p. 4).

Ao analisarmos a relação entre o integralismo e a imprensa, especificamente o jornal *O Imparcial*, entendemos ser necessário fazermos as seguintes indagações: Em linhas gerais, como se posicionou a imprensa local em relação ao integralismo? Como a propaganda integralista se apresentava nas páginas em *O Imparcial*? Qual o intuito dessa propaganda política? Quais as razões que levaram a aproximação e ao distanciamento da linha editorial do jornal em relação ao integralismo, no período entre 1933 a 1945? A partir de agora essas são algumas das questões que tentaremos responder neste capítulo.

As eleições de 1934 comprovaram a força do *Partido Social Democrático – PSD*. A legenda que reunia os aliados políticos do interventor Juracy Magalhães conseguiu eleger 32 deputados estaduais constituintes contra apenas 10 deputados da *Concentração Autonomista*. O partido do governo obteve quase 60% dos votos. Outras legendas participaram do pleito, obtendo resultados inexpressivos como a *Aliança Trabalhista* com 1,21%, *Comércio e Trabalho* 0,26%, Proletário, uni-vos 0,06% e os integralistas que reunidos sob legenda *Integralismo* obtiveram apenas 0,20% dos votos. (SAMPAIO, 1985, p. 163). Os resultados das eleições de 1935 e 1936 demonstraram o rápido crescimento do movimento integralista na Bahia e a partir de então a AIB não poderia ser ignorada pelas duas maiores agremiações políticas que reuniam autonomistas e juracisistas.

O posicionamento da imprensa baiana em relação ao integralismo foi bastante diverso variando entre a intensa propaganda, a discrição e certo distanciamento, até o repúdio.

Compreendendo o jornalismo enquanto espaço de disputa, onde diferentes segmentos sociais buscam expressar e fazer prevalecer seus interesses evidencia que o comportamento da imprensa local frente ao integralismo, bem como em relação a outras correntes políticas, refletiu de certa maneira, o contexto político da época e, simultaneamente, busca influir sobre o mesmo. Levando ainda em consideração os próprios interesses econômicos e políticos dessas empresas jornalísticas alguns de seus proprietários eram figuras de relevo da política estadual.

Dentre os grandes jornais baianos, o *Diário de Notícias* teve posicionamento oscilante perante o integralismo. As notícias divulgadas informavam as ações do movimento integralista na Bahia. Em agosto de 1933, este jornal assim apresentou Plínio Salgado, por ocasião de sua visita à Bahia para a propaganda do integralismo:

(...) o valor extraordinário e fulgurante do autor de “O Estrangeiro”, “O Esperado”, “Cavaleiro de Itararé” e tantas outras obras formidáveis com o seu espírito brilhante e culto nos tem entusiasmado. E, depois, a consagração que lhe ha feito o povo baiano, que, em massa, o tem aplaudido, é bem o atestado da indiscutível victoria de suas idéas.(..)(*Diário de Notícias*, edição n.8877, 24 ago. 1933, p.1)

O *Diário de Notícias* permaneceu simpático ao integralismo até 1936, a partir daí o jornal passou a combater com veemência a AIB, apoiando abertamente as ações repressivas do governo estadual contra os integralistas. Esse combate está mais relacionado ao contexto político local do que a linha ideológica seguida pelo jornal. Entre os anos de 1935 a 1939, período em que Altamirando Requião esteve á frente da direção, do *Diário de Notícias*, apoiou o integralismo, e, principalmente, empreendeu intensa propaganda do governo da Alemanha nazista. Segundo Peixoto Jr. durante esse período Altamirando Requião refletiu *todo o discurso perpetrado pela direita nacional e internacional, (...) a atuação do jornalista não dará margens a dúvida quando ao seu engajamento ideológico antiliberal.* (PEIXOTO JR, 2003). Daí pode-se explicar o entusiasmo inicial em relação ao integralismo.

No arranjo do jogo político local, Requião obteve do governador Juracy Magalhães apoio a sua candidatura a deputado federal em 1934. As boas relações entre o *Diário de*

Notícias e a Ação Integralista chegavam ao fim quando o governo estadual decidiu, principalmente a partir de 1936 perseguir tenazmente o movimento integralista no estado. Portanto, a partir desse momento, politicamente fiel ao governador, Requião passou a comandar a propaganda anti-integralista em seu jornal. Ao analisar essa questão, Peixoto Jr., constata a contradição do *Diário de Notícias*, sob a direção de Altamirando Requião, pois sua política editorial

(...) refletia a tensão entre sua postura editorial, pró-Juracy, e sua aproximação com integralismo. Concomitantemente à esta situação o jornal se esmerava em noticiar propagandisticamente o regime do Terceiro Reich. Nas suas páginas, tanto se falava de Magalhães, quanto de Hitler assim como do Integralismo (...) (PEIXOTO JR, 2003, p. 152).

Por sua vez *A Tarde* posicionou-se com discrição e cautela diante do integralismo. Em suas páginas denunciou ações repressivas desencadeadas pelo governo Juracy Magalhães contra integralistas e autonomistas, classificando-as como arbitrariedades cometidas contra a oposição, especialmente em períodos de disputa eleitoral. O episódio do fechamento pelo governo estadual do núcleo provincial em setembro de 1936, sob a alegação da existência de planos subversivos dos integralistas baianos, foi tratado com cautela pelo jornal, não havendo nem condenação, nem defesa explícita dos integralistas. Posicionamento semelhante em discrição ao aproximar-se do integralismo teve o *Diário da Bahia*. Portanto não podemos ignorar que o anti-juracisismo consistia num ponto de aproximação política entre integralistas e autonomistas.

Entre 1933-34, o posicionamento desse jornal variava entre o apoio ao autonomismo e o crescente espaço cedido ao integralismo. Em 1934 Álvaro Martins Catarino entregou a direção do matutino a Victor Hugo Aranha, natural do Rio Grande do Norte também apontado como um dos proprietários do jornal¹⁸. Vindo do Rio de Janeiro, esse jornalista logo despontou como um dos principais líderes integralistas no estado,

¹⁸ Em 1935 Victor Hugo Aranha e Brasilino de Carvalho, este último destacada liderança da A.I.B. –BA, compraram do empresário alemão Herbert Muller uma máquina impressora rotativa destinada a oficina de O Imparcial. A realização dessa transação comercial reforça a suposição de que Victor Hugo Aranha fosse um dos proprietários do jornal. (Livro de Registro, ano: 1935, n.1403, Livro Cartório:152, pg. 72v. Seção Judiciária, APEB).

assumindo o cargo de chefe provincial do Departamento de Propaganda, também integrou a Câmara dos Quarenta, órgão consultivo da AIB. Em julho de 1937 Hugo Aranha assumiu a Chefia Provincial, dirigindo-a até a extinção da Ação Integralista Brasileira. Sob sua direção a propaganda integralista ganhou crescente espaço em *O Imparcial*, se intensificando a partir de 1935, aponto de transformar esse jornal numa espécie de *porta-voz* do integralismo na Bahia (SAMPAIO, 1985, p. 107), porém não perdeu seu caráter noticioso, abordando assuntos diversos do interesse de diferentes segmentos da sociedade.

Ao atentarmos para a linha editorial de *O Imparcial* fomos levados a cogitar dois fatores que teriam levado seu proprietário Álvaro Catarino a apoiar o integralismo na Bahia: primeiro, o temor em relação a crescente influencia das ideologias de esquerda junto ao operariado local e, segundo, o anti-juracisismo, pois o próprio tornou-se deputado estadual pela sigla da Concentração Autonomista.

No início da década seguinte, o país encontrava-se num contexto político marcado pelo regime autoritário do Estado Novo, em âmbito estadual representado pela interventoria de Landulpho Alves. No plano externo, a Segunda Guerra Mundial se desenrolava de início distante dos brasileiros, mas que em pouco tempo atingiu o país, culminando com o envolvimento direto do país no conflito com a declaração de guerra contra as nações do Eixo em 1943 e o envio a Itália da Força Expedicionária Brasileira – FEB no ano seguinte. Neste período, *O Imparcial* passou por mudanças significativas, ingressando numa nova fase após mudar de mãos, passando a pertencer ao Coronel Franklin Lins de Albuquerque. A partir de então, por razões que discutiremos mais adiante, o comportamento editorial deste jornal mudou em relação ao integralismo, e outras correntes ideológicas.

Visando compreender a relação de *O Imparcial* em sua trajetória com a Ação Integralista Brasileira, podemos definir duas fases distintas na sua política editorial. A primeira nos anos 30, pró-integralista, caracterizada pelo compromisso com o movimento integralista, especialmente na Bahia. E, a segunda, anti-integralista, durante a primeira metade da década de 40, quando este encampou violenta campanha de combate ao integralismo.

Nesta primeira fase, entre os anos de 1933-37 *O Imparcial* produziu um discurso jornalístico associando informação e propaganda política, esta entendida como *empresa organizada para influenciar a opinião pública e dirigi-la* (DOMENACH, 1936, p. 13). Esse tipo de propaganda, difundida pelos instrumentos de mídia destinada as massas, possui...

tendência totalitária, decorre da fusão da ideologia com a política; intimamente ligada à progressão tática, joga com todas as “molas” humanas. Não se trata mais de uma atividade parcial e passageira, mas da expressão concreta da política em movimento, como vontade de conversão, de conquista e de exploração. Está, essa propaganda ligada à introdução, na história moderna, das grandes e sedutoras ideologias políticas, tais como o jacobinismo, o marxismo e o fascismo, e ao embate de nações e blocos de nações nas novas guerras (DOMENACH, 1936, p. 20).

Como consequência dessa relação entre propaganda e ideologias políticas, originaram-se dois tipos de propaganda: a leninista e a hitlerista. A primeira tem por finalidade a conscientização de classe utilizando basicamente duas táticas: a denuncia_ que procura revelar ao individuo sua real condição social_ e a palavra de ordem, que introduz idéias e orienta a ação revolucionária. Portanto procura ir além da difusão e agitação, promovendo mesmo a educação política do indivíduo. Por outro lado, a propaganda hitlerista objetiva fundamentalmente a mobilização das massas. Ao comparara-la com a de tipo leninista DOMENACH (1936, p. 39) diz que o:

hitlerismo corrompeu a concepção leninista de propaganda. Transformando-a numa arma em si, utilizada indiferentemente para todos os fins. As palavras de ordem leninistas, mesmo ligando-se em definitivo aos instintos e a mitos fundamentais, apresentam base racional. Quando, porém, ao dirigir-se às multidões fanáticas, que lhe respondiam gritando “Sieg Heil”, Hitler invocava o sangue e a raça, importava-lhe apenas sobreexcitá-las, nelas inculcando profundamente o ódio e o desejo de poder. Essa propaganda não mais designa objetivos concretos; ela se derrama por meio de gritos de guerra, imprecações, de ameaças, de vagas profecias e, se faz promessas, essas são a tal ponto malucas que só atingem o ser humano num nível de exaltação em que a resposta é irrefletida. (...) Desde essa época, a propaganda não está mais vinculada a uma progressão tática, converte-se ela mesma em tática, numa arte particular com leis próprias, tão utilizável como a

diplomacia e os exércitos. Em virtude de sua força intrínseca, constitui uma verdadeira “artilharia psicológica”, onde se emprega tudo quanto tenha valor de choque, onde a finalidade a idéia não conta, contanto que a palavra penetre.

A Ação Integralista por sua ideologia e estrutura-organizacional caracteriza-se como um movimento autoritário com influências do fascismo, tendo a propaganda e a doutrinação como instrumentos de conquista e mobilização das massas para a concretização de seu projeto político. Porém, essa propaganda não se restringia à mídia. Lançando mão de variada simbologia: bandeiras, insígnias, uniformes, desfiles, cerimônias públicas de formatura de milicianos, marchas, entre outros, o movimento integralista procurou reforçar a doutrinação de seu militante e, concomitantemente, persuadir, influenciar o público externo, uma vez que essa simbologia transmitia elementos fundamentais de sua ideologia como ordem, disciplina, força, obediência, hierarquia e patriotismo. Era fundamental ao movimento diversificar os meios pelos quais sua ideologia deveria ser difundida, de maneira que atingisse amplamente os segmentos sociais. A imprensa, assim, tornou-se vital para o movimento, a começar pela imprensa integralista como destaca Héglio Trindade:

O Integralismo foi, provavelmente, o movimento político que, na história do Brasil, mais valorizou a imprensa partidária, se considerarmos o grande número de jornais e revistas que surgiram patrocinados pelos integralistas (TRINDADE, 1980).

Dentre os jornais mais importantes da AIB estavam os periódicos *A Ofensiva* e o *Monitor Integralista*, este último funcionava como um diário oficial do Movimento, divulgando diretrizes das lideranças nacionais, programas, regulamentos e outros.

O *Monitor Integralista*, em edição de 7/10/1937, no artigo *As realizações da AIB*, apresentava a Imprensa Integralista como um dos grandes feitos da Ação Integralista Brasileira ao longo de sua curta existência. Essa imprensa era representada pelos periódicos: 105 hebdomadários e quinzenários espalhados por todas as províncias; 03 revistas ilustradas: *Anauê*, *Brasil Feminino* e *Sigma*, todas editadas no estado do Rio de Janeiro; *Panorama*, revista de cultura, editada em São Paulo; O *Monitor Integralista*, órgão oficial da AIB; além de aproximadamente 3.000 boletins, semanais e quinzenais;

8 grandes diários: *A Ofensiva*, do Rio de Janeiro; *A Acção* de São Paulo; *Diário do Nordeste*, do Recife; *A Razão*, de Fortaleza; *Acção*, de São Luiz; *A Província*, de Maceió; *Correio da Noite*, de Porto Alegre e *O Imparcial*, de Salvador (CAVALARI, 1999).

Dentre os jornais integralistas da Bahia se encontram: *O Imparcial*, *A Província*, *O Popular*, *O Operário* e *A Voz do Estudante*, todos editados em Salvador; *A voz do Sigma* e *O Jornal*, ambos de Jequié; *O Sigma*, de Itabuna; *A Faula*, de Maragogipe; *O Serrinhense*, de Serrinha; *O Sertão*, de Lençóis; *A Mocidade*, de Santo Amaro.

O jornal *A Província*, órgão oficial de imprensa do Núcleo Provincial da AIB na Bahia foi fundado em 1934 por iniciativa do Chefe do Departamento Provincial de Imprensa Brasilino de Carvalho, primeiro diretor do jornal. Em editorial o diretor Ewvaldo Caldas, expôs os objetivos do jornal, afirmando ser este um *imperativo do grande desenvolvimento do integralismo na Bahia. Era necessário trazer informados os núcleos que se formavam por toda parte no interior baiano, da marcha do movimento em todo o país. Era necessário intensificar a idéia da propaganda integralista* (*A Província*, ano I, nº 5, 28 fev. 1935, p. 8).

Mais do que manter informados os integralistas da capital e interior, *A Província* como todos os demais jornais integralistas, tinha também a função de reforçar a doutrinação e promover a mobilização do militante através da uniformidade e padronização tanto do conteúdo quanto da forma pela qual este deveria ser publicado e, portanto, apresentado ao leitor. Essa padronização consistia numa das estratégias adotadas pelo movimento integralista, visando garantir sua unidade e fortalecimento.

Os propósitos doutrinários da imprensa integralista eram atingidos, em grande medida, pela articulação entre o jornal e o livros doutrinários; o primeiro popularizava o conteúdo presente no segundo. Essa *bibliografia doutrinária*¹⁹, composta por dezenas

¹⁹ Dentre as obras de caráter doutrinárias produzidas por Plínio Salgado estão: “O que é o Integralismo” (1933), “A doutrina do Sigma”(1935), “Despertemos a Nação”(1935), “Psicologia da Revolução”(1935), “Despertemos a Nação”(1935), “A quarta humanidade”(1936), “Palavra nova dos novos tempos” (1936) e “Páginas de combate” (1937). São de Gustavo Barroso os livros: “A palavra e o pensamento integralista” (1935), “O quarto império” (1935), “O Integralismo em Marcha” (1936) e “O que o Integralista dever saber” (1937); Miguel Reali escreveu: “Formação da Política a Burguesa” (1934);

de títulos entre os quais obras de Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reali, dentre outros intelectuais integralistas, tinham seu conteúdo veiculado pelos jornais de forma mais simplificada, acessível e uniforme a todo militante, não importando se este vivesse no Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará ou Bahia era fundamental transmitir a doutrina da mesma maneira. Rosa Cavallari mostra que essa estratégia visava induzir o militante a adotar determinado comportamento, e esclarece este ponto se remetendo a Foucault, que em *Os corpos dóceis*, afirma que o surgimento das disciplinas no século XVIII deram origem a uma *‘mecânica do poder que define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, as técnicas, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina’*(CAVALARI, 1999. p.82)

A uniformidade e padronização da transmissão da doutrina pela imprensa integralista eram garantidas por mecanismos de controle como a Secretaria Nacional de Imprensa (S.N.I.), Sigma-Jornais Reunidos e as Comissões de Imprensa. A Secretaria Nacional de Imprensa tinha a função de orientar o exercício do jornalismo, agindo de acordo com o Código de Ética do Jornalista do Chefe Nacional, o controle era rígido, e todos os órgãos de imprensa integralistas eram obrigados a enviar ao S.N.I. e ao Chefe Nacional Plínio Salgado um exemplar de cada edição.

O jornal que não seguisse a orientação do S.N.I. estava sujeito a punições. O consórcio jornalístico Sigma-Jornais Reunidos criado em 1935, reunia mais de 88 jornais integralistas que circulavam por todo o país. Este consórcio estava submetido ao S.N.I. que concedia autorização para a vinculação desses jornais à Ação Integralista Brasileira. As Comissões de imprensa funcionavam junto aos gabinetes dos Chefes Provinciais e Municipais, cuja função era selecionar matérias e artigos doutrinários e censurar aquelas publicações que se afastavam da orientação do SNI. Portanto esses três instrumentos de controle agiam, se articulavam, buscando evitar qualquer desvio na orientação ideológica.

A padronização gráfica na imprensa integralista era obtida através da utilização dos mesmos recursos técnicos e modelo de diagramação. Esta se apresentava de diversas

“ABC do Integralismo” (1935), “Perspectivas Integralistas”(1935), “A doutrina do Sigma”(1935), e “Atualidades brasileiras” (1937).

formas, como a utilização de boxes contendo lembretes, manchetes panfletárias, ilustrações em que se dava mais destaque a personalidades do que aos acontecimentos. E ainda havia as colunas de títulos variados, contendo informações sobre as atividades realizadas pelo movimento.

A imprensa integralista estava, portanto, direcionada aos membros do movimento, visando como vimos à doutrinação e mobilização dos mesmos. A propaganda, necessária a arregimentação de novos adeptos, estava voltada para o público externo, uma vez que:

Por existirem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários são forçados a recorrer ao que ao que comumente chamamos de propaganda. Mas essa propaganda é dirigida a um público de fora _sejam as camadas não-totalitárias da população do país ou os países não-totalitários do exterior (...)
(ARENT, 1979, p. 74).

A veiculação de sua propaganda através da imprensa não-partidária, principalmente pela grande imprensa, era vital às pretensões do movimento integralista. Consideramos que os jornais se destinavam a um conjunto restrito de consumidores, ou seja, a um reduzido público leitor, devido ao altíssimo índice de analfabetismo existente no país. O discurso produzido e veiculado pela imprensa tinha ampla inserção entre os setores médios da sociedade, influenciando suas opiniões. *O Imparcial* ao adotar uma linha editorial pró-integralista, tornou-se um importante veículo difusor da propaganda da Ação Integralista Brasileira na Bahia.

As atividades da Ação Integralista e sua ideologia ganharam espaço em *O Imparcial* através de notas, comunicados, colunas, seções, editoriais e reportagens. Na coluna intitulada “*Movimento Integralista*” se informava: reuniões doutrinárias; eventos litero-musicais e educação física; instalação de departamentos; fundação de núcleos distritais e municipais; “bandeiras”; desfiles em comemorações cívicas; celebração de cerimônias religiosas; desenvolvimento de ações de assistência social; realização de cerimônias de casamentos e funerais segundo o rito integralista, instalação de núcleos em colégios, faculdades e sindicatos; realização de congressos integralistas, orientação ao eleitor integralista; fundação de escolas; denúncias contra atos de repressão ao integralismo na

Bahia e em outros estados; visita de lideranças integralistas ao estado; ingresso de novos adeptos, cerimônia de formação de milicianos; entre outras.

O chefe nacional Plínio Salgado e outros líderes foram entrevistados. Na seção *Pela Ordem...* foram publicados em 1934, artigos de Antônio Balbino, Guilherme Marback, Renato Couto, e, a partir de 1935 foram freqüentes os artigos de integralistas, entre os quais líderes nacionais e locais: Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Madeira de Freitas, Joaquim de Araújo Lima, Rubem Nogueira, Alberto Guerreiro Ramos²⁰, Alexandre Machado, Afrânio Coutinho²¹ e Isaías Alves²²

A partir de 1937 *O Imparcial* destinou quinzenalmente uma página inteira, intitulada *Semana Universitária*, à publicação de artigos escritos por estudantes e professores integralistas do meio universitário e secundarista. Nesses artigos eram discutidos temas relacionados à doutrina integralista e ao pensamento de teóricos como Oliveira Vianna e Alberto Torres e, também, transcrições de textos desses teóricos.

As atuações e opiniões de políticos integralistas ou simpáticos ao movimento apareciam nas seções *Câmara Municipal* e *Assembléia Legislativa*. A atuação de João Alves dos Santos recebia visibilidade, as referências ao trabalho do vereador integralista eram sempre acompanhada de fotografia do mesmo. Esse destaque também era atribuído aos deputados Álvaro Catharino e Raphael Jambeiro em suas atuações no legislativo estadual.

Artigos, notas, comunicados, discursos, declarações e entrevistas, extraídos de *A Ofensiva* e jornais do Rio de Janeiro foram transcritos, bem como documentos produzidos pela chefia nacional e provincial, a exemplo do *Manifesto Integralista*, *Código de Ética Jornalística da Ação Integralista Brasileira*, declarações oficiais do chefe nacional Plínio Salgado, entre outros. Incluindo também transcrição discursos de

²⁰ Nascido em santo amaro da Purificação em 1915, foi aluno do Ginásio da Bahia. Escreveu para *O Imparcial* e em revistas literárias. Em 1939 migrou para o Rio de Janeiro, onde se formou como sociólogo.

²¹ Professor da Faculdade de Direito da Bahia, jornalista e escritor.

²² Educador e diretor do Ginásio Ypiranga. Em 1940 fundou a Faculdade de Filosofia, integrada à Universidade da Bahia, em 1946. Secretário de Educação no governo Landulpho Alves.

lideranças transmitidos pelo rádio, por lideranças nacionais e provinciais, a exemplo do discurso de Beatriz Muccini da Costa Leal, chefe do Departamento Provincial Feminino, pela Rádio Commercial em agosto 1936.

A relação de *O Imparcial* com o rádio não se limitou a transcrição de discursos. A rádio *Voz d'O Imparcial* foi criada para *servir de complemento* ao jornal. Em sua programação constava a transmissão do noticiário publicado no jornal. Assim, a propaganda integralista era transmitida regularmente e presumivelmente chegava a um público mais amplo. A Ação Integralista utilizou o rádio como instrumento de doutrinação, como explica CAVALARI (1999, p. 125):

O mais avançado meio de comunicação de massa da época foi utilizado pela A.I.B. de maneira esporádica, isto é, a A.I.B. não possuía um horário fixo ou um programa regular de rádio. Entretanto, através de horário pago nos momentos considerados decisivos a nação, a palavra do Chefe Nacional chegava, via rádio, às mais distantes regiões do país. Para ouvi-la os militantes se preparavam com antecedência. Em clima de grande expectativa algumas providencias eram tomadas: convocavam-se reuniões com todos os núcleos integralistas do país e, no dia marcado, a oração de Plínio Salgado era ouvida pelos Camisas-verdes, com reverencia e retransmitida para a população local, através de alto-falantes colocados fora das sedes.

Forma semelhante de utilização do rádio foi realizada pelos integralistas durante a visita de uma “bandeira” integralista ao município de Santo Amaro da Purificação, quanto os aparelhos de rádio foram colocados na principal praça da cidade para que a população ouvisse o discurso de Plínio Salgado (*O Imparcial*, edição n. 1355, 08 jun. 1936, p.8). Em 03 de agosto de 1937, o discurso do chefe nacional da AIB foi transmitido pela Rádio Mayrink Veiga. *O Imparcial* transcreveu esse discurso na íntegra.

A propaganda integralista nas páginas de *O Imparcial* se destinava ao enaltecimento do movimento e seus líderes, a transmissão em linguagem simplificada da ideologia integralista, minimizar ou omitir fatos considerados negativos à imagem da Ação Integralista. Assim, a cobertura quase que diária das ações do movimento integralista, entrelaçando na notícia informação e propaganda, permitia o acompanhamento do

movimento tanto em relação ao desenvolvimento de sua estrutura organizacional e inserção nos diversos segmentos da sociedade, quanto do cotidiano de seus adeptos. E, assim, fazendo com que o integralismo deixasse a condição de obscura ideologia, para torná-la realidade conhecida, concreta e familiar ao público leitor.

A expansão do movimento consistia na meta primordial dos líderes integralistas baianos após a instalação do núcleo provincial, *O Imparcial* destacava as adesões ao movimento, afirmando que *as fileiras do 'sigma' vão engrossando, a pouco e pouco. O movimento integralista de Plínio Salgado vai conquistando terreno, registrando o Núcleo da Bahia numerosas adesões, que se processam espontaneamente, depois de examinada e compreendida a doutrina integralista* (*O Imparcial*, edição n.981, 20 mai. 1934, p. 3).

A divulgação da programação de atividades a serem realizadas pelo movimento, passava a idéia de um movimento político organizado, dinâmico e em constante crescimento, a exemplo desta matéria sobre visita da “bandeira” integralista ao Recôncavo.

Está despertando grande interesse a excursão que o núcleo integralista da Penha vai realizar a Santo Amaro no próximo domingo, dia 09 do corrente. Grande número de camisas verdes e outras pessoas tomaram parte na viagem que promete grande entusiasmo. Os excursionistas vão assistir a grande concentração que em Santo Amaro vão realizar os núcleos de Muritiba, Cachoeira, Maragogipe e São Felix, que convergirão para S. Amaro, por terra, outros por mar. Haverá a fundação do núcleo integralista de S. Amaro realizando-se uma grandiosa sessão às 19 horas, em que deverão falar o dr. Herbert Fortes, d. Dogmar Fortes, chefe do departamento Feminino da capital e Victor Hugo Aranha, Chefe do departamento de propaganda. À tarde será instalado o núcleo, jurando nessa ocasião, fidelidade ao integralismo os trinta primeiros camisas verdes de Santo Amara. Na praça da Purificação, a mais bela e importante da cidade serão instalados aparelhos de rádio para que todos possam ouvir a voz do Chefe Nacional que vai falar nesse dia (*O Imparcial*, edição n. 1355, 08 jun. 1936, p.8).

Mais do que aproximar o integralismo do público, *O Imparcial* pretendia apresentá-lo como uma ideologia aceita amplamente pela sociedade baiana, expressa em adesões ou

manifestações de simpatia e entusiasmo ao movimento, empregando linguagem sensacionalista, tão apropriada a propaganda política, o jornal fez ampla cobertura do I Congresso Integralista da Bahia, em novembro de 1935, o evento mais importante organizado pelos integralistas baianos. Atribuindo grande magnitude ao acontecimento, transcreve em manchete a fala do chefe nacional e em seguida relata a repercussão do congresso:

Encontrei a Bahia de pé! O Integralismo, a grande Revolução do Espírito, o movimento das supremas aspirações da pátria, despertou as energias tradicionais da grande Bahia. Tradicional brasileira, berço do meu Brasil. Podem os 800.000 camisas-verdes da imensa carta geográfica confiar no povo baiano! A Bahia nunca deixou de comparecer na História, nas Horas sagradas e decisivas! (PALAVRAS DE PLÍNIO SALGADO, AO "O IMPARCIAL", AO DESPEDIR-SE DA BAHIA).

O primeiro Congresso Integralista da Bahia afirmou a sua vitalidade em todo o Brasil, do movimento do Sigma. Três dias esteve reunido o congresso, mas três dias de grande atividade. O chefe nacional do integralismo passava em revista as energias da Bahia, argumentando-a com sua palavra de fé. (...) Sessões grandiosas onde o povo se comprimia durante horas, e horas, para ouvir a palavra empolgante, dominadora do chefe do integralismo; as solenidades, a passagem do chefe pelas ruas, onde a multidão estacionava, os aplausos estrondosos que ainda ecoam, da memorável sessão do encerramento, no "stadium" da graça! A apoteose do Congresso, com milhares de camisas-verdes, que deram á cidade a impressão de uma onda envolvente! (*O Imparcial*, edição n.1412, 14 nov. 1935, p.1.

Os regimes fascistas europeus ganharam espaço em *O Imparcial* nesta fase pró-integralista. A guerra civil espanhola que eclodiu em 1936 foi apresentada pelo jornal como luta do povo espanhol para livrar seu país do comunismo. Anos antes o governo Salazar e o autoritário Estado Novo português implantado em 1933, já vinha sendo elogiado. Todavia foram os regimes fascista italiano e nazista alemão que receberam maior destaque no jornal. Assuntos diversos relacionados a política interna e externa, economia, sociedade e cultura referentes a Itália e a Alemanha foram publicados. Esse variado noticiário se originava das agências de notícias internacionais.

Em seu discurso sobre o regime fascista italiano, *O Imparcial* justificou a campanha militar italiana ao continente africano pela conquista da Etiópia, como o passaporte das populações africanas à civilização e seus supostos benefícios, representado pela presença italiana. Matérias foram publicadas relatando as comemorações pela passagem do aniversário de Mussolini na Casa D'Itália da Bahia por italianos natos e descendentes. Quanto ao regime nazista foram veiculados discursos e declarações do chanceler Adolf Hitler sobre a Alemanha e sua política externa, além de matérias que destacaram a melhoria nas condições de vida da população do país, feitos atribuídos à competência do governo e seu líder. A campanha anti-semita dirigida pelo governo alemão foi apontada como exemplar.²³

O combate ao integralismo na Bahia partia de muitas frentes; organizações estudantis, sindicais, organizações políticas, chefes políticos do interior e o próprio governo estadual. *O Imparcial* ao denunciar enfaticamente as ações de repúdio e repressão ao integralismo, qualificava as mesmas como arbitrariedades_ quando partiam de governos municipais e estaduais, principalmente em períodos eleitorais_ ou perigosas atividades comunistas, e procurou construir a imagem do militante integralista como um indivíduo dotado de firme convicção ideológica, não vacilando mesmo quando combatido em suas ações e idéias. *O Imparcial* veiculava um discurso profundamente anti-comunista, procurando legitimar o papel do movimento integralista enquanto única organização política capaz de combater eficientemente a “ameaça comunista” na sociedade brasileira, objetivando conseqüentemente promover o fortalecimento e expansão do próprio movimento.

Após a reabertura do núcleo provincial da Bahia, autorizada pela Justiça, os integralistas realizaram em 12 de julho de 1937, na Praça da Sé, o primeiro comício eleitoral em favor da candidatura de Plínio Salgado a presidência da república. Protestos partiram do público presente interrompendo a fala dos oradores e provocando um princípio de tumulto. *O Imparcial* utilizando a terminologia típica do discurso anticomunista

²³ Apesar da posição de *O Imparcial* em relação ao tratamento dispensado aos judeus na Alemanha nazista, é necessário lembrar que o anti-semitismo não foi a tônica do movimento integralista. Os integralistas que aderiam as idéias anti-semitas correspondiam apenas a uma corrente no interior do movimento, liderada por Gustavo Barroso que em obras como *Brasil, Colônia de banqueiros, e Roosevelt é judeu* defendeu abertamente o anti-semitismo (LAVINE, 1980, P.198).

presente na imprensa brasileira das décadas de trinta e quarenta, qualificou o grupo de descontentes como:

troço de comunistas, que para lá foram com a intenção preconcebida de provocar desordens, tentou prejudicar o orador integralista, dirigindo-lhe apartes descabidos. (...) Durante todos os discursos os desordeiros contumazes procuraram criar um ambiente de anarquia, revelando bem o seu espírito extremista. (...) A atitude provocadora dos vermelhos foi objeto de censura geral e de enérgicos protestos da assistência esta aplaudiu de modo verdadeiramente impressionante, os oradores integralistas que assim, obtiveram uma grande vitória moral. (*O Imparcial*, edição n.2108, 13 jul. 1937,p.5)

A imprensa integralista também se tornou alvo dos opositores, o jornal *O Sigma*, de Itabuna, sofreu censura prévia das autoridades policiais, que proibiram a publicação de uma frase atribuída ao presidente Vargas, transcrita de um semanário carioca. A frase *O Integralismo, até hoje, não praticou nem pregou nenhuma doutrina que autorizasse contra ele medidas assecuratórias da ordem pública* _ Getúlio Vargas seria a manchete da edição censurada. O relato e condenação do episódio foi considerado atentatório a liberdade de imprensa,

Queremos nos referir ao serviço de censura á imprensa, que em todo o país se está exercendo com o maior critério, limitada, como é natural, ás atividades comunistas e a orientação do noticiário sobre diligencias contra os conspiradores vermelhos, de maneira a que essas diligencias não sejam prejudicadas. Trata-se do jornal de Itabuna _ “O Sigma”. Temos em mãos alguns exemplares desse jornal, com páginas inteiras censuradas. Os artigos que incidiram nessa censura feroz versam, conforme nos foi mostrado, matéria puramente doutrinária, alguns dos quais simples transcrições de outros jornais já dados á circulação no Rio e nesta capital, sem incorrer, de qualquer forma, em proibição policial. (*O Imparcial*, edição n. 1355, 08 jan. 1936).

Os adversários do integralismo lançaram mão da violência quando atacaram com dinamite a sede de *O Imparcial*, porém sem provocar maiores danos materiais ou vítimas. O jornal atribuiu o atentado aos comunistas, devido à cobertura da “intentona”

levada a feito por membros Partido Comunista do Brasil –PCB e da Aliança Nacional Libertadora -ANL ocorrida em novembro nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Natal.

A reação de *O Imparcial* enquanto um jornal representante das classes conservadoras e fortemente compromissado com o integralismo diante da “intentona” comunista de 1935, consistiu na reprodução de um discurso anticomunista ainda mais virulento e sensacionalista. *O Imparcial* não foi uma exceção, pelo contrário, seu posicionamento acompanhou uma tendência principalmente da grande imprensa brasileira diante daquele acontecimento. Desde o início do século a grande imprensa baiana produzia um discurso anticomunista.

Repercussão da revolução Russa de 1917 também será motivo para a incessante campanha, iniciada em 1918, pelos jornais baianos contra o comunismo. Longos editoriais denunciando as mazelas do maximalismo são produzidos pela imprensa que já começa a receber notícias da comissão de Informação Pública dos Estados Unidos, em Nova York (SANTOS, 1985, p. 3).

A “intentona comunista” de 1935 concretizou a possibilidade de uma revolução comunista no Brasil, mobilizando os setores conservadores da sociedade brasileira no intuito de combater sem tréguas o comunismo. O imaginário se configurou enquanto espaço de embate simbólico entre comunistas e anticomunistas, construindo um maniqueísmo político-ideológico. Essas forças políticas lançaram mão da estratégia de identificação do outro com o mal utilizando os pares antitéticos,

Tudo isso é projetado no objeto externo, no outro, ou seja, no comunista e/ou burguês capitalista, no latifundiário, no operário, no liberal, no ateu, no judeu, no miscigenado, no pobre, no matrimônio ilícito, na vida mundana. Ao projetar o mal (mau), identificam-se nele todas as ameaças de decomposição, do esfacelamento social e defendem-se instituições que garantam a identidade e confirmem a segurança contra a decomposição: a pátria, a propriedade, a família, a autoridade, a civilização, o cristianismo, a moral (DULTRA, 1997, p. 23).

A candidatura de Plínio Salgado às eleições presidenciais de 1938 consistiu num outro estímulo a intensificação do discurso anti-comunista de *O Imparcial*. Este teve

continuidade após a instauração do Estado Novo, que a princípio recebeu apoio dos integralistas que viram no regime que se iniciava a viabilidade de construção do Estado forte, capaz de garantir a ordem política e a harmonia social, metas fundamentais do projeto político representado pelo Estado Integral e adoção de outros pontos da doutrina integralista. Manchetes em letras garrafais eram publicadas, a exemplo de: “*Os inimigos de Deus, da Pátria e da família, os comunistas merecem toda a repulsa intransigente dos brasileiros dignos*” (*O Imparcial*, edição n.2242, 24 nov. 1937). “*E ainda: Brasileiro! Trabalhe pelo paiz e põe-te em guarda contra o comunismo nefando, inimigo de Deus, da Pátria e da Família!*” (*O Imparcial*, edição n.2245, 27 nov. 1937). Logo após o fechamento das sedes integralistas em setembro de 1936, *O Imparcial* numa nota na primeira página, intitulada “O IMPARCIAL” E AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS __ Necessária e oportuna reafirmação de atitude”, alegando não ter vínculos partidários, procurou explicar a linha editorial seguida pelo veículo em relação ao integralismo, tomando o anti-comunismo como principal justificativa.

Mais de uma vez temos dito e queremos repeti-lo agora.”*O Imparcial*” norteia sua ação jornalística com inteira independência. Não estando filiado a nenhum partido, sente-se muito á vontade para a todos julgar os seus atos aplaudíveis, da mesma forma que apontando, verberando os que merecem censura. Em relação ao comunismo, sua atitude é de franco e decidido combate, quer seja dizem defensoras da democracia e do regimen, tais as uniões Democráticas Universitárias, às Frentes únicas Proletárias, as Frentes Populares Pró-Democrácia e quantas outras mistificações andam por aí. Com esse objetivo _ o de combater sem tréguas a sinistra ideologia que os agentes bolchevistas teimam em querer impor ao nosso país _ “*O Imparcial*” acolhe nas suas colunas, dando-lhes todo estímulo, os movimentos sinceramente anti-comunistas que existem ou venham existir no Brasil ou particularmente na Bahia (...).

Depois de se posicionar contra qualquer organização que identificasse como comunista²⁴ *O Imparcial* explica as razões de seu apoio ao integralismo:

²⁴ Segundo Carla Luciana Silva “é necessário delimitar o que os textos anticomunistas endendem por comunismo”, “pois não é uma representação do ‘real’ que os anticomunistas estão publicando, e sim aquilo que eles compreendem como comunismo” Assim, o comunismo encontra-se “centrado em um indivíduo, em um partido, em um determinado grupo social, em um país, às vezes visto como uma ameaça iminente ou distante, às vezes uma abstração.” (OLIVEIRA, 2004).

(...) Movimento francamente nacionalista, puramente brasileiro, desenvolvendo-se dentro da ordem e do respeito às autoridades, constituindo uma poderosa barreira a dominação da ideologia comunista em nosso país, colaborando lealmente com o Poder Público na repressão ao banditismo vermelho, o Integralismo _ só por isso _ merece o estímulo de “O Imparcial” manifestando no acolhimento aos artigos dos seus publicistas, na divulgação de seu noticiário e na criação de uma secção de sua responsabilidade para as publicações de seu interesse. Da mesma forma “O Imparcial” trata quaisquer outros movimentos que se enquadram nos altos objetivos patrióticos do seu programa, dando-lhes todo o apoio, acolhendo a colaboração dos seus escritores, abrindo colunas à divulgação do seu noticiário e á propaganda dos seus pontos de vista doutrinários (...).

Em seguida, o comunicado chega ao ponto fundamental para compreender a linha editorial pró-integralista do jornal, o combate às ideologias de esquerda junto ao operariado baiano,

de referencia ao operariado, sua atitude não varia. Não tendo recusado jamais o seu apoio às causas justas dos operários, mantem-se irredutível nesse propósito. Apenas “O Imparcial” distingue entre o operário ordeiro, trabalhador, que defende os seus interesses dentro do sindicato legalmente constituído, amparado nas leis sociais brasileiras, e os agitadores rotulados de operários, que se arvoram em líderes trabalhistas, e vivem, fora da lei, arregimentando em FRENTE POPULARES, UNIÕES SINDICAIS e outros disfarces comunistas, o que chamam as “massas proletárias”. A estes, “O Imparcial” combaterá com desassombro, assim como não permitirá sem a sua energia advertência movimentos subterrâneos, conspirações, articulação de forças, preparativos de golpes armados, planos de subversão da ordem visando a queda do Poder constituído ou a mudança violenta do regimen, partam de onde partirem esses movimentos (*O Imparcial*, edição 1803, 05 set. 1936, p.1).

A proibição das atividades integralistas não alterou o comportamento editorial do jornal, apenas diminuindo o volume de notícias, uma vez que cessaram as atividades da Ação Integralista no estado. O jornal cobriu o desenrolar da repressão ao movimento; o fechamento da sede, prisão dos líderes integralistas, a repercussão entre integralistas no interior e acompanhou os processos contra os envolvidos na suposta conspiração contra o governo estadual em tramite no Tribunal de Segurança Nacional.

Há registros de desobediência dos integralistas a essa proibição, quando em outubro de 1936, Victor Hugo Aranha tentou realizar em Salvador a *Noite dos Tambores Silenciosos*, cerimônia que representava a *amargura dos camisas-verdes pela extinção da sua Milícia* (*O Imparcial*, edição n.1837, 09 out. 1936). Essa cerimônia deveria transcorrer, simultaneamente no Rio de Janeiro, sede nacional da AIB sob o comando de Plínio Salgado, e em todos os núcleos distritais, municipais e provinciais do país. A tentativa de desobediência resultou na prisão do jornalista, logo posto em liberdade após prestar esclarecimentos às autoridades policiais. A reabertura do núcleo provincial em julho de 1937 trouxe de volta o noticiário em torno das atividades da Ação Integralista, enfatizando a campanha eleitoral do chefe nacional.

A instauração do Estado Novo, ao contrário do que inicialmente os integralistas esperavam, representou o fim da AIB, pois perdeu o sentido de ser enquanto movimento político, uma vez que o Estado Novo adotou vários pontos da sua doutrina, como a implantação de um Estado forte e autoritário. E, ainda, as expectativas dos integralistas de uma participação política mais efetiva no poder foram frustradas por Vargas. Não demorou muito para o apoio ao novo regime se convertesse em insatisfação e revolta. Em maio de 1938 integralistas realizaram ataques ao palácio da Guanabara e edifícios da Marinha, invadiram estações de rádio na capital federal. Essa tentativa de golpe fracassou, resultando na prisão dos envolvidos e abertura de processos contra os mesmos. Apesar da fuzilaria durante o ataque ao Guanabara, Vargas e sua família escaparam ilesos.

O Imparcial classificou de *subversiva* a tentativa de golpe dos integralistas, porém interpretou-a enquanto ação isolada de *Elementos da ala revolucionária da Ação Integralista Brasileira, com a cooperação de decaídos políticos de outros partidos, dissolvidos com o 10 de novembro (...) tentando um assalto*. E assim, salvaguardou a imagem do ex-chefe nacional, isentando-o de qualquer responsabilidade naquele trágico acontecimento, pois não havia “*Nada está apurado contra o Sr. Plínio Salgado*”. (*O Imparcial*, edição n.2406, 12 de nov. de 1938).

Segundo Wilson Lins, *O Imparcial* vinha de uma fase ruim, devido ao comprometimento com o integralismo. As mudanças ocorridas após a tentativa de golpe integralista, com a saída de Victor Hugo Aranha da direção em 1938, substituído pelo

proprietário Álvaro Catharino, além da redução do formato de standard para de tablóide, indicavam um momento de crise financeira do jornal. Em abril de 1941 a empresa Companhia Editora Mercantil da Bahia S/A efetuou a venda de *O Imparcial* ao Cel. Franklin Lins Albuquerque, este entregou a direção e redação aos seus filhos, respectivamente Franklin Junior e Wilson Lins. Da equipe de profissionais que trabalharam ao lado de Wilson Lins na redação, encontravam-se remanescentes da fase anterior entre os quais Laudomiro Menezes e Edgar Curvello. Franklin Lins de Albuquerque, um dos grandes chefes políticos do interior, comandava os municípios de Pilão Arcado e Remanso e exercia sua liderança por toda vasta região do Médio São Francisco devido a forte influencia que exercia sobre outros chefes políticos de menor envergadura. Apesar da oposição inicial a Revolução de 30, disponibilizou ao governo provisório o exército de jagunços que comandava para lutar contra as forças constitucionalistas em 1932. Antes se tornou a principal liderança da Coligação Sertaneja em apoio a Juracy Magalhães, consolidando a estratégia de controle político do estado pelo jovem interventor (SAMPAIO, 1985, p. 91). Após a instauração do Estado Novo, o cel. Franklin Albuquerque não perdeu prestígio junto ao presidente da república graças a aproximação que tinha com os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, e se aliou a Landulpho Alves mantendo sua influencia no governo estadual. Mas, em 1941 essa aliança terminou em razão de desentendimentos políticos.

A partir de então objetivando o desgaste e queda do interventor, Franklin Lins de Albuquerque comprou *O Imparcial*, pondo o jornalismo a serviço de suas disputas políticas. Wilson Lins admitiu a motivação política de seu pai *passando o tempo do rompimento pelas armas, o coronel não teve dúvida em recorrer a uma arma moderna mais eficiente: a imprensa. A compra de 'O Imparcial' não se efetivou por outro propósito senão brigar* (LINS, 1997, p. 67).

FALCÃO (2000, 184-185) atribui esse rompimento político que resultou na compra do matutino ao fato do cel. Franklin Albuquerque não ter se sentido prestigiado pelo interventor...

Wilson Lins atendia aos interesses de seu pai, Franklin Lins de Albuquerque, prestigioso chefe político e caudilho do Sertão Bahiano, um dos “coronéis” remanescentes da primeira república, que ainda possuía “polícia” própria

constituída de capangas, mesmo na capital. Como ao interventor não interessava esse tipo de caudilhismo sertanejo, ele não prestigiava o coronel Franklin e, ao contrário, o perseguia, não atendendo aos seus pedidos de nomeação de autoridades municipais e cancelando o privilégio que lhe assegurava o monopólio para a exportação da cera de ouricuri, um rendoso negócio. Então, aproveitando-se da atual conjuntura, o coronel que comprara *O Imparcial*, apoiou o movimento patriótico e anti-fascista, pretendendo usá-lo contra o interventor. Ele desejava, ao lado do coronel Pinto Aleixo, o afastamento de Landulpho Alves do governo, contando, para isso, com o apoio do general Aurélio de Góes Monteiro, no Rio de Janeiro.

A Segunda Guerra Mundial, principalmente entre os anos de 1942 e 1945 trouxe mudanças significativas no cenário político brasileiro. A política de neutralidade mantida pelo governo perante o conflito, desmoronou após as agressões aos navios brasileiros atribuídas a marinha alemã, resultando na campanha mobilizadora contra o nazi-fascismo. Na Bahia, *O Imparcial* desempenhou papel relevante na defesa da democracia e contra o que denominava nazi-fasci-integralismo, estimulando a mobilização da sociedade baiana em repúdio as ideologias totalitárias e a quinta-coluna. No entanto, enquanto *O Imparcial* erguia a bandeira da democracia, o *Diário de Notícias*, também propriedade do coronel Franklin Lins de Albuquerque, pois era avalista de Antonio Balbino então à frente do jornal, pautou sua política editorial pela propaganda explícita da Alemanha nazista. Em 1942 a intensificação da campanha anti-fascista e pró-aliados provocara enorme desgaste do veículo perante a opinião pública, levando a saída de Balbino. A partir de então o jornal passou a ser impresso na gráfica de *O Imparcial* até ser adquirido pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand (PEIXOTO JR, 2003, p. 156).

Na medida em que se sucediam os ataques às embarcações da marinha mercante brasileira, causando centenas de mortes, aumentavam a indignação popular e as pressões sobre o governo, abalando a política de neutralidade perante o conflito. No início de 1941 Vargas decidiu pelo rompimento diplomático com a Alemanha, medida considerada insatisfatória, tanto que a partir de então a mobilização social se intensificou. Além do clamor popular, havia as pressões dos norte-americanos, que não pretendiam arriscar a perda do apoio brasileiro aos Aliados.

A Bahia e o Rio de Janeiro foram os principais palcos da mobilização social motivada pela campanha contra o nazi-fascismo e pró-aliados. Essa campanha conseguiu reunir os segmentos médios e populares da população baiana; profissionais liberais, representantes da pequena burguesia, funcionários públicos, operários, e principalmente os estudantes ginasianos e universitários. Estes últimos contribuíram decisivamente para o êxito da campanha, organizados através da *Comissão Central Estudantil Pela Defesa Nacional e Pró-Aliados*, criada em maio de 1942. Contando com a adesão de professores das faculdades de Direito, Medicina, Ciências Econômicas e Escola Politécnica, entre os quais membros proeminentes da política baiana a exemplo de Nestor Duarte, Jaime Junqueira Aires, Aloísio de Carvalho Filho e Orlando Gomes, todos da Faculdade de Direito.

A campanha contra o nazi-fascismo e a inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial, suscitou o questionamento do regime implantado em 1937, francamente inspirado nas experiências totalitárias européias e na doutrina integralista, exatamente as mesmas que então eram veementemente condenadas no discurso produzido por essa campanha, no qual se inseria ainda a defesa da democracia liberal. CAPELATO (2003, p. 136) explica essa contradição, “*o dilema enfrentado pela ditadura era o seguinte: como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente. A pressão popular, que exigiu a entrada do Brasil na guerra com os Aliados, já dera mostras dessa tensão, que se foi agravando até o fim do conflito*”.

Entretanto, segundo VASQUEZ (1986, p. 36) essa campanha que condenava o fascismo e levantava a bandeira da democracia *não constituiu, contudo oposição explícita ao regime autoritário de Vargas*. E conclui que o êxito da campanha pela redemocratização na Bahia ocorreu em razão de dois fatores:

O isolamento das elites políticas baianas, alijadas do poder na vigência do Estado Novo, justificou a aliança entre lideranças tradicionalmente antagônicas _Octávio Mangabeira e Juracy Magalhães_ dispostos a reconquistar o espaço político perdido, com conseqüências que implicaram até em exílio de figuras proeminentes como Octávio Mangabeira, em 1937; a constituição de uma Frente Democrática composta de estudantes, intelectuais, representantes dos trabalhadores e da pequena burguesia local, com a participação significativa de militantes do PCB-BA, provocando um amplo movimento de massas. (VASQUEZ, 1986, p. 37).

De fato, mesmo na clandestinidade, a atuação dos comunistas na Bahia teve fundamental importância, uma vez inseridos nos diversos segmentos sociais, mobilizando principalmente os meios operário e estudantil através de células ligadas ao Comitê Regional. Entre aqueles que se destacaram encontram-se os líderes Mário Alves e Giocondo Dias, e os estudantes João da Costa Falcão, Jacob Gorender, Dante Leonelli, Ariston Andrade Zilteman, de Direito; Delorme Martins, de Medicina; Fernando Santana, Aquiles Gadelhado, de Engenharia e Arlindo Santana, de Ciências Econômicas.

As manifestações públicas despertavam o sentimento patriótico do povo baiano, mas também a xenofobia. Os alemães eram os mais visados, mas a desconfiança atingia também a italianos e japoneses. Estabelecimentos comerciais pertencentes a alemães e teuto-brasileiros foram alvos de depredações, como ocorrera a loja de charutos Dannemann & Cia., em 12 março de 1942 durante uma manifestação no centro da cidade (SAMPAIO, 1997, p. 136)

Nas manifestações públicas se multiplicavam as acusações contra os integralistas, atribuindo-os a pecha de traidores da pátria nos discursos e em frases escritas em faixas e cartazes diziam: *Ser integralista é ser traidor* e *O fascismo é contra Deus, contra a pátria, contra a família* (SAMPAIO, 1997, p.138) Além da campanha anti-integralista os ex-membros da AIB foram alvo de ações repressivas do Departamento de Ordem Política e Social- DOPS, Rômulo Mercuri, um dos líderes integralistas baianos, foi preso e no interior do estado uniformes e material de propaganda integralista foram apreendidos (SAMPAIO, 1997, p.147). O líder integralista e professor piauiense Herbert Parentes Fortes, docente da Faculdade de Filosofia e do Ginásio da Bahia foi acusado de quinta-coluna em manifestações dos alunos dessa instituição de ensino e impiedosamente criticado nas páginas de *O Imparcial*. As pressões levaram-no a deixar aquele ginásio. Segundo VIEIRA (1974), amargurado pela acusação de traição à pátria, Herbert Fortes partiu da Bahia para viver no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1952.

A grande imprensa local, exceto o *Diário de Notícias*, se engajou na campanha anti-fascista. Se destacaram o *Diário da Bahia*, *A Tarde* e principalmente *O Imparcial*, este após breve interrupção, voltou a circular em 19 de abril de 1941, contendo mudanças, a mais significativa na política editorial. Segundo Wilson Lins havia a preocupação da

direção em desassociar a imagem de *O Imparcial* do integralismo perante a opinião pública, devendo retornar com *um novo espírito, nova roupagem, a favor da democracia, tanto que o partido comunista vivia lá dentro, na clandestinidade* (Revista da Bahia, 1989, p. 17). Essa guinada na linha ideológica do jornal teve como maior responsável Wilson Lins, que fortemente influenciado pela democracia liberal norte-americana, após duas viagens a América do Norte entre 1942-45 (VASQUEZ, 1986, p. 11), encampou a campanha contra o nazi-fasci-integralismo e defesa da democracia, repercutindo no aumento da circulação e angariado apoio e prestígio junto à opinião pública.

Mas o jovem redator-chefe de *O imparcial* tivera seus dias de *camisa-verde*. O catolicismo conduziu Wilson Lins ao integralismo. Em 1933 quando ginasião do Carneiro Ribeiro, Wilson Lins, católico fervoroso, se envolveu numa polêmica sobre religião com o colega ateu Milton Caíres de Brito. Tomando conhecimento da história, o procurador de sua mãe, Milcíades Ponciano Jaqueira, cogitado para chefe do nascente núcleo provincial da Ação Integralista Brasileira na Bahia, lhe entregou um pequeno livro e recomendou que este consistia numa arma para *combater os sem Deus* do seu colégio, tratava-se do Manifesto Integralista. Menor de idade, tendo 13 para 14 anos, mesmo sem autorização paterna, passou a freqüentar as reuniões doutrinárias promovidas pelo Departamento de Cultura, assistindo a palestras de Alberto Guerreiro Ramos, Herbert Parentes Fortes e outros doutrinadores do movimento. Nessas reuniões teve os primeiros contatos com a filosofia nietzscheana, e recebeu das mãos do companheiro integralista José Bonifácio Mariani o livro *Assim Falou Zaratustra*. Wilson Lins alega que o contato com a filosofia nietzschiana abalou suas crenças políticas e religiosas, e conclui que, por esta razão, se afastou do integralismo (LINS, 1997, p.38)

Uma década depois os tempos eram outros, Wilson Lins integrava à equipe de jornalistas e colaboradores de *O Imparcial*, que contava com a participação de membros do PCB como: Jacob Gorender, Mário Alves, Eusínio Lavigne e o escritor Jorge Amado, que em 1943 praticamente dividiu com o amigo Wilson Lins o comando da redação do matutino, após retornar do exílio vindo morar na Bahia. A atuação dos comunistas foi vital para o sucesso da campanha anti-fascista movida pelo jornal.

Nessa campanha o fantasma do integralismo rondava a cabeça dos comunistas baianos, associando-o a quinta-coluna, ou seja, colaboradores dos países do Eixo, viam sinais de sua atuação em toda parte. Na coluna *Hora da Guerra*, Jorge Amado num artigo alerta os incrédulos sobre as ações da quinta coluna e dos integralistas,

(..)A ilusão de que a quinta-coluna estava exterminada, que os agentes nazistas se encontravam todos eles presos, que os integralistas tinham todos se arrependidos e virado meninos bem comportados, todas essas falsas idéias que vem sendo inculcados pela própria quinta-coluna, desaparecem com a notícia do novo centro de espionagem agora descoberto pela polícia. A quinta-coluna está viva e bem viva, está agindo e não perdeu a esperança de levar o Brasil aos braços do Eixo de prejudicar ao máximo a nossa pátria, de dificultar o nosso esforço de guerra, de usar os integralistas como alavanca para putschs anti-nacionais, para golpes e conspiratas. A quinta coluna está em ação. Não há muito O IMPARCIAL publicou a fotografia dos boletins datilografados que os integralistas pregavam nos postes da cidade. A vigilância policial em torno dos traidores, sob todos os pontos louvável de se completar com o apelo do povo. Todos os patriotas devem estar de atalaia, atentos à ação dos estrangeiros suspeitos e dos nacionais integralistas. Esse é um dever de todos. Principalmente quando os soldados se preparam para partir rumo aos campos de batalha. A quinta-coluna está agindo. É necessário esmagar a quinta-coluna! E a polícia não dorme (O Imparcial, edição n.4135, 16 dez.1943).

A matéria intitulada *Os Integralistas Bahianos botam as manguinhas de fora*, acusa os ex-militantes da AIB de *insuflar* populares durante manifestação contra o jornal, afim de invadi-lo. E salienta a posição de *O Imparcial* o *principal órgão anti-fascista da imprensa bahiana*, [que] *nunca é esquecido pelas maquinações e intrigas da canalha signóide*. Nesta fase *O Imparcial* freqüentemente denunciou conspirações, ameaças, violências e atividades de quinta-coluna supostamente realizadas pelos integralistas. (O Imparcial, edição n.4105, 16 out. 1943).

Desafeto político da família Lins Albuquerque, o chefe do executivo estadual, não escapou dessa campanha sendo apontado nas páginas de *O Imparcial* como germanófilo e pró-integralista. O fato de Landulpho Alves ter nomeado antigos membros da AIB à cargos da administração pública do estado, a começar por seu irmão e Secretário de Educação Isaías Alves, alimentava as suspeitas de ambigüidade política do interventor,

ou seja, publicamente se apresentava em apoio as manifestações contra o nazi-fascismo, mas na prática agiria como um quinta-coluna.

As hostilidades contra o interventor chegou ao ápice em 1942 durante um dos atos públicos organizados pelos estudantes, quando o professor universitário Arnaldo da Silveira, iniciando um comício da sacada do edifício de *O Imparcial*, pronunciou inflamado discurso acusando o interventor de naquele instante brindar com sua esposa alemã, o afundamento dos navios brasileiros. O impacto da denuncia revoltou a multidão que se deslocou em direção ao Palácio da Aclamação, porém as forças policiais conseguiram conter parte dos manifestantes. Diante da gravidade da situação Landulpho Alves recebeu uma comissão, e perante esta negou as acusações que lhes foram feitas e ratificou seu patriotismo. As declarações do interventor foram suficientes para acalmar os ânimos e dispersar a multidão Entretanto esses acontecimentos resultaram no fechamento provisório da Faculdade de Medicina e na prisão de Arnaldo da Silveira e Wilson Lins. O redator-chefe de *O Imparcial* soube converter sua prisão por apenas dois dias numa excelente oportunidade de publicidade para si e o jornal, intensificando o discurso anti-governista.

As pressões dos adversários políticos e da opinião pública levaram à queda de Landulpho Alves, substituído pelo coronel Renato Pinto Aleixo. Mas em 1945, Aleixo rompeu com Theódulo Lins de Albuquerque, um dos filhos e herdeiros políticos do falecido coronel Franklin Albuquerque. Assim mais um interventor se tornou alvo de *O Imparcial*.

Próximo ao fim da guerra o combate ao integralismo ganhou fôlego quando organizações sindicais e estudantis articularam com o apoio de *O Imparcial* uma grande campanha anti-integralista.

Como resultado do II Congresso Sindical, em maio de 1945, foi criado o Movimento unificado dos Trabalhadores (MUT), articulado pelo Partido Comunista, que promoveu, juntamente com a UEB (união dos Estudantes da Bahia), com o apoio do jornal *O Imparcial*, a formação do Movimento Anti-Integralista na Bahia, congregando (quarenta) organizações populares, estudantes e trabalhistas, dispostas a conhecer os indivíduos e ação integralistas (VASQUEZ, 1986, p. 41).

Uma tática dessa campanha anti-integralista adotada em *O Imparcial* consistia em relembrar episódios que envolveram os integralistas em supostas conspirações e a publicação de manifestos denunciando atividades integralistas em cidades do interior do estado (VASQUEZ, 1986, p. 40-41). Entretanto a partir de 1946 *O Imparcial* retoma o discurso anti-comunista, motivado pela nova conjuntura do pós guerra, ou seja, a influência da nascente *guerra fria*, a *essência da campanha anticomunista, empreendida com vigor pelo referido jornal, pode ser resumido na afirmação de que ser democrata era ser anticomunista* (VASQUEZ, 1986, p. 11).

O início dessa campanha resultou no inevitável afastamento da redação do matutino dos colaboradores de luta contra o nazi-fasci-integralismo, durante o período da guerra, Jorge Amado foi um deles. Enfim, restaram apenas manifestações de hostilidade contra Wilson Lins taxado “fascista” pelos comunistas. Seguindo essa orientação política *O Imparcial* lançou a candidatura udenista de Juracy Magalhães ao governo da Bahia nas eleições de 1946. Mesmo enfrentando dificuldades financeiras que se agravaram com o tempo, chegando mesmo a faltar papel para imprimir o jornal. Em 1947 a falência bateu às portas do matutino, encerrando mais de duas décadas de jornalismo na imprensa baiana.

CAPÍTULO II

As guardiãs do lar e da pátria: a mulher no movimento integralista

Nos anos trinta do século XX, a Bahia mesmo mantendo sua importância no cenário político nacional revelava-se economicamente atrasada em relação aos estados das regiões Centro-Sul do país. TAVARES (2001, 361-367) ao analisar o quadro econômico no estado durante este período, afirma que a economia seguia basicamente o modelo agro-exportador, a maioria dos produtos da pauta de exportações do estado era de gêneros primários: cacau, fumo, açúcar, dentre outros.

O setor comercial representava outro segmento importante na economia baiana. Associada a produção agrícola voltada para a exportação, o comércio exportador era dominado por firmas estrangeiras de peso econômico e influência política. O comércio interno, por sua vez, atendia parte da demanda de consumo da população, não atendida pelas firmas e comerciantes estrangeiros. As principais empresas comerciais se situavam na capital e cidades prósperas do interior: Feira de Santana, Cachoeira, Santo Amaro, Vitória da Conquista, Ilhéus e outras cidades.

A indústria obteve breve período de crescimento entre o final do século XIX e início do século XX, com uma produção industrial diversificada. Em 1893 estavam registradas 123 fábricas, havendo ainda as inúmeras oficinas. Nas fábricas e manufaturas eram produzidos artigos de vestuário, charutos, alimentos, móveis, ferragens, embalagens, bebidas, vassouras, couro, etc.

Todavia a expansão do processo de industrialização não se manteve, resultando no atraso industrial da Bahia em relação ao Centro-Sul. Os motivos desse atraso indicados por TAVARES (2001, p. 367) começam pelas:

Condições socioeconômicas do estado da Bahia, na continuidade do complexo contraditório trabalho assalariado-trabalho semi-escravo e na manutenção da grande propriedade de terra. Continua-se em análise

observando a falta de capitais industriais e o predomínio de capitais comerciais com a velha prática da agiotagem (...).

Esse autor aponta ainda outros fatores como a defasagem tecnológica do maquinário industrial, a precariedade das vias de comunicação, mercado interno de baixo poder aquisitivo e, no caso da indústria têxtil, havia a grande distancia entre as fábricas e as áreas produtoras de algodão.

O estado apresentava graves problemas sociais, decorrentes da pobreza em que vivia grande parcela da população. As más condições sanitárias e a dificuldade de acesso ao atendimento médico, tornavam a população mais vulnerável a epidemias. A pobreza configurava-se como um estímulo ao banditismo no sertão baiano.

Havia o problema da insuficiência das vias de comunicação, que não atendiam as necessidades da população, apesar das estradas de ferro que atravessavam o estado como a Leste Brasileira com 2.146 quilômetros, as estradas de rodagem, e o transporte marítimo e fluvial, representadas respectivamente pela Companhia de Navegação Bahiana e a Companhia de Viação São Francisco (TAVARES, 2001, p. 369-370)

Com uma população de mais 300 mil habitantes em 1930 e tendo nas atividades comerciais e industriais os seus segmentos econômicos mais fortes, Salvador apresentou um crescimento urbano nas primeiras décadas do século XX, ainda que bem menos intenso em relação as grandes cidades da região Centro-Sul do país, consequência da posição da Bahia no processo de industrialização.

Apesar da atmosfera ainda provinciana, Salvador contava com serviços de transporte de bondes elétricos fornecidos pela Companhia Linha Circular, de propriedade da empresa norte-americana Light & Power. Essa população dispunha ainda dos serviços de elevadores e planos inclinados interligando a cidade alta, predominantemente residencial e, a cidade baixa abrigando o bairro do Comércio, centro comercial e financeiro. Numerosos automóveis já transitavam pelas principais artérias da cidade, entre as quais a movimentada rua Chile.

As opções de lazer eram escassas; havia poucos cinemas que exibiam filmes europeus e norte-americanos, o teatro Politeama, colocava em cartaz espetáculos de companhias nacionais e estrangeiras que atraíam grande público. Os clubes Bahiano de Tênis e Iate Club, eram espaços restritos à elite local.

O processo de industrialização e o crescimento da urbanização, ampliaram o mercado de trabalho, possibilitando a mulher exercer outras funções que não apenas a de mãe e esposa, historicamente ensinada pela sociedade tradicional.

Assim, a mulher passa gradualmente a transitar entre os espaços público e privado. Aos olhos dos setores conservadores, as mudanças no campo político, econômico e social que repercutiram sobre o comportamento feminino se constituíam numa ameaça aos valores tradicionais da sociedade, como explicam MALUF e MOTT (1998, p.369-371),

O ritmo das mudanças ocorridas, considerado por muitos alarmante, veio acompanhado de certa ansiedade por parte dos segmentos mais conservadores da sociedade, já tomados pela vertigem das grandes transformações que o país vinha vivendo, sobretudo a partir do último quartel do século XIX. Não faltaram nesse começo de século para entoar publicamente um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam e, sobretudo, angustiado com a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto políticas. (...) Diante da variedade de questionamentos, experiências e linguagens tão novas que as cidades passaram a sintetizar, intelectuais de ambos os sexos elegeram como os legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social a quebra de costumes, as inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres.

Essa visão conservadora, partilhada por grande parte da sociedade brasileira, segundo a qual a saída da mulher do espaço doméstico significava por em risco à instituição da família, a rua representava um perigo iminente à moral da mulher, principalmente a casada e mãe de filhos, pois uma vez ausente do lar, estaria desprotegida, exposta ao assédio masculino, enfim com a honra ameaçada.

A inserção crescente da mulher no mercado de trabalho, impelidas pela necessidade de sobrevivência, era alvo de comentários que colocavam em dúvida sua moral,

principalmente aquelas mais pobres que trabalhavam nas fábricas, temiam serem associadas à prostituição. O trabalho feminino fora do lar encontrava forte resistência na sociedade.

Influenciada pelo modelo da família patriarcal, a tradicional sociedade baiana dos anos trinta, demonstrava hostilidade ao trabalho feminino fora do espaço doméstico. Essa visão perpassava toda a sociedade baiana, principalmente entre as camadas médias e a elite. Ao analisando o trabalho feminino nas primeiras décadas do século XX, FERREIRA FILHO (1994, p.68) mostra como essa questão era encarada: *em Salvador, mais do que em outros centros urbanos de grande porte, o trabalho feminino denunciava as dificuldades da família que dele lançava mão, aviltando muitas vezes seu prestígio.*

E ressalta que a presença da mulher casada e de “moças de família” nas ruas resultava em falatórios, mesmo quando se dirigiam às compras, e até a exposição prolongada na janela de casa era motivo de reprovação. (FERREIRA FILHO, 1994)

Temerosos quanto aos danos que a crescente utilização do trabalho feminino fora de casa poderia acarretar a família brasileira, segmentos conservadores convergem numa reação perante a condição feminina nesta nova conjuntura social, produzindo ações e discursos visando reforçar na mulher os papéis de mãe e esposa, demarcando o ambiente doméstico como seu espaço de atuação.

No campo da medicina preventiva higienistas procuravam normatizar o comportamento sexual, visando conter a proliferação de doenças e preservar a moralidade. O reforço à maternidade estava na orientação da mulher quanto às práticas de puericultura, pois a educação e a saúde dos futuros cidadãos brasileiros estariam sob a responsabilidade direta da mulher.

A imprensa serviu como espaço de discussão sobre as mudanças na condição feminina. O discurso jornalístico, genericamente, se apresentava contrário a tais mudanças. Não faltaram nos jornais da época artigos, publicados nas seções destinadas ao público feminino, criticando a atuação da mulher fora de casa. Em *Retorno da mulher ao lar*, o intelectual católico Afonso Celso comenta as discussões levantadas durante o

“*Congresso Internacional da Mãe no Lar: operária do progresso humano*”, realizado em Paris, durante a *Exposição Universal* e expôs algumas das conclusões a que chegaram os conferencistas sobre as conseqüências do trabalho feminino.

Assinalar as conseqüências desse êxodo das mães tornou-se necessário: _ esgotamento pelo excesso do duplo encargo; restrição dos nascimentos, mortalidade infantil, deficiências na educação dos filhos; enfraquecimento da união conjugal; declínio do ideal e da moralidade na família, etc (O Imparcial, edição n. 2167, 11 set. 1937, p. 5).

A representação da mulher na imprensa, inclusive nas revistas direcionadas ao público feminino, expressava essa posição conservadora. SOIHET (2001) explica como jornalistas e caricaturistas produziram representações discursivas e imagéticas ridicularizando a mulher que trabalhava fora do lar e as feministas. Em tom de zombaria, caricaturas apresentam a inversão de papéis, em que a mulher aparece abandonando suas funções *naturais* de mãe e esposa fiel, saindo de casa para trabalhar, delegando ao marido as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, aludindo implicitamente à perda de autoridade do marido em relação à esposa.

Nessas representações procurava-se demonstrar ao público leitor os grandes prejuízos que a ausência feminina de casa acarretaria a família, portanto as reivindicações femininas de participação mais efetiva na sociedade, através da luta por novos direitos, eram motivos de reprovação e ironia. Essas mulheres, engajadas ou não no movimento feminista, foram constantemente representadas como mulheres feias, masculinizadas e por isso rejeitadas pelos homens.

A intencionalidade ao ridicularizar essas figuras femininas era fazer gerar no público leitor feminino a rejeição às mulheres emancipadas. Desse modo, a mulher via recair sobre si a culpabilidade pelas conseqüências que o afastamento do ideal feminino de mãe e esposa dedicada traria a família.

O Estado, nesse período, adotou políticas públicas direcionadas à regulamentação das novas funções exercidas pela mulher fora de casa, e simultaneamente, proteger a estrutura familiar, segundo SILVA (2003, p. 4):

Encontra-se na legislação trabalhista, deste período, algumas referências ao papel importante da mulher dentro da estrutura familiar, sendo esta enquadrada na sua responsabilidade de mãe e trabalhadora doméstica não paga e trabalhadora subsidiária. Segundo os regulamentos legais, a mulher era considerada profissionalmente incapaz e improdutiva fora do lar, devendo neste último assumir sua condição de total dependência do marido. Pelo Decreto nº. 21.417 de 1932, o Estado determinou que a mulher casada tomasse o sobrenome do marido e todas as suas ações deveriam ser controladas pelo mesmo. Além disso, à mulher era vetada a possibilidade de ser curadora ou tutora, aceitar ou repudiar herança, litigar em juízo, dispor de propriedade, aceitar encargo ou mandato, abrir conta na Caixa Econômica e trabalhar fora dos domínios do lar, sem a autorização do marido. Em outras palavras, o uso da força de trabalho feminina era regulado pelo poder do marido. Pela nossa ótica atual, pode-se dizer que a mulher era propriedade do marido, submetendo-se aos seus interesses.

Convergindo com esse pensamento conservador e moralista, devido a sua formação ideológica, sobretudo pelo tradicionalismo católico, a Ação Integralista Brasileira condenava a ausência feminina do espaço doméstico. O integralismo tinha uma visão idealizada da mulher, cujo modelo deveria ser perseguido pelas mulheres que ingressavam no movimento, as *blusas verdes*. Tanto no discurso quanto nas suas ações políticas a AIB procurou combater as transformações que atingiam a família tradicional através da militância feminina reorientar o comportamento feminino.

A atuação feminina na Ação Integralista se restringia basicamente aos campos das atividades educacionais e assistenciais. Portanto, a mulher integralista deveria colaborar com os homens, *os camisas-verdes*, na arregimentação e doutrinação das massas. Essa participação feminina na Ação Integralista Brasileira estava orientada por normas e diretrizes que ditavam a maneira como esta deveria se organizar e quais funções exercer no movimento, expressando a concepção integralista da mulher e o papel que lhe cabia na sociedade.

As diferentes atribuições a homens e mulheres no movimento integralista, eram justificadas pela diversidade física e psicológica. Enquanto ao homem cabia *o raciocínio, análise e a abstração; à mulher, a sensibilidade, os sacrifícios, as renúncias*

(CAVALARI, 1999, p.59). Assim, sob a ótica integralista, a mulher estava destinada a exercer funções coerentes com sua *natureza*, e principalmente associadas maternidade, isto é, ‘*a sacrossanta função de mãe de família, de senhora do lar, de educadora e modeladora do caráter dos homens, no sentido de altruísmo, da bondade e da grandeza da Pátria e bem da humanidade*’ (CAVALARI, 1999, p.60)

Assim, o exercício de tais funções exigia da mulher certas qualidades como: senso de maternidade, altruísmo, abnegação, sacrifício, obediência, pudor, honradez, fidelidade, dedicação ao lar e a família. Essa idealização da figura feminina produzida pelo integralismo sustentava-se na moral cristã. Os campos de atuação adequados às blusas-verdes no Movimento se definiam:

É nas escolas, orientando o ensino à infância, examinando os métodos adequados, influenciando no sentido de ser dado ao ensino um cunho puramente brasileiro, é nos cursos técnicos que preparam a Mulher, para entrar com segurança na luta pela vida, é na assistência cuidada e carinhosa aos que sofrem nos hospitais ou arrastam nas prisões vida infeliz, é nesses campos de atividade que a Mulher Integralista é chamada a prestar serviços inestimáveis de que só ela seria capaz (*A Província*, ano I, n. 5, 28 fev. 1935, p. 5).

Refletindo essa concepção integralista em torno da mulher, Plínio Salgado em *A mulher no século XX*²⁵, criticou o que considerava a deturpação da função social da mulher pela civilização industrial, criadora de dois tipos femininos radicalmente opostos: “mulher boneca”, fútil e obcecada pela sua feminilidade e a “mulher soldado”, voltada para o exercício de funções masculinas.

Defendendo a maternidade como um pendor natural da mulher, considerando sua permanência no lar imprescindível à educação da prole, condenou com veemência as mudanças sociais que afetaram o universo feminino, levando a mulher a trocar o espaço privado pelo público, consistindo num desvio de sua função biológica. E denunciava a

²⁵ Nesta obra, uma conferência apresentada a representantes da Ação Católica em 1946, durante seu exílio em Portugal, o antigo chefe da então extinta Ação Integralista Brasileira, inicia suas reflexões a partir da crítica ao livro *A mulher e a Sociogenia*, escrito em 1887 pelo médico Tito Lívio de Castro, neste estudo científico o autor defende a tese da inferioridade mental da mulher e as possíveis consequências que isto poderia acarretar a sociedade, num momento histórico em que grandes transformações no campo técnico-científico em andamento.

injusta condição sócio-econômica do operário, que recebendo baixos salários não consegue garantir o sustento da família, obrigando a mulher a trabalhar fora de casa, ingressando no mercado de trabalho, porém admite esta possibilidade diante da necessidade de sobrevivência.

Estes pretendem fazer da mulher [“mulher-soldado”] um concorrente do homem, firmando como regra o que só como exceção deve ser tomado quando, por circunstâncias especiais, a mulher necessita prover a própria subsistência e de seus filhos. O serviço das mulheres nas fábricas, nos escritórios ou no comércio deve, evidentemente, ser permitido, desde que constitua o escudo que as preserva da miséria material e moral, e não um meio para perdê-las. Entretanto, precisamos sempre considerar o afastamento da mulher do lar, como evidente anormalidade biológica, pois partindo do fundamento da diferença física e do desenvolvimento dos filhos depois de nascidos, em ritmo muito mais lento do que outras espécies animais, temos de convir que a missão da mulher é, acima de tudo, a missão educativa da criança e disciplinadora da casa, numa palavra: a preparação das gerações futuras, a manutenção do tipo social mais conveniente à vitalidade da Espécie, aos destinos nacionais e às supremas finalidades do Espírito (SALGADO, 1949).

E afirma está na doutrina cristã à orientação necessária á mulher em seu papel social de mãe e esposa:

É na doutrina do Evangelho e nos ensinamentos dela decorrentes, através do magistério da Igreja de Cristo, que a mulher achará o segredo de sua felicidade e a direção do seu verdadeiro destino, comum ao do homem na procura dos mesmos objetivos naturais e sobrenaturais, porém diverso na forma e no seu desempenho do papel que cabe a cada sexo (SALGADO, 1949).

A idealização da figura feminina presente na doutrina integralista definia o *dever ser* da mulher na sociedade e, assim, rejeitando outros padrões de conduta feminina. Implícita a crítica do autor a mulher competidora com o homem_ oposto da mulher integralista que se limitava a *cooperar, colaborar* _ encontra-se a condenação da masculinização da mulher e das idéias feministas, reivindicadoras da emancipação feminina.

Alvo de duras críticas pelos setores conservadores, o pensamento feminista²⁶ que chegou ao Brasil ainda no século XIX, e se fortaleceu nas primeiras décadas do século XX, impulsionando a articulação entre as mulheres, resultando na organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF, por iniciativa de Bertha Lutz no emblemático ano de 1922. Essa organização feminista sob influência da vertente liberal norte-americana, reivindicava num discurso de linha liberal, a igualdade de direitos entre os sexos e o acesso da mulher a cidadania. Abraçando a luta sufragista, exigindo o direito da mulher de votar e ser votada, ou seja, obtendo participação mais efetiva na vida pública do país. Esse segmento feminista distinguia-se da vertente socialista que condicionava a solução do problema da opressão feminina à superação da sociedade de classes, uma vez que o *“surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes, condicionava a emancipação da mulher à abolição das classes via socialismo”* (ALMEIDA, 1986, p.10).

Em 1931 foi fundada a Federação Baiana pelo Progresso Feminino, filial da FBPF que reunia mulheres da elite local²⁷. A Federação permitia a participação de alguns sócios do sexo masculino, alguns dos quais figuras de destaque da classe política baiana²⁸. Nesta fase o discurso feminista ainda estava impregnado da ideologia paternalista e de doutrinas cristãs. Segundo ALMEIDA (1986, p.23), a Federação Baiana pelo Progresso Feminino:

Dirigiu suas ações para aspectos da educação feminista e para algumas realizações ligadas à maternidade e à infância, (...). Temas certamente mais ajustáveis a um feminismo conservador e provinciano, expressão de um ideal feminino em que os atributos de mãe e esposa continuavam, intocáveis e o altruísmo e a caridade, configuravam a missão da mulher.

²⁶ Resultado de um longo processo de luta das mulheres e impulsionado pelo desenvolvimento do capitalismo, que ao incorporar a mulher como força de trabalho lhe tirou do domínio doméstico, o feminismo se desenvolveu nos países capitalistas mais avançados como Inglaterra e Estados Unidos.

²⁷ A Federação Baiana pelo Progresso Feminino foi organizada por mulheres das classes mais abastadas, dentre as que se destacaram estavam a estudante de Direito Maria Luiza Bitencourt e a presidente Edith Gama Abreu.

²⁸ A Federação Baiana pelo Progresso Feminino buscou respaldo junto a classe política baiana, no intuito de obter a aceitação da sociedade, bem como rebater as críticas de que era um movimento de tendência comunista. Dentre os políticos sócios no início dos anos 30, estavam: Pacheco de Oliveira, Heitor Prager Fróes, Aloísio de Carvalho Filho e o próprio interventor federal Juracy Magalhães.

Nem mesmo a moderação do discurso feminista, afastava de todo a desconfiança e o temor dos setores mais conservadores. O integralismo estabeleceu clara oposição ao feminismo, por duas razões fundamentais: primeiro por representar mudanças na condição feminina; e segundo pela existência de correntes feministas de esquerda²⁹. Numa das reuniões do Departamento Feminino, Dagmar Fortes em palestra intitulada: *A mulher Feminina e a Mulher Integralista* que na ocasião pretendia mostrar a diferença entre a mulher feminina e a mulher integralista³⁰, diz a matéria:

A primeira promove movimento intelectual e de atividades externas, ou seja, a política e a vida pública. Enquanto a mulher integralista trabalha pela família contra a desordem moral e contra o comunismo. A mulher integralista pode fazer isto, pois é forte e virtuosa ao contrário dos homens. A mulher deve ser esposa fiel e mãe abnegada, dessa maneira consegue proteger o lar de tais ameaças (*O Imparcial*, edição n. 1203, 15 jan.1935, p. 5).

É importante ressaltar que no entendimento da líder integralista a atuação da mulher na AIB não era percebida enquanto uma ação política na esfera pública, por não se inserir na política tradicional, de cunho representativo, ou seja, candidatando-se á cargos eletivos no executivo e legislativo³¹. Mas enquanto ação fundamentada no patriotismo e na doutrina cristã.

Percebemos assim, a contraditória política da Ação Integralista em relação à participação da mulher, uma vez que o movimento as mobilizava e conduziam-nas ás ruas, ou seja, para atuarem no espaço público e, simultaneamente, reforçava o discurso enaltecendo do modelo ideal feminino de mãe e esposa inteiramente dedicada ao lar e a família. Essa contradição não esteve presente apenas no discurso e nas ações da AIB em relação à mulher integralista.

²⁹ Entre as organizações feministas de esquerda que atuaram no Brasil nos anos trinta, destacamos a Federação Democrática Internacional de Mulheres, de orientação socialista, e a União Feminina, ligada a ANL.

³⁰ Entendemos que neste caso ocorreu um erro do redator que escreveu a palavra “feminina” ao invés de feminista.

³¹ Em 1945 com processo de redemocratização, o PRP lançou a candidatura a deputada estadual de ex-militante integralista Eulália Miranda Motta.

Em outros momentos históricos a mulher foi chamada á atuar na esfera pública, mas orientada a manter suas funções na esfera privada. COSTA (1998), analisando o movimento denominado *Deus, Pátria e Família*, que reuniu mulheres de classe média durante os meses que antecederam o golpe militar de 1964. Esse movimento organizado pelos líderes da direita mobilizou essas mulheres que:

Assumindo de maneira integral a imagem de donas de casa e mães de família, levaram às classes médias urbanas o apelo político-emocional da salvação da pátria contra o comunismo. Assim mesmo, discriminadas no universo político do patriarcado capitalista, as mulheres foram chamadas a participar da luta política,...mas note-se bem, ‘para ajudar os homens responsáveis pelo destino da nação’... (...) Os organizadores do golpe não mobilizaram as mulheres como cidadãs, mas como ‘... figuras ideológicas santificadas como mãe’. Não queriam promover uma participação política igualitária para as mulheres, pelo contrário, resgataram a ‘mística feminina’. (...) Assim, as mulheres deveriam transferir á esfera pública a posição de subalternidade que já tinham na esfera privada.

Ao considerarmos ainda que à época a presença da mulher nas ruas não era bem visto pela sociedade baiana, possivelmente o uso do uniforme, exigido pelas normas da Ação Integralista, tenha encorajado as militantes a transitarem pelos espaços públicos no exercício de suas funções, sem correrem o risco de terem a honra questionada. FERREIRA FILHO (1994) atenta que o uso de uniformes que identificavam categorias profissionais, organizações e empresas, serviam á mulher trabalhadora como uma espécie de salvo-conduto ao transitarem pelas ruas de Salvador, evitando comentários maledicentes.

A adesão feminina cresceu progressivamente durante a existência do movimento integralista. Convencidas ou impelidas por seus pais e maridos, as mulheres se filiavam quando adultas integrando o Departamento Feminino. As jovens menores de idade eram inscritas na juventude do movimento com a devida autorização dos pais ou responsáveis, e assim se tornavam plinianos, como ocorreu a Lúcia Guedes Mello que ingressou aos 13 anos na juventude integralista após a decisão de seu pai, Durval Guedes, de inscrever toda a família na Ação Integralista (MELLO, 2002, p. 57). Lembrando sua militância no integralismo, Maria Cândida Dantas Galdenzi narra que

seu pai, após ler o Manifesto Integralista, convocou a família para assistir a palestra que Plínio Salgado faria na sede da União Universitária da Bahia. Ao término da palestra, Maria Cândida ouviu o consentimento paterno para ingressar na AIB: *Se vocês quiserem entrar nesta Ação, eu consinto. Gostei, acredito neste homem* (GALDENZI, 2000, p. 56).

A Ação Integralista procurava englobar a família do militante em razão da fundamental importância que essa instituição representava na sua doutrina. Vem a ser esclarecedor o discurso da líder da Divisão de Assistência Social Beatriz Muccini da Costa Leal dirigido às mulheres integralistas e baianas em geral, transmitido pela rádio Commercial, em que convocava as mesmas e suas famílias a lutarem ao lado do integralismo contra a expansão do comunismo. Fiel ao discurso anticomunista, esta denuncia os perigos à família representada pela degradação moral intrínseca ao comunismo, e faz um apelo às ouvintes:

O comunismo tem estendidas suas garras para o Brasil; precisamos estar alertas se não quisermos ver o Nosso Deus profanado, os nossos lares desonrados e desrespeitados e a nossa Pátria escravizada pelos vis assalariados de Moscou. Para que tal não aconteça, é mister que cada esposo, noivo ou irmão, se faça um soldado dentro do próprio lar, para defender o culto a Deus, a honra da Pátria e a dignidade da Família. É forçoso que tenhais um pouco do heroísmo e da abnegação de Maria Quitéria, não para sairdes em campo de batalha, mas para terdes a coragem suficiente de dizer ao esposo, ao noivo, ao filho ou ao irmão: _ ‘Veste a camisa Verde! Derrama o teu sangue se for preciso, para extirpar o cancro voraz que dia a dia, aprofunda as suas raízes no seio da nossa Pátria!’ . E vós, Mulheres da Bahia, vesti também uma Blusa Verde e vinde colaborar conosco na defesa de nossa honra e na construção do Brasil Novo. O Brasil que o Integralismo está construindo, firme, seguro, inabalável, pois seu alcance assenta na moral religiosa, no culto da Pátria e na veneração da Família (*O Imparcial*, edição n. 1783, 17 jul. 1936, p. 3).

Através das diversas fontes consultadas percebemos indícios da origem social das integralistas baianas como pertencentes em geral às camadas médias da sociedade, principalmente as líderes. As mulheres deste extrato social tinham pouca inserção no mercado de trabalho, geralmente dedicavam-se ao lar e a família (*O Imparcial*, edição n.

1783, 17 jul. 1936, p. 3). A dedicação à militância na AIB implicava em tempo disponível, mais facilmente encontrado entre as mulheres que dispunham de recursos para entregar seus lares aos cuidados de empregadas domésticas. Por outro lado, dificultava uma maior inserção de mulheres de camadas populares, cujo tempo disponível utilizavam na luta pela sobrevivência.

Porém parte dessas mulheres em situação econômica menos privilegiada ingressavam no magistério, trabalhando em instituições públicas ou particulares. A realização de atividades ligadas ao ensino poderia representar para parte das militantes a extensão de sua atividade profissional. No caso de Stella Machado Todt que pertencente ao núcleo municipal de Maragogipe solicitou afastamento temporário de suas funções na escola estadual onde lecionava a fim de obter maior disponibilidade de tempo para se dedicar às suas atividades na AIB (*O Imparcial*, edição n. 1754, 17 jul. 1936, p. 3).

A arregimentação e doutrinação presentes no trabalho das militantes integralistas eram metas primordiais para o movimento, porém, devemos considerar que ao alfabetizar crianças e adultos as militantes não pensavam apenas nos prováveis dividendos políticos que essas ações acarretariam. Possivelmente, para essas mulheres o exercício da função de professoras se revestia de patriotismo e dignidade, numa época em que a profissão de professor gozava de reconhecimento social apesar dos baixos salários, e muitas vezes era comparada ao sacerdócio.

Nos anos vinte e trinta, o magistério aparecia entre as profissões liberais como campo profissional de atuação predominantemente feminina, considerada a escolha profissional mais adequada à tendência *natural* da mulher para a maternidade. Essa associação entre magistério e maternidade, consistia numa tentativa de atrair as mulheres para esta atividade profissional, mesmo oferecendo salários pouco atraentes, o que provocava o desinteresse crescente dos homens pelo ensino. LOURO (1997), identifica as razões do discurso legitimador desse processo de *feminização do magistério*.

Esse discurso justificava a saída dos homens da sala de aula _dedicados agora a outras ocupações, muitas vezes mais rendosas e legitimava a entrada das mulheres nas escolas _ansiosas para ampliar seu universo, restrito ao lar e à igreja. A partir de então passaram a ser associadas ao magistério

características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação.

Essa tendência de feminização, não se limitava ao magistério, como explica COSTA (1998, p.49) ao analisar as implicações ideológicas no processo da transição feminina do espaço privado para o espaço público, resultante das exigências do capitalismo, segundo esta autora a *ideologia da feminilidade* reforçou a submissão da mulher na sociedade patriarcal brasileira.

A mulher principal responsável pela reprodução, ficará isolada na vida doméstico/privada. A ela será negada qualquer forma de organizar e planejar suas lutas, uma fonte básica de educação. Essa submissão se vê reforçada ainda mais pela ideologia da ‘feminilidade’. O sistema patriarcal mantém estereótipos que caracterizam a ‘personalidade feminina’, tais como: emotividade, conservadorismo, passividade, consumismo, etc. Estereótipos que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel nas esferas domésticas, onde as relações sociais se desenvolvem de forma afetiva/emocional e não a preparam totalmente para a atividade política, essência da esfera pública, onde as relações se dão à imagem e semelhança do mundo masculino.

E ainda na visão da autora a *ideologia da feminilidade* influenciou profundamente nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho.

(...) Ao ingressar na esfera pública, a maioria das mulheres desenvolve atividades análogas às que realiza na esfera doméstica. Ao incorporar-se ao mercado de trabalho, por exemplo, a mulher desempenha atividades que refletem o trabalho que tradicionalmente realiza no lar, ou seja, tarefas que, em geral, representam uma projeção social do trabalho doméstico (...) quando não é simplesmente o próprio trabalho doméstico realizado com remuneração, como é o caso das empregadas domésticas (...) (COSTA, 1998).

A *ideologia da feminilidade* pode ter intensificado a submissão feminina, numa sociedade profundamente marcada pelo patriarcado. Mas ao nos remetermos à mentalidade existente na sociedade brasileira dos anos trinta e a condição feminina precisamos atentar para o fato de haver muitas mulheres que não se percebiam enquanto

vítimas da opressão masculina. Esse aspecto foi observado por SILVA (2003, p.10), ao analisar os depoimentos de ex-militantes da AIB de Pernambuco:

O que hoje é entendido como um processo de dominação e mesmo normatização sobre a mulher, não o era para as mulheres integralistas e tradicionais daquela época, elas não se sentiam manipuladas ou excluídas socialmente, muito menos dominadas ou exploradas pelo marido. Especialmente, as educadas para o lar e para o casamento. (...) A essa conduta, que hoje pode ser identificada como subserviente e dependente, correspondia a um sentido de honra e dignidade pelos valores pertencentes às famílias tradicionais dos anos 30.

As ações no campo da assistência social eram diversificadas: instalação de lactários; entrega de donativos; visitas a hospitais, orfanatos e asilos; entre outras. Provavelmente essas ações eram percebidas pelas integralistas não somente enquanto um exercício de militância, mas também encaradas como um dever cristão.

As práticas assistencialistas, fundamentadas no princípio da caridade, eram correntes entre as mulheres das camadas médias e da elite, resultantes da própria formação religiosa que elas recebiam em casa e nas instituições de ensino em que estudavam, principalmente aquelas sob a direção de ordens religiosas. Portanto, essa formação educacional produzia uma mentalidade que em muitos aspectos adequava-se aos parâmetros doutrinários que orientava a conduta do militante integralista, como: obediência, religiosidade e disciplina.

PASSOS (1995, p. 295), referindo-se a formação do caráter das alunas de uma das mais tradicionais instituições de ensino particular da Bahia, o Colégio Nossa Senhora das Mercês, dirigido pela Ordem das Ursulinas, explica que essa “educação visava formar mulheres mansas, religiosas, caridosas, humildes, modestas, silenciosas e obedientes, mulheres disciplinadas no corpo e no espírito. Esse modelo feminino arrastava uma tradição historicamente ensinada, e necessária aos interesses da sociedade baiana naquele momento.”

O integralismo enaltecia valores como obediência e disciplina, e os exigia de diversas maneiras de seus militantes. Nos Estatutos da AIB, por exemplo, o artigo-8 determina:

É vetado aos integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto relativo ao exercício de sua função, assim como dar opiniões sem haver para isso a necessária solicitação (CAVALARI, 1999).

A existência de pontos concordantes entre a ideologia integralista e a mentalidade predominante na conservadora sociedade baiana, por si só não explicam a forte inserção que a AIB obteve principalmente nas camadas médias. Porém outros fatores devem ser considerados como: o anseio de maior participação política; o temor do comunismo, intensificado após a “intentona” de 1935, e também a defesa da religiosidade cristã e da conservação da família presentes no discurso integralista, repercutindo favoravelmente numa sociedade tradicional e predominantemente católica.

Imbuída de uma mentalidade conservadora essas mulheres se posicionavam em defesa dos valores tradicionais da família, num momento em que a sociedade brasileira começava a sofrer rápidas transformações, impulsionadas pelo processo de modernização do país.

Inseridas nas fileiras no movimento integralista, apesar de ocupar nele uma posição subalterna, as mulheres se tornaram imprescindíveis á expansão do integralismo sob dois aspectos fundamentais: a penetração do movimento nas camadas populares e a formação do eleitorado integralista. Essa participação feminina na Ação Integralista começa a ser discutida pelas lideranças do movimento a partir de 1933 em Vitória (Espírito Santo), durante o Congresso Integralista Brasileiro. Possivelmente daí resultando na criação da Seção Feminina, integrada ao Departamento de Organização Política.

A conquista do direito de voto, consequência da campanha sufragista e bandeira do movimento feminista, garantido a parte das mulheres brasileiras pela Constituição de 1934, transformando-as em eleitoras, certamente consistiu num elemento a mais na decisão da direção nacional da Ação Integralista de atribuir progressiva importância à participação feminina no movimento.

A mulher teria no integralismo a função de colaborar na preparação da *revolução do espírito* que pretendia transformar a mentalidade do povo brasileiro. O êxito dessa *revolução do espírito* dependeria da educação das massas, pois não bastava alfabetizá-las era necessário elevar seu nível cultural fazendo-as tomar conhecimento do integralismo, enfim era necessário doutriná-las. Era neste ponto que as ações educacionais das mulheres integralistas se tornavam fundamentais a esse projeto político e cultural da AIB.

Na visão paternalista de Plínio Salgado, essas massas eram desprovidas de *cultura*³² se apresentando ignorantes e imaturas: “*Não lancemos a nossa condenação sobre esse povo, fundamentalmente bom, mas sem a capacidade de realização, porque é ainda um povo-criança (...)*” (CAVALARI, 1999, p. 43).

Tornava-se necessário que este povo fosse conduzido pelos mais preparados culturalmente, ou seja, as elites intelectuais do país. Assim, o integralismo se propunha a transformar esse povo, oferecendo-lhe através da educação integralista uma formação que abrangeia os aspectos: moral, cívico, intelectual e físico, necessária à preparação do homem integral.

A educação integralista estava direcionada em dois sentidos: a formação das elites integralistas através dos *estudos integralistas* e *altos estudos*, organizados pelos Departamentos de Estudos e supervisionados pelo Departamento Nacional de Doutrina, e a arregimentação que compreendia a doutrinação dos integralistas e das massas populares através de intensa propaganda.

Enquanto técnicos e doutrinadores eram formados pelos *estudos integralistas*, a elite integralista era formada através dos *altos estudos*. Essas elites integralistas eram formadas visando estudar e ampliar a doutrina, e também assumir funções atribuídas pelo chefe nacional quando este julgasse necessário.

³² Segundo Rosa Cavalari o termo cultura adotado pelos integralistas “identificava cultura como a posse de determinados conhecimentos, tais como os ligados à arte, à literatura, à filosofia e à ciência. Cultura era, por conseguinte, um bem que podia ser transmitido por aqueles que o possuíam”.

Nos *estudos integralistas* o militante dedicava-se ao estudo da sociedade brasileira cursando as disciplinas: História Social Brasileira, Introdução à sociologia Geral, Noções de Direito Corporativo, História das doutrinas Econômicas, Noções Gerais de Organização e História Militar Brasileira. E nos *altos estudos* cursavam outras disciplinas: Teorias do Estado, Organização Nacional Corporativa, História do Estado, Filosofia Social e Filosofia Pedagógica.

A educação integralista envolvia a participação de militantes de ambos os sexos, entretanto era função dos homens doutrinar os militantes adultos. À mulher integralista cabia a doutrinação das mulheres e plinianos, a alfabetização de crianças e adultos e o ensino profissionalizante direcionado às mulheres trabalhadoras, sendo essas últimas ações educacionais mais direcionadas a arregimentação junto às camadas populares. Seria desse modo que a ação educacional das integralistas contribuiria na preparação da *revolução do espírito*. A doutrinação do militante era obtida também *através do livro e do jornal, das sessões doutrinárias, das transmissões via rádio e dos símbolos e ritos*. CAVALARI (1999, p. 74)

O crescimento da participação feminina ao longo da existência da AIB exigiu a ampliação da estrutura organizacional do movimento através da criação de Secretarias, Departamentos e Divisões, destinadas a organizar e normatizar essa participação de modo que as *blusas verdes* pudessem desempenhar as importantes funções que lhes foram atribuídas. Essa estrutura contava com o Departamento Nacional Feminino ao qual estavam subordinados, segundo a hierarquia, os departamentos provincial, municipal e distrital feminino. Esses departamentos estavam sob o comando da Secretaria de Arregimentação Feminina e da Juventude, que funcionou até 1936 quando foi criada a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos. Os departamentos possuíam cinco divisões com atribuições específicas: expediente, cultura física, educação, estudos e ação social.

A Divisão de Expediente exercia o controle sobre a conduta das militantes, registrando em fichas observações relativas ao comportamento das mesmas no espaço público e no lar e ainda definia direitos e deveres. O controle do comportamento feminino e a orientação da direção nacional da AIB relativa ao trabalho das militantes eram possíveis, pois segundo SILVA (2003, p. 13) esse fichário:

(...) era responsável por manter a interlocução e integração de todos os núcleos integralistas fundados e em atividades do país. Havia um modelo definido pelos documentos para as atividades femininas dentro do movimento comum a várias partes do Brasil. De Norte a Sul sabia-se o que Plínio Salgado e os demais líderes do movimento queriam da ala das mulheres. Para manter essa orientação e interlocução diária de todas as atividades a AIB mantinha um arquivo central organizado por departamentos, secretarias e divisões nos núcleos contendo documentos e correspondências provenientes de todas as partes do Brasil nos quais se definiam as atividades e comportamentos esperados para as mulheres do movimento. Desta forma, o trabalho e atividades das mulheres integralistas eram monitorados e orientados pelos líderes e homens do movimento (...).

A Divisão de Cultura Física determinava a prática de exercícios físicos considerados *adequados* ao corpo feminino. A ginástica era adotada visando o desenvolvimento físico das mulheres.

O aprimoramento cultural da mulher integralista, necessário ao exercício de suas funções no movimento, estava sob a responsabilidade da Divisão de Estudos que promovia cursos e conferências em torno de temas como Economia Social, Sociologia, Filosofia e Pedagogia, Geografia Humana, Literatura, Arte e Formação Moral e Cívica. Através desses cursos e conferências, lançava-se, estratégia da repetição de idéias e assuntos.

Por exigência da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plínianos - S.N.A.F.P, assuntos, teses e temas abordados e o seu desenvolvimento deveriam ser os mesmos em todos os núcleos integralistas. Assim, procurava-se formar uma “*consciência feminina*”, e conseqüentemente uniformizar e padronizar o comportamento das militantes.

A Divisão de Educação tinha a incumbência de orientar o trabalho das blusas verdes nas atividades de alfabetização, enfermagem, corte e costura datilografia, puericultura, culinária, economia doméstica, contabilidade caseira e boas maneiras.

As ações assistenciais eram orientadas pela Divisão de Ação Social, que compreendia três setores: Lactários, Bandeirantes e Dispensários³³. Após escolher o setor onde desejava atuar, as blusas verdes eram orientadas nas atividades a serem desenvolvidas, seguindo as diretrizes do Departamento Nacional Feminino. A função da Divisão de Ação Social era (...) *aplicar no terreno social as atividades das integralistas, contribuindo assim de maneira eficiente para o melhoramento material e moral das condições de vida da família brasileira (...)* (CAVALARI, 1999, p. 67).

Parte do trabalho de doutrinação dos plinianos, ou seja, crianças e jovens que compunham a juventude integralista era realizado pelas mulheres, sob a orientação do Departamento dos Plinianos, que se subdividia em Direção e Grupos. A Direção estruturava-se em Direção Suprema (ocupado pelo chefe nacional Plínio Salgado), Direções Superiores e Direções. Os plinianos, crianças e jovens de ambos os sexos estavam organizados nas categorias: Infantil (04 a 06 anos), Curupiras (07 a 09 anos), Vanguardeiros (10 a 12 anos) e Pioneiros (13 a 15 anos).

A estrutura organizacional desse Departamento previa a existência de seis Divisões: Estudos, Educação, Escolas de Férias, Divertimentos e Escotismo. A Divisão de Expediente seguia o modelo existente no Departamento Feminino, as demais Divisões estavam organizadas da seguinte forma:

Divisão de Estudos compreendia as seções de jardins de Infância, Alfabetização, Escolas profissionais e Cultura geral; a Divisão de Educação abrangia a Educação Integralista, Educação Esportiva, Educação Moral e Cívica, Educação Sanitária e Boas Maneiras; a Divisão de Escolas de férias abrangia Escolas de Campo, de Montanha e à Beira-Mar; a Divisão de Divertimento compreendia parques infantis “play ground”, cinemas, teatros e circos, feiras e exposições, excursões, visitas a estabelecimentos, fábricas e museus, jogos esportivos, recreativos e educativos. E finalmente, a Divisão de Escotismo que compreendia uma seção Técnica e uma seção de Serviço. A primeira abrangia os serviços de Organizações, Operações e Instrução; e a segunda compreendia os de Intendência, Saúde e Disciplina e Justiça (CAVALARI, 1999, p. 70-71).

³³ Local onde funcionavam os ambulatórios médicos.

Importante observar que o trabalho no Departamento dos Plinianos competia também a homens, que desenvolviam ações específicas, como na Divisão de Escotismo. A formação da juventude integralista na Bahia se inicia ainda em junho de 1933 com a instalação do Departamento Provincial da Juventude, a princípio sob a chefia de Ítalo Galdenzi, sendo substituído mais tarde por Oldegar Vieira.

Em dezembro 1934 o núcleo provincial da AIB na Bahia instalou seu Departamento Provincial Feminino, a princípio sob a chefia de Cleonice Drummond. Em fins de 1933 as mulheres já freqüentavam reuniões no recém fundado Núcleo Provincial assistindo a *Hora de Doutrina*, palestras sobre diversos temas á luz da doutrina integralista.

O Departamento Feminino, por sua vez, se desmembrava em quatro Divisões, dirigidas por suas respectivas chefes: Expediente, Francisca Esteves; Arregimentação, Yedda Aranha; Cultura e Sociabilidade Dagmar Fortes; Assistência Social, Sydonia Aranha. As Divisões de Cultura e Sociabilidade existiam apenas em âmbito provincial.³⁴

Porém a organização das mulheres ainda era insipiente, as atividades teriam sofrido atraso em razão do não cumprimento das normas de inscrição previstas no regulamento nacional, acarretando “*falta de orientação, objetividade e finalidade para aquelas que ingressavam no referido Departamento*”. Cleonice Drummond argumenta que:

O Regulamento Nacional precisou com maior clareza a co-participação da mulher no Integralismo, determinou a sua atuação e a sua maneira de atuar. E estabeleceu as normas de ingresso no movimento. Ora o que havia antes fora feito (...) atabalhoadamente (O Imparcial, edição n.1203, 15 jan. 1935, p. 5).

Perante o Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Propaganda, Demóstenes Madureira, em visita ao Núcleo Provincial da Bahia, a chefe do Departamento Feminino declarava a disposição das militantes baianas em cumprirem as funções que lhes foram

³⁴ Interessante notar que essas mulheres que ocupavam cargos no Departamento Provincial Feminino da AIB-Ba. eram familiares de lideranças masculinas, eram os casos de Sydonia e Yedda Aranha, respectivamente esposa e filha do jornalista Victor Hugo Aranha. E ainda Cleonice Drummond, esposa de Rubens Drummond, Dagmar Fortes, esposa do Prof^o Herbert Parentes Fortes, membro da Câmara dos Quatrocentos, órgão consultivo da AIB.

designadas, visando atender aos propósitos do movimento, mas admite a precariedade no funcionamento do Departamento e em seguida dirige um apelo às *blusas verdes*:

Não decorrerá muito tempo, e transformadas como estão as nossas residências em sedes provinciais das Divisões e Seções do Departamento, colheremos os frutos das grandes campanhas que a Mulher Brasileira da Bahia encetará em defesa da Família, da Mulher que precisa trabalhar para a sua manutenção e da Juventude que se há de aparelhar com rigorosa educação integralista para prestar, amanhã, ao Estado Integral os serviços que tem o Brasil tem o direito de esperar de seus filhos. Nesse sentido faço a todas as integralistas da província, afim de que trabalhem com dedicação e interesse para que o Departamento Feminino da Bahia não retarde o passo no ritmo da marcha segura para as grandes realizações da Aça Integralista Brasileira como a colaboração eficiente da Mulher (A Província, ano I, nº 5, 28 fev. 1935, p. 5).

Definido o critério de ingresso de ambos os sexos no movimento: “*autorização paterna, no caso de menores de idade e para maiores o apoio de duas pessoas integralistas que assinalarem suas fichas*”, as lideranças Departamento Feminino passam a se preocupar com a arregimentação.

O departamento Feminino realiza nesse movimento um grande papel, arregimentando a mulher em todas as classes da sociedade, sem preocupação de cor, sem indagar do seu nível educacional ou cultural, de vez em que, ao mesmo tempo que acolhe no seu seio a mulher culta (...) também a colhe a mulher inculta (*O Imparcial*, edição n.1233, 15 fev. 1935, p.5).

Ao ressaltar a inexistência de restrições de natureza social e racial relativo ao ingresso de novas militantes, Cleonice Drummond expressa a intenção das lideranças integralistas na Bahia em penetrar nas camadas populares lançando mão das estratégias de ações educacionais e assistências, essas exploradas na propaganda da imprensa integralista.

CAPÍTULO III

As ações educacionais e assistenciais integralistas no discurso de *O Imparcial*

Durante a fase pró-integralista, *O Imparcial* reproduziu o discurso da Ação Integralista através de seus articulistas, editores e redatores entre os quais líderes integralistas como: Rubem Nogueira, Brasilino de Carvalho e o diretor Victor Hugo Aranha, servindo aos interesses do movimento na Bahia. Através da propaganda integralista difundida *O Imparcial*, pretendia convencer seus leitores e influenciar a opinião pública. Ao leitor eram transmitidas a doutrina integralista e as atividades que a AIB desempenhava, dentre as quais estavam as ações nas áreas de educação e assistência social realizadas, principalmente, pelas mulheres que se constituíam em instrumentos de propaganda e estratégias de inserção do integralismo nas camadas populares. Portanto, discutiremos a maneira pela qual essas ações de cunho educacional e assistencial foram tratadas em *O Imparcial* nesta fase pró-integralista.

Numa seqüência de artigos, intitulados: “*Analphabetos*”, “*Campanha Contraproducente*” e “*A nossa luta*”, o chefe provincial Joaquim de Araújo Lima denunciou a perseguição ao integralismo na Bahia desencadeada pelo governo estadual, sendo o tema da educação abordados nos dois primeiros artigos. No primeiro deles, Araújo Lima parte da crítica ao problema do analfabetismo no país para chegar às ações educacionais promovidas pelo núcleo provincial que comandava:

É uma vergonha para nós, não há dúvida, esse índice elevado ainda de patricios analfabetos, 70% dos brasileiros desconhecem a escrita e vivem por isso retardando involuntariamente a marcha gloriosa desse gigante que Deus fez nascer na América do Sul. 30 milhões de brasileiros vivem como cegos a implorar de seus irmãos que vêm, a luz bemdita do saber.

Miguel Couto³⁵, estrela de primeira grandeza na constelação dos grandes vultos nacionais, descreveu diante do olhar curioso dos seus admiradores a guerra sem tréguas levada a efeito na terra do Sol Nascente pelo patriotismo japonês contra o analfabetismo. É o triunfo ali não se fez demorar. Para aquele sábio brasileiro só havia no Brasil um problema: o da alfabetização das massas. Sem a sua imediata solução, permanecerão insolúveis todas as demais questões nacionais. O nosso grande mal tem sido confiar demasiado nos meios oficiais que muitas vezes costumam a mudar de atitude em face dos problemas, como queria esse outro grande brasileiro, que foi Alberto Torres. (...) Se cada unidade da Federação tomasse a incumbência sincera de agir nesse campo fazendo o governo o que lhe compete e o povo também, mais cedo conquistaríamos a vitória (...) [**O Imparcial**, edição nº 1625, 18 abr. 1936, p. 4].

Há, no uso da citação de Miguel Couto, a intencionalidade de estabelecer uma visão comparativa entre as realidades política e social japonesa e brasileira. O primeiro país seria um referencial ao segundo, devido ao seu êxito na solução do problema do analfabetismo. Na referencia ao pensamento de Alberto Torres e coerente com o discurso integralista, atribui-se ao Estado, sob o regime liberal democrático, a responsabilidade pelo fracasso da educação pública refletida no elevado índice de analfabetismo do governo brasileiro. Os governos estaduais mostravam-se incapazes de atender rápida e satisfatoriamente as demandas sócias. Subentende-se no texto a acusação de incompetência e descaso desses governos, inclusive do governo baiano.

Em seguida, apontam-se as iniciativas partidas da sociedade em favor da educação como a Liga Baiana contra o Analfabetismo (LBA) que tinha entre suas principais figuras como major Cosme de Farias³⁶.

Há, na Bahia, um louco, dessa loucura bendita de amor ao próximo. É o major Cosme de Farias. Não nos ligam os laços de campanha política políticas nem entretemos relações. Admiro, entretanto, esse humilde batalhador das causas justas que não se sente bem quando sabe que alguém sofre. Tornou-se o patrono dos indigentes e o esteio máximo da “Jornada da

³⁵ Médico carioca que nos anos 20 foi presidente da Associação Brasileira de Cultura. Após a Revolução de 30 ajudou a criar o Ministério da Educação. Foi membro da Academia Brasileira de Letras.

³⁶ Advogado, jornalista, atuando em diversos órgãos de imprensa como: Jornal de Notícias, Gazeta do Povo, Diário da Bahia, Democrata, A Tarde e O Imparcial. Teve uma extensa carreira política, cumprindo vários mandatos como deputado nas décadas de 10, 20, 60 e 70, e também como vereador pela cidade de Salvador nas décadas de 30,40 e 50.

Luz”, pugnando pela alfabetização dos seus conterrâneos.(...) Solidários com o major Cosme de Farias muito poderíamos dizer, nós integralistas, pela alfabetização dos baianos. Não poderíamos para isso que nos auxiliassem as autoridades do interior do estado, mas apenas que não nos criassem embaraços, fechando as escolas que vamos abrindo com esforço, porque elas não estão rigorosamente de acordo com o último modelo recomendado pela pedagogia. Atendendo as exigências do ensino já temos algumas escolas oficialmente registradas. Se nos dessem franca liberdade, porém, eu assumiria, hoje, um compromisso com a Bahia. Temos no Estado 30 núcleos integralistas alguns em início de coordenação, com inscrições de centenas de alunos. Dentro de 60 dias eu lhe daria 300 escolas organizadas com um mínimo de 15 mil alunos inscritos. Para isso bastaria que os vanguardeiros da “Jornada da Luz” conseguissem das autoridades a declaração de que as nossas escolas não seriam fechadas. Nós não o pediremos. Aguardaremos a manifestação do povo. Um dia, esse povo brasileiro, reconhecendo a elevação das nossas intenções, entregar-se-á confiante aos novos bandeirantes do Brasil [O Imparcial, nº 1625, 18 abr. 1936, p. 4].

A *Jornada da Luz* era como se referia *O Imparcial* a campanha de combate ao analfabetismo encampado pela *Liga Baiana Contra o Analfabetismo-LBA*. Compreendendo a educação como instrumento de transformação social, o major Cosme de Farias fundou em 1915 a *Liga Baiana contra o Analfabetismo*, que obteve êxito em seus propósitos ajudando a fundar e manter centenas de escolas na capital e interior, a exemplo da Escola dos Filhos dos Pobres, em Plataforma (1935); Escola Livino de Amorim, na Capelinha de São Caetano (1937); e a Escola S. Francisco, em Cipó do Açu, distrito do município de Matta de São João (1936). Promoveu, ainda, distribuição de material escolar e de milhares de exemplares da *Cartilha do ABC* à população.

O texto de Araújo Lima tenta associar as ações educacionais da AIB à imagem de credibilidade e prestígio social da LBA. Esse reconhecimento social do trabalho da LBA foi resultado de décadas de conscientização e mobilização junto a sociedade local na luta contra o analfabetismo. CELESTINO (2005) esclarece que Cosme de Farias não se preocupava com o posicionamento político daqueles indivíduos ou grupos sociais que se propunham a ajudar a LBA a atingir sua meta de erradicação do analfabetismo. Segundo a mesma, a LBA recebeu a adesão de várias instituições, entre as quais o Ginásio Ypiranga, instituição de ensino privada que cedeu suas salas de aula a

alfabetização de adultos. E escolas teriam sido fundadas pelos integralistas com apoio da LBA.

Ao longo de sua existência a LBA procurou apoio junto á políticos pertencentes a diferentes correntes políticas, entre governadores, prefeitos e outras autoridades públicas. Como o próprio chefe integralista admite, não havia entre ele e o major Cosme de Farias *laços de campanha política nem entretemos relações*, não havendo mesmo indícios de que fosse Cosme de Farias simpático ao integralismo.

Semanas após a publicação de *Analphabetos*, os integralistas foram convidados pela “Sociedade Beneficente Cosme de Farias” a participarem da *Parada do ABC*, promovida pela LBA, em comemoração a data da abolição da escravatura. *O Imparcial* publicou na integra o convite de Cosme de Farias ao chefe integralista que determinou a participação das blusas verdes na parada que percorreu a avenida principal da cidade, juntamente com educadores de instituições de ensino públicos e privados e outros segmentos sociais. Na edição seguinte, *O Imparcial* estampou uma montagem fotográfica na qual aparecia em destaque as militantes integralistas, reforçando a propaganda integralista transmitida ao leitor.

A referencia aos “*embaraços*” criados pelas autoridades ás ações educacionais promovidas pelos integralistas baianos, insinua que o fechamento das escolas representava uma das facetas da repressão ao integralismo movido pelo governo Juracy Magalhães e seus aliados políticos no interior. Essa repressão se inicia a partir da demonstração de força dada pelos integralistas durante a realização do I Congresso Integralista da Bahia. Em dezembro de 1935 oito escolas integralistas teriam sido fechadas somente no município de Jequié (SAMPAIO, 1985, p. 118). O mesmo teria ocorrido nos municípios de Rio Novo e Jequiçá

Ainda que as fontes não nos permitam confirmar que autoridades públicas tenham se embasado em normas pedagógicas para justificar o fechamento das escolas integralistas, como afirma Araújo Lima, todavia, é certo que essas escolas, no que diz respeito à estrutura física e programa pedagógico, apresentavam significativas variações. O que a AIB chamava de *escolas integralistas* consistia muitas vezes em espaços improvisados dotados de equipados e móveis escolares, funcionando em salas situadas nas sedes dos

núcleos distritais, municipais e provinciais. Em outros casos, funcionavam junto a escolas regulares, outras em sedes próprias (CAVALARI,1999, p.73)

O problema da falta de padronização das escolas integralistas passou a ser discutido pela Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina durante o 1º Congresso Feminino da Ação Integralista Brasileira realizado no Rio de Janeiro em outubro de 1936. Segundo Irene de Freitas Henriques, chefe da S.N.A.F.P., a realização desse evento que reuniu as chefes dos Departamentos Femininos de todos os núcleos provinciais do país, permitiria discutir e definir a padronização das escolas integralistas: *o problema das escolas integralistas, hoje espalhadas por todo o Brasil será seriamente tratado. Pretendemos uniformizar os programas, adaptando-se por conseguinte um único modelo de “Escola Integralista”, para todo o país (O Imparcial, edição n. 1835, 07 out. 1936, p. 5).*

O texto de Araújo Lima deixa subentendido ainda que o fechamento das escolas integralistas representaria o impedimento de ações educacionais que poderiam ser consideradas de utilidade pública, a exemplo daquelas realizadas pela LBA. Agindo assim o governo estadual estaria prejudicando uma parcela da população que até então vinha usufruindo os benefícios das ações educativas realizadas pela Ação Integralista, preenchendo uma lacuna social deixada pelo Estado. Por outro lado, o argumento da repressão utilizado pelo chefe integralista, poderia justificar as limitações estruturais do movimento nesta área educacional, apesar dos números exagerados de escolas e alunos que supostamente o movimento seria capaz de produzir em tão pouco tempo não fosse os impedimentos que lhes eram imposto.

Na solicitação de intervenção dos *vanguardeiros da Jornada da Luz* junto as autoridades transparece a intenção de tentar ao menos amenizar a repressão contra a AIB através da sensibilização da opinião pública, levando-a perceber a postura contraditória das autoridades públicas em demonstrar apoio ao trabalho desenvolvido pela LBA ,mas que, paralelamente, fechava as escolas de alfabetização de crianças e adultos mantidas pelos integralistas.

Em *Campanha Contraproducente*, Araújo Lima retoma o argumento dos supostos prejuízos à população pobre e analfabeta causados pela repressão ao integralismo movida governo estadual:

(...) Impregnando de patriotismo o espírito de seus patricios, ensinando-lhes a cantar o Hino Nacional. Tomando pela mão os descrentes, fazem-nos confiantes no futuro da pátria unida, individual e forte. Atraindo os infelizes que não tiveram a ventura de aprender a ler e que por isso vivem abandonados, organizam escolas de alfabetização onde a criança e o adulto encontrarão mestres e amigos (...) [O Imparcial, 19/04/1936, edição nº1626, p. 5].

Notamos aqui a tentativa de atribuir ao integralismo a capacidade de transformar a realidade social dos baianos que se encontravam *abandonados* em consequência da insensibilidade das autoridades públicas. A insistência de Araújo Lima em torno da argumentação de supostos danos à população analfabeta em decorrência da repressão a AIB, possivelmente encontraria ressonância na opinião pública devido à gravidade do problema do analfabetismo em âmbito nacional e estadual.

Nos remetendo ao contexto educacional brasileiro neste período, constatamos que fatores de ordem econômica e política representada pela intensificação da industrialização e pela Revolução de 30 impulsionaram as mudanças nas diretrizes da educação pública brasileira. ROMANELLI (1980, p. 60) considera que a conjuntura política pós-Revolução de 30 gerou:

condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino.

Entretanto, a constatação dessa crescente demanda social pelo Estado brasileiro, não representou a democratização do ensino. A expansão do sistema escolar ocorreu, porém, de maneira...

Atropelada, improvisada, agindo o Estado mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que propriamente com vistas a uma política

nacional de educação. É por isso que cresceu a distribuição de oportunidades educacionais, mas esse crescimento não se fez de forma satisfatória, nem em relação à quantidade, nem em relação à qualidade (ROMANELLI, 1980).

Essa deficiência no sistema educacional dirigido pelo Estado resultava na manutenção do grave problema do analfabetismo que se apresentava mais acentuado em áreas não atingidas pelo processo de industrialização. Na Bahia, estado de economia essencialmente agrícola, o analfabetismo atingia o elevadíssimo índice de 80% do total da população. O secretário de Educação Isaiás Alves no relatório *Educação e Saúde na Bahia na interventoria Landulfo Alves (Abril 1938- Junho de 1939)* confirma esta situação expondo o quadro alarmante da educação pública no estado:

“O índice de analfabetismo na Bahia é um dos maiores do Brasil. Era urgente diminuí-lo a todo o custo. Para tal não podemos esperar pela generalização da escola primária. (...) É indispensável manter, anualmente um acréscimo muito maior de escolas, porque estamos necessitando de 20.000 professores novos, para resolver o problema do analfabetismo na Bahia e esse número só seria atingido em 100 anos, ou seja, três gerações, si fôssemos reduzidos à manter a política de aumento permanente de 250 cadeiras por ano. Isso sem levar em conta o acréscimo progressivo da população, que torna o problema infinitamente mais grave (ALVES, abr. 1938/jun. 1939).

Nascido originalmente como movimento cultural, a Ação Integralista inicialmente atribuía importância à discussão em torno da educação no Brasil. Na visão desses ideólogos, esse grave problema social integrava o rol de mazelas produzidas pelos governos sob a liberal democracia, trazia grandes prejuízos ao país, uma vez que atravancava seu desenvolvimento sócio-econômico e contribuía para a penetração da ideologia comunista. O líder integralista baiano Brasilino de Carvalho, reflete essa visão do problema:

Em relação a facilidade com que se vem fazendo em nosso país a propaganda subversiva, a explicação é cabal. Porque a verdade é que se estamos sob a ameaça do perigo constante que é o comunismo resulta logicamente dessa situação de dolorosa realidade brasileira em matéria de educação popular.(...) Dada a completa indiferença da grande maioria brasileira pelos assuntos sociais, agravada pela circunstância da falta de educação de quatro quintos da população, a gravidade do problema de tal

forma se vem afirmando que atingiu já á desoladoras proporções. (...) (*A Província*, ano:1, nº 5, 28 fev. 1935, p. 2).

O analfabetismo passou a ser encarado pela Ação Integralista sob nova perspectiva á medida que se lançava em disputas eleitorais, principalmente a partir de 1935 quando se transformou em partido político. A partir daí a direção nacional da AIB passou a atribuir importância cada vez maior a esse problema social, intensificando as ações no setor de educação, considerando que o crescimento eleitoral do partido dependia da formação de eleitores. Desse modo, as preocupações de Araújo Lima em relação ás conseqüências da repressão levada a efeito pelo governo baiano e seus aliados nos municípios se justificam na medida em que as ações educacionais se tornaram fundamentais as pretensões de fortalecimento político do movimento em âmbito local e nacional.

A criação em 1936 da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos indica essa tendência de valorização e intensificação das ações nos setores educacionais. Principal responsável pela educação no movimento, a S.N.A.F.P direcionou o trabalho das mulheres na formação de uma “*massa eleitoral integralista*”, dando ênfase á alfabetização de adultos, pois somente os indivíduos que comprovassem saber ler e escrever poderiam obter título de eleitor.

Em documento divulgado em maio de 1937, a S.N.A.F.P procurou intensificar os esforços de ampliação da base eleitoral integralista em razão da candidatura de Plínio Salgado á Presidência da República e recomendava ás militantes o cumprimento de uma série de providências, entre as quais:

(...) A formação de uma massa eleitoral integralista, pela alfabetização rápida das companheiras analfabetas; (...) Trabalhar para que o integralista analfabeto consiga apreender o mais depressa possível, a fim de poder fazer o seu requerimento e obter o título de eleitor para as próximas eleições; (...) Lembrar a toda Blusa Verde que ela tem o dever de responder pelo preparo de um analfabeto e pelo alistamento de um eleitor, no mínimo, (...) Nas localidades onde estejam fechadas as nossas sedes, que cada lar de Blusas Verdes seja centro eleitoral (CAVALARI, 1999, p. 64-65).

Essa última providencia interessava diretamente às integralistas baianas, uma vez que as sedes da AIB-BA estavam fechadas há dez meses mas, possivelmente, esta recomendação tenha sido cumprida, pois havia a perspectiva de reabertura das sedes. Logo após a retomada de suas atividades, a AIB-BA instalou a Secretaria Provincial Feminina que, sob a orientação da S.N.A.F.P, passava a dirigir o trabalho das *blusas verdes* na preparação do eleitorado integralista.

O documento da S.N.A.F.P explicita a urgência da direção nacional do partido na formação dessa massa eleitoral, afastando-se do discurso que preconizava a necessidade de elevação do nível cultural das massas. Neste momento em que a AIB preparava-se para disputar o cargo mais importante do executivo federal, o que importava, de fato, era alfabetizar o maior número possível de pessoas e convertê-las em eleitores do partido.

Rosa Cavallari atenta que a imprensa integralista passa a dar maior visibilidade às ações educacionais, tornando mais freqüentes o noticiário em torno da criação e manutenção de escolas integralistas. O *Monitor Integralista*, na edição de 07 de maio de 1937, informava a existência de *3.000 escolas de alfabetização e ensino profissionalizante* (CAVALARI, 1999, p. 72) em funcionamento em núcleos provinciais, municipais e distritais em todo o país.

Em relação à Bahia, encontramos referencias às escolas: *Dan Nunesmaia*, primeira fundada na Bahia, localizada no núcleo distrital da Vitória; *Edgar Silva*, no núcleo distrital da Penha, *Manoel Querino*, no núcleo distrital de São Bento. E no interior do estado há registros de escolas nos núcleos municipais de São Felipe, Jequiçá, Itabuna, Rio Novo (Ipiaú) e Jequié.



Figura 1: Escola integralista em Barra do Rocha, distrito de Rio Novo (*Revista Cidades em Foco: informação e cidadania*, ano I, n.11, p. 24, out. 2002).

Nas escolas integralistas, cabia a professora influir *no sentido de ser dado ao ensino um cunho puramente brasileiro* (*A Província*, I, nº 5, 28 fev. 1935, p. 2). A educação integralista primava pelo: civismo, ordem, disciplina, religiosidade cristã na formação intelectual, cívica, moral e física do indivíduo.

Ao observarmos as características da educação integralista, percebemos que esta convergia com a política educacional estadonovista, uma vez que a A.I.B. e o Estado Novo tinham o pensamento autoritário como matriz intelectual e, inicialmente, logo quando o Estado Novo foi instaurado, havia entre os integralistas a expectativa de que Plínio Salgado fosse nomeado ministro da Educação. Ao analisar os projetos pedagógicos que direcionaram a intervenção do Estado na educação entre 1937-1945 Adriano Luiz Duarte demonstra que esses projetos serviam as pretensões governamentais na formação do “*cidadão-trabalhador*”. Um desses projetos, sob influencia das preocupações dos militares quanto a questão da segurança nacional, resultou na criação da Juventude Brasileira em março de 1940:

(...) O Decreto-lei n. 2.072, que instituiu a Juventude Brasileira, qualificava-a como uma corporação que abrangia toda a juventude brasileira em idade

escolar. Sua finalidade era a educação cívica, moral e física e o fortalecimento da pátria por meio do seu culto permanente: “(...) que terão no amor à pátria a prática dos bons costumes, o desenvolvimento físico da raça, o entendimento e a cooperação com a escola e a família, o amor ao dever militar, à disciplina, à hierarquia, o conhecimento elementar dos assuntos relativos à defesa nacional, a educação religiosa e a educação ativa, como lineamentos básicos. (...).

Notamos que a finalidade na criação da Juventude Brasileira se assemelha aos propósitos do modelo da educação integralista. DUARTE (2000, p. 8) afirma que:

o projeto de reeducação do Estado Novo foi bastante amplo” centrando na formação da criança a partir dos 2 anos, e dos jovens se encerrava aos 18 anos, “a partir daí, a educação estaria a cargo dos sindicatos, “verdadeiros órgãos do Estado”, e de múltiplas instituições católicas, privadas ou públicas (...).

O papel educacional dos sindicatos estaria relacionado ao modelo educacional vigente no país. GHIRALDELLI JR (2001), afirma que a constituição de 1937 manteve o modelo dualista da educação brasileira: o acesso ao sistema de escolas públicas e privadas de ensino primário e secundário, além do ensino superior que seria destinado às camadas médias e à elite _ *elites condutoras*, enquanto às massas populares restaria o ensino profissionalizante. Esse modelo dificultava a ascensão social. Enfim, foi exatamente a carta de 37, de tendência autoritária, que norteou a legislação educacional do Estado Novo:

(...) reconheceu e cristalizou a divisão entre pobres e ricos e, oficialmente, extinguiu a igualdade formal entre cidadãos, o que seria a lógica do estado liberal. O incentivo às classes menos favorecidas para procurarem a escola pública foi condicionado à opção delas pelo ensino profissionalizante (...) (DUARTE, 2000, p. 8)

A função educacional atribuída aos sindicatos na preparação do trabalhador estaria presente na política educacional integralista. GHIRALDELLI JR (2001) considera que a pedagogia integralista teria influenciado a autoritária constituição de 1937. O autor analisando a obra *Cartilha do Integralismo* escrita por Plínio Salgado, Miguel Reali e

Leão Sobrinho em 1933 mostra que na visão desses ideólogos, a educação não poderia se limitar a aprendizagem do idioma e da matemática, mais que isto, deveria possibilitar a formação de uma *consciência nacional*. Por isso, era necessário *dar uma função educacional aos sindicatos*.

Na visão do integralismo, o sindicato seria um dos *grupos naturais* juntamente com a família, sociedades científicas, instituições religiosas e outras, exceto os partidos políticos, na formação do Estado Integral. O sindicato assumia assim quatro funções: política, econômica, moral e cultural. Nesta última, caberia a tarefa *de cuidar da cultura de seus associados, mantendo escolas, bibliotecas, cursos técnicos, etc., e cooperando na criação de campos de repouso, de diversões e esportes*. Essa função cultural do sindicato estaria relacionada à valorização da formação profissionalizante.

A *Cartilha do Integralismo* estabelecia três categorias de trabalhadores: *‘trabalhadores da inteligência’, ‘trabalhadores do braço’ e ‘trabalhadores do capital’*. As três categorias se formariam *espontaneamente e naturalmente de maneira organizada e hierarquizada*. Segundo GHIRALDELLI JR (2001) *o projeto de sistema escolar do ideário integralista* teria insistido em consagrar a divisão entre *‘trabalhadores da inteligência’, ‘trabalhadores do braço’ e ‘trabalhadores do capital’*. *O ensino seria ‘gratuito em seu grau primário com obrigatoriedade de matrícula e frequência’; todavia o secundário e a universidade só deveriam ser freqüentados gratuitamente pelos estudantes ‘que mostrarem capacidade’*. O autor conclui que a *formulação integralista, que considerou todos os trabalhadores (da inteligência, do braço e do capital), buscou a perpetuação da hierarquia social sobre a base da perpetuação da propriedade privada e, nessa direção, acentuou em sua plataforma de política educacional a necessidades da escola profissional voltada para o desenvolvimento industrial*.

Partindo do artigo *Integralismo e Educação*, de Dom Helder Câmara, publicada na Enciclopédia do Integralismo, GHIRALDELLI JR (2001) afirma que na visão desse religioso: *a pedagogia integralista deveria colaborar com a tarefa do Estado na garantia da harmonia das classes sociais, através de uma organização onde vários grupos sociais fossem ‘tutelados por um governo forte’*.

Trata-se de outro aspecto que aproxima as políticas educacionais integralista e estadonovista, ou seja, converter a educação num instrumento de harmonização social e fortalecimento do Estado.

Em relação ao trabalho doutrinário realizado pelas professoras integralistas, é possível que este não se limitasse aos educandos das escolas fundadas pela AIB, ocorrendo, inclusive, em escolas públicas. Essas ações se apresentariam na forma de visitas das militantes integralistas as escolas, onde se realizariam palestras dirigidas aos alunos, cujos conteúdos seriam os princípios da doutrina integralista. Lúcia Guedes Mello recorda sua participação numa dessas visitas á escolas públicas na condição de pliniana em companhia de algumas integrantes do Departamento Feminino: ... *eu me lembro bem que [á Escola] Úrsula Catarino agente ia muito...*³⁷, e se referiu a existência de outras escolas públicas de Salvador também visitadas.

É razoável considerarmos que tais ações doutrinárias dificilmente poderiam ocorrer sem autorização da direção dessas escolas e mesmo de autoridades a frente dos órgãos de educação. A realização de sessões doutrinárias promovidas em escolas públicas demonstraria a diversidade de estratégias adotada pela AIB-Ba na tentativa de se inserir nas camadas populares.

Modalidade semelhante de transmissão de princípios da doutrina integralista pode ter ocorrido em instituições de ensino particulares. O então professor de Sociologia e Filosofia do Colégio N. S. da Vitória (Maristas), Herbert Parentes Fortes, fora acusado de difundir o integralismo entre os educandos. Acusação esta negada publicamente por uma comissão de alunos daquela instituição (*O Imparcial*, edição n. 2182, 26 set. 1937, p. 3). Lúcia Guedes Mello afirma que *embora soubessem que tinha os professores que eram integralistas, militantes* ensinando em instituições particulares, entre os quais colégios dirigidos por religiosos, não se permitiam visitas das integralistas. *Os colégios particulares não, nenhum deles*, enfatiza. Aponta nesta direção o *Regimento Interno* do conceituado Colégio N. S. das Mercês, que determinava aos professores dessa instituição *não tratar de assuntos políticos ou estranhos á aula* (PASSOS, 1995, p.

³⁷ Trecho a entrevista de dona Lucia Guedes Mello concedida a autora em 16/12/2004.

240). Em contrapartida, não podemos afirmar se esta norma era cumprida fielmente pelos professores ou se era até mesmo adotada em outras intuições de ensino.

Compreender a relação das instituições de ensino particulares com o denso e conflitante cenário político-ideológico brasileiro nos anos trinta se faz necessário uma vez que estas instituições contribuíam fortemente na formação da mentalidade da elite e camadas médias da sociedade baiana.

Além da alfabetização de crianças e adultos, o trabalho educacional e assistencial das mulheres integralistas também se direcionava à mulher trabalhadora. *O Imparcial* reproduziu na íntegra o discurso de Cleonice Drummond proferido durante a visita das militantes integralistas ao Abrigo Salvador para promover uma *Hora de Arte* aos internos daquela instituição beneficente. No discurso, a líder integralista tratou da atuação das integralistas em auxílio à mulher trabalhadora:

(...) É função da assistência feminina (...) a criação de cursos técnicos femininos que proporcionem a todas as moças que os quiserem cursar o ensino de trabalhos domésticos, de enfermagem, de artes aplicadas de corte, costura, datilografia e outros, de maneira a preparar a mulher para bem freqüentar as vicissitudes da vida, amparadas em conhecimentos que lhes assegurem a necessária independência econômica. Completam, esses serviços da Divisão de Assistência Social, que abrangem uma esfera mais ampla de benefícios à mulher que precise trabalhar, as finalidades da Divisão de Cultura Sociabilidade destinada a proporcionar-lhe um mais profundo preparo intelectual no campo das artes, das letras, da filosofia, da sociologia,. Isso ao mesmo tempo que dispensa especial cuidado à educação física. (...) [*O Imparcial*, edição nº 1705, 27 jun. 1936, p. 3].

É importante lembrar que as integralistas não se percebiam atuando na esfera pública, diferentemente da mulher que trabalhava fora, a mulher da rua, à qual dirigiam um discurso em defesa da permanência da mulher no lar, mas, contraditoriamente, preparavam as mesmas para atuarem fora dele.

No trecho seguinte, há a tentativa de afastar a idéia de improvisação nos métodos da Ação Integralista de atuação nas áreas educacional e assistencial, procurando passar ao

leitor a imagem de credibilidade da Ação Integralista como um movimento organizado e sério ao lidar com os problemas sociais:

(...) Não pretende a A.I. B inovar, criar ou fazer trabalho de assistência que não tenha merecido os cuidados dos estudiosos dos seus diferentes problemas. Quer, sim, sistematizar, intensificar, realizar a assistência que o Estado tem como dever primacial assegurar. Porque, na verdade, si muita coisa está feita nesse sentido, muita coisa também está por fazer(...)[**O Imparcial, edição nº 1705, 27 jun. 1936, p. 3**].

Seguindo a linha do discurso integralista de crítica ao Estado liberal-democrático no trato dos problemas sociais, sutilmente se transfere á AIB um grau de importância em suas ações semelhante àquelas realizadas pelo Estado, uma vez que o movimento desejava: *sistematizar, intensificar, realizar a assistência que o Estado tem como dever primacial assegurar*. E em seguida, se engloba num mesmo campo de atuação das mulheres, instituições e espaços produtivos, evidenciando a forma mais incisiva de ação assistencial como estratégia de inserção do integralismo no operariado como vemos neste trecho:

Entre os deveres impostos pelo Integralismo á mulher que veste uma camisa-verde, está o da visitação aos hospitais, sanatórios, casas de saúde, asilos, orfanatos, recolhimentos, presídios, fábricas, oficinas, escritórios, repartições públicas e todos os centros de atividade onde a Mulher que trabalha exerce qualquer mister, dando-lhe assistência e conforto possíveis (...) [**O Imparcial, edição nº 1705, 27 jun. 1936, p. 3**].

Entre as ações educacionais e assistenciais voltadas á mulher trabalhadora adotada pela AIB-Ba encontra-se a criação em Salvador de uma *Escola de Corte* para a formação de costureiras. Ações como esta poderiam repercutir positivamente numa cidade em que a maior parte da força de trabalho feminina estava empregada no setor de serviços:

(...) O Censo de 1940 registra que a presença de 80% do total de 158.140 mulheres, no quadro referente a “Atividade Principal”. Deste percentual, 0,5% dedicavam-se a atividade de agricultura, pecuária e silvicultura; 2,5% estavam na industria; 15% em atividades típicas do terciário, sendo que aí estavam, inseridos na categoria Serviços de Atividades Sociais, os serviços de confecção, responsável pela absorção de quase totalidade da mão-de-

obra feminina no setor; 78% em atividades domésticas (remuneradas ou não) e escolas (discentes e magistério exercido no lar, o que torna impossível particularizar o percentual das mulheres dedicadas exclusivamente à primeira; 4% corresponde às mulheres em condições inativas e em atividade mal definidas ou não declaradas (...)) (ALMEIDA, 1986, p. 44-45).



Figura 2: Instalação da Escola de Corte no núcleo distrital de Santo Antonio. *O Imparcial*, 22/11/37.

Parte das ações assistenciais se destinava a promover a saúde entre a população empobrecida e, especialmente, entre as mulheres através do trabalho realizado em dispensários e lactários. *O Imparcial* noticiou a inauguração do primeiro lactário da AIB em Salvador, classificando-o como *grande ato de assistência social*.



Figura 3: Instalação de lactário no núcleo distrital de Santo Antônio. *O Imparcial*, 22/11/37.

A relevância social dessas ações se devia ao fato de proporcionarem às mulheres pobres e trabalhadoras o acesso à medicina preventiva. As integralistas transmitiam informações quanto aos cuidados com a saúde dessas mulheres e de seus filhos, sendo orientadas nos procedimentos de higiene e alimentação da criança (SILVA, 2003, p. 8). Informações desse tipo eram valiosas na prevenção de doenças causadas pela associação de más condições sanitárias e subnutrição, se considerarmos, por exemplo, as péssimas condições sanitárias e de saúde em que vivia a maior parte da população baiana na década de trinta. Consuelo N. Sampaio aponta a tuberculose como a principal causa de mortes em Salvador. A mortalidade infantil tinha na diarreia e a enterite suas principais causas (SAMPAIO, 1985, p. 32). Esse grave quadro de saúde pública se apresentava mais agudo no interior do Estado.

Ciente dos efeitos positivos que as ações assistenciais trariam à imagem do integralismo junto à opinião pública *O Imparcial* dava visibilidade a essas ações, noticiando-as sob o título de *Ação Integralista Brasileira*. Porém, essas ações receberam grande destaque no noticiário do jornal em decorrência da participação dos integralistas no socorro às vítimas dos desastres provocados pelos temporais de maio de 1935.

Salvador e cidades limítrofes foram duramente atingidas durante 48 horas por chuvas torrenciais que provocaram enormes danos materiais causados por inúmeros

alagamentos que obstruíram ruas, estradas, interrompendo os serviços de transporte e a circulação de veículos e pedestres. Dezenas de desabamentos de edificações comerciais e residências e desmoronamentos de encostas o que resultaram no trágico saldo de mais de uma dezena de mortos, feridos e pelos menos 3.500 desabrigados³⁸. A ocorrência de temporais como esse prejudicava terrivelmente a população pobre, piorando muito suas condições de vida que normalmente já eram precárias.

Perante a calamidade pública, os governos estadual e municipal representado pelo prefeito João Americano da Costa, tomaram medidas emergenciais de socorro as vítimas e recuperação das áreas atingidas. Num movimento solidário, a sociedade se mobilizou em auxílio aos desabrigados que se traduziu na criação de um comitê de emergência integrada por autoridades públicas, diversas instituições e organizações de classe, dentre as quais a Associação Comercial da Bahia e Ordem dos Advogados do Brasil. Atividades artísticas e bandos precatórios circularam pela cidade arrecadando donativos. Estas foram algumas das iniciativas com o propósito de angariar donativos aos desabrigados.

A calamidade pública que se abateu sobre a capital e áreas circunvizinhas nos primeiros três dias de maio recebera ampla cobertura da imprensa local. No caso da cobertura realizada por *O Imparcial*, a participação dos integralistas ganhava projeção a cada edição, evidenciada nas reportagens, comunicados, notas, artigos e manchetes, não se descuidando em publicar várias fotografias registrando as ações assistenciais da AIB-Ba. DOMENACH (1936) analisando o problema quanto ao descrédito da propaganda política, resultante da forma como os nazistas a utilizaram, observa que: ela [*propaganda política*] refugia-se na informação, esconde-se por trás das notícias e das estatísticas. Nenhuma pessoa quer ouvir falar em propaganda: faz-se *documentação, informação e reportagem*.

³⁸ Segundo dados da Defesa Civil, a cidade de Salvador possui um longo histórico de acidentes provocados por temporais, há registros de deslizamentos de terra de 1671 ocorridos nas ladeiras da Montanha e da Misericórdia. A população da cidade era periodicamente atingida por tragédias provocadas pelas chuvas intensas como a de 1926 que deixou 11 mortos. Porém os temporais de maio de 1935 não se compara em destruição e em perdas humanas como as chuvas de abril de 1971 que resultaram em 104 mortos, 2.000 feridos e 7.000 desabrigados. Disponível em: <http://www.defesacivil.salvador.ba.gov.br/acidentes.htm>.

Portanto, ao longo dessa cobertura, o jornal explicitou a linha editorial pró-integralista que seguia intensificando significativamente a propaganda do integralismo, insistindo em declarar-se como órgão imprensa independente.

Em nota, tecendo elogios á participação dos integralistas, se informava a decisão do chefe provincial Araújo Lima de pôr os núcleos integralistas a disposição da prefeitura e do Corpo de Bombeiros *_fazendo questão de auxiliá-los na remoção dos escombros dos desabamentos (O Imparcial, edição n. 1320, 04 mai. 1935, p. 5)*. Atendida a convocação do chefe provincial, os integralistas deram início às ações de assistência ás vítimas.

A partir de então os leitores de *O Imparcial* eram informados diariamente dessas ações. Segundo o jornal, os integralistas organizaram sob a orientação dos líderes Araújo Lima e Rômulo Mercuri, várias turmas de reconhecimento que percorreram a cidade, produzindo detalhados relatórios. *O Imparcial* transcreveu o *relatório geral*, onde constava a quantidade de turmas de integralistas mobilizadas, os horários de saída e chegada á sede provincial das mesmas, o número de componentes e danos materiais, além do número de desabrigados encontrados nas localidades visitadas. Outras turmas teriam auxiliado os bombeiros nos trabalhos de desobstrução e busca dos corpos das vítimas de deslizamentos de terra. O mais grave deles ocorrido numa encosta no beco do Frazão, localizado no Taboão, onde morreram cinco bombeiros entre os quais o tenente e maestro Claudionor Wanderley³⁹ quando procuravam pelas vítimas do primeiro deslizamento ocorrido naquele local. Procurando passar ao leitor a imagem de um movimento cujos militantes não mediam esforços na assistência à população, o jornal exaltava os atributos morais dos mesmos: *coragem, disciplina, obediência, abnegação e sacrifício*, atributos esses que a AIB valorizava e exigia de seus militantes, apresentando o trabalho dos mesmos junto aos bombeiros como verdadeiro ato de heroísmo.

(...) Não é possível sentir-se sem emoção ao trabalho formidável dos integralistas da Bahia, para minorar os sofrimentos das vítimas da calamidade que vem angustiado a cidade nestes últimos dias. A princípio foi o trabalho rude da escavação da terra para a descoberta dos corpos

³⁹ O Tenente Claudionor Wanderley era também maestro da banda do Corpo de Bombeiros, considerada a mais popular da cidade.

soterrados dos heróicos bombeiros vitimados pela queda do primeiro grande bloco de terra que encheu o beco do Frazão. (...) É um espetáculo impressionante o que estão oferecendo á população os abnegados soldados do sigma, entre os quais se destacam figuras de relevo social, moços das academias superiores e ginmasianos, (...) naquele mesmo precipício onde morreram os intrépidos bombeiros, entregues á tarefa pesada da desobstrução do entulho, sob o aguaceiro incessante e sob a ameaça de desabamento de terra que a enxurrada solapava. E agora, ao mesmo tempo que prossegue essa penosa tarefa, que se entende pelas noites até o amanhecer, entregam-se os integralistas, num comovente movimento de solidariedade humana á obra benemérita da assistência material e moral ás vítimas dos desastres (...) (O Imparcial, edição n. 1332, 06 mai. 1935, p. 1).

Próximo ao término desta cobertura jornalística, integralistas e repórteres de *O Imparcial*, visitaram comunidades atingidas pelos temporais de *Muriqueira e Parafuso* localizadas próximas a capital, as quais os primeiros se destinavam numa “bandeira” de “reconhecimento”. O matutino justificou a incorporação de sua equipe de reportagem à “bandeira integralista” argumentando que:

“O IMPARCIAL” tinha notícias de que era, assim, extenso o flagelo. E resolveu para bem servir aos seus leitores empreender nesses lugares açoitados pelo infortúnio, um serviço de reportagem e de assistência ao mesmo tempo. (...) Sucedeu, porém, que a Ação Integralista Brasileira resolvera também por seu lado, levar até ali suas atividades benfazejas. Os Camisas Verdes prepararam uma Bandeira de Reconhecimento que ia sair para as localidades marginais da estrada de ferro. “O IMPARCIAL” incorporou-se á Bandeira . No intuito de informar ao público a verdade sobre as notícias correntes, destacou um de seus redatores incumbidos de examinar de perto a situação para informar a respeito, acompanhando, de perto, a atuação do Sigma.(...) (O Imparcial, edição n. 1327, 11 mai. 1935, p. 1).

Essa “coincidência” resultou numa extensa “reportagem” de primeira página á qual se inseria um minucioso relatório atribuído aos integralistas. Nesta, os militantes, uniformizados, eram apresentados como salvadores daquelas comunidades famintas e desabrigadas, uma vez que ali estavam para detectar os problemas existentes e levar-lhes esperança, pois ao deixarem-nas prometiam o envio de assistência material:

A Ação Integralista está tomando providencias urgentes no sentido de enviar socorros ás populações de Parafuso, Muriqueira que, segundo informações, atravessa, também, situação calamitosa. Serão enviando viveres e medicamentos para evitar o ameaçador surto epidêmico. É de elogiar-se mais essa atitude da Ação Integralista, que tão relevantes e inestimáveis serviços vem prestando em prol das vítimas desamparadas das águas torrenciais que, por dias seguidos, devastaram a capital e vasta zona do interior (...) “O IMPARCIAL” presenciou a ação dos bravos milicianos da turma e reconhecimento, que não pouparam esforços para cumprirem com eficiência, a missão que lhes foi designada pelos chefes.(...) (*O Imparcial*, edição n.1327, 11 mai. 1935, p. 1)



Figura: Visita de integralista a localidade de Muriqueira (*O Imparcial*, edição n.1327, 11 mai. 1935, p. 1).

As mulheres integralistas, convocadas pela chefia provincial, realizaram ações como: a formação de bandos precatórios femininos, acolhimento de desabrigados nas dependências do antigo Colégio Vieira⁴⁰, articuladas com o Departamento de Assistência masculino. Essas ações eram consideradas mais apropriadas á mulher, *naturalmente* bondosa e altruísta

Compreendendo que essa obra de assistência social é em grande parte melhor alcançado pela mulher, sempre pronta e dedicada a aliviar as

⁴⁰ O antigo Colégio Vieira localizava-se á rua Coqueiros da Piedade.

aflições, a Ação Integralista lança do seu Departamento feminino, para cooperar no serviço de socorro (...) á mulher integralista cabe a missão altamente caridosa de continuar esse trabalho, de assistir aos que escaparam, ou acaso saíram feridos ou estão precisados de qualquer auxílio moral e material (...) (O Imparcial, edição n. 1322, 06 mai. 1935, p. 5).

Saindo ás ruas uniformizados e portando a bandeira integralista, os militantes da AIB-BA, organizados em bandos precatórios, percorreram o comercio local angariando donativos e contribuições em dinheiro em favor das vítimas dos temporais. Procurando imprimir transparência ao uso do dinheiro doado, *O Imparcial* transcreveu um balanço das contribuições arrecadadas pelos bandos precatórios da AIB, cuja quantia atingia 12.590\$400.

Apresentados como um dos principais provedores de assistência material aos desabrigados, os integralistas assumiam a posição de prestígio, servindo de intermediário entre a população pobre e flagelada e o restante da sociedade, como vemos a seguir:

Resolvendo, em grande parte, a crise local para alojamento, a Ação Integralista obteve os prédios que faziam o antigo colégio Antonio Vieira, capazes de grande locação. (...) Os comerciários encarregaram a Ação Integralista do serviço dos transportes e distribuição da alimentação dos flagelados, na medida que julgarem acertado, visto que a Ação Integralista conhece perfeitamente os lugares sinistrados e o número das vítimas. O dr. Caldas Coni, representante da Ação, teve autorização para requisitar gasolina necessária aos caminhões de transporte prontificando-se para o fornecimento a firma Magalhães & Cia. A Companhia Linha Circular, pelo seu presidente Anísio Massorra, pôs á disposição do serviço de transporte dois ou três bondes que fossem necessários (...) (O Imparcial, edição n. 1323, 08 mai. 1935, pg. 5).

A preocupação em construir uma imagem de organização, seriedade e credibilidade da Ação Integralista era uma constante na linha editorial do jornal, servindo como estratégia de influencia junto á opinião pública. E por outro lado, se tentava neutralizar quaisquer informações que colocassem em dúvida essa credibilidade, principalmente quando difundida na imprensa, como nesta nota publicada em resposta a *A Tarde*:

Nossos colegas de “A Tarde” publicaram ontem a seguinte nota: “Também está sem recursos a família da viúva d. Maria da Cruz que residia na casa desabada no beco do Frazão, em companhia da velha Amanda Conceição. Achando-se sem recursos dirigiu-se a ‘Ação Integralista’ e ali não lhe deram os recursos que necessitava, alegando que se a família precisasse fosse a um de seus abrigos e ali seria acolhida. A família porém está recolhida a casa de pessoas amigas e deseja apenas auxílio quanto á alimentação”. Procurando informes na “Ação Integralista” verificamos pelo fichário, que D. Maria da Cruz foi acolhida numa das casas do antigo Colégio Vieira, estando ali bem satisfeita. A sua ficha é o dia 08, sendo 15 o seu numero de ordem está hospedada na casa numero 01, sala 05. procedência _ Associação dos Empregados do Comércio. Como se vê pelo numero de ordem, D. Maria da Cruz foi uma das primeiras pessoas socorridas pela Ação Integralista (...) (O Imparcial, edição n. 1328, 12 mai. 1935, p. 5).

Notamos que, em relação à nota desse vespertino, *O Imparcial* lançou mão da contrapropaganda na tentativa de contradizê-lo, numa tática consiste em “*um desmentido pelos fatos como arma de propaganda, desde que formulado em termos claros e precisos*” (DOMENACH, 1936, p. 85). Apesar desta nota, *A Tarde* e outros órgãos de imprensa⁴¹, ainda que discretamente noticiaram a participação dos integralistas na remoção de escombros em auxílio aos bombeiros.

O Imparcial não se limitava a noticiar apenas o acolhimento de populares nas antigas dependências do Colégio Vieira. Enfatizava também o tratamento dispensado aos mesmos, como na legenda que acompanha a fotografia em que as militantes aparecem ao redor dos abrigados sentados á mesa...

Á hora do almoço no Colégio dos Jesuítas, agora cheio dos que não tem casa... Homens, mulheres, crianças tratadas carinhosamente, como o exige a sua atual condição, se reúnem á mesa, na melhor das confraternizações: a união pela sorte comum... A Ação Integralista, com os auxílios que lhe tem sido enviados, tem sabido acolher os infelizes que padeceram e padecem ainda as conseqüências dos desastres do temporal (...) (O Imparcial, 12/05/1935, edição n. 1328, pg. 1).

⁴¹ Fizeram menção aos integralistas o jornal Estado da Bahia. A repercussão dos temporais de maio não se limitaram a imprensa local, notícias sobre a calamidade pública em Salvador foram publicadas na imprensa carioca.

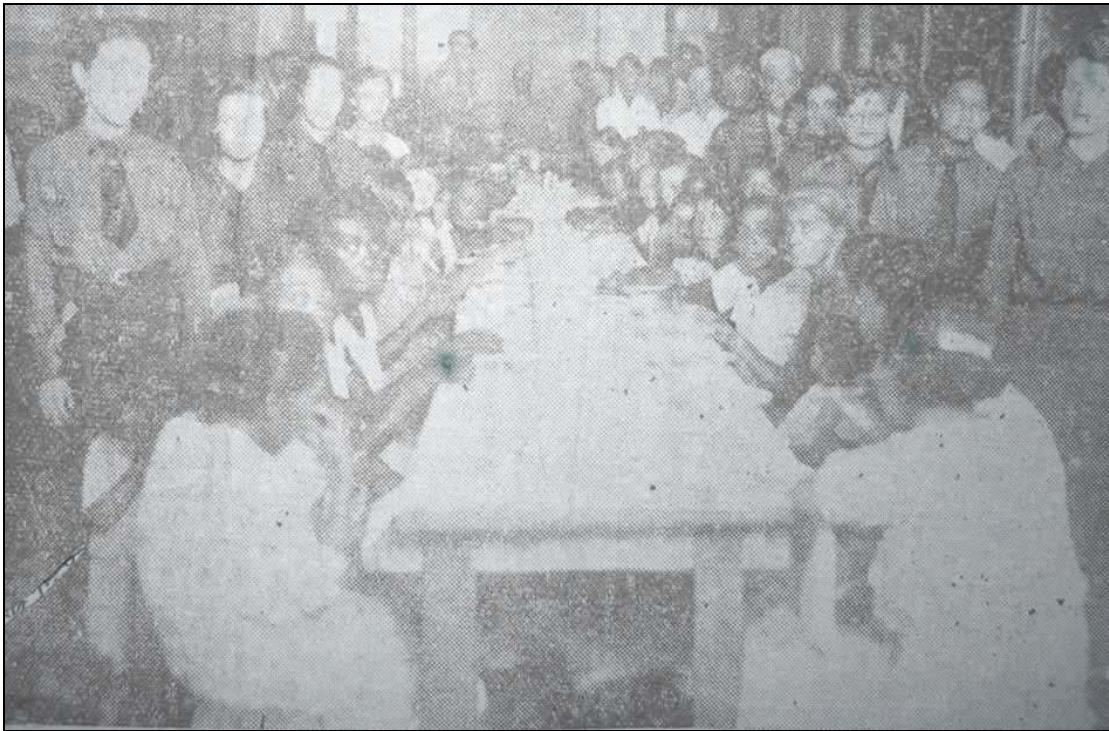


Figura 4: Mulheres integralistas em torno de populares abrigados no Colégio Vieira.

Ao analisarmos as práticas doutrinárias promovidas pela AIB durante as ações assistenciais que realizava a exemplo do Natal dos Pobres, festividade natalina, com distribuição de donativos á população pobre, precedida de palestras sobre o integralismo e a figura de Plínio Salgado (CAVALARI, 1999, p. 67) é razoável considerarmos que a assistência aos abrigados tenha sido acompanhada de práticas doutrinárias como essa. Segundo *O Imparcial* foram abrigadas no antigo Colégio Vieira pouco mais de quatrocentas pessoas, e durante a permanência dos populares no local, foram promovidos seis cerimônias de casamentos e tinta batizados, realizados pelo vigário da Paróquia de São Pedro, Cônego Aderbaldo Curvello, entre as testemunhas encontravam-se as líderes do Departamento Feminino e outros militantes integralistas. (*O Imparcial*, edição n. 1333, 18 mai. 1935, p. 3)

O Imparcial realizou a cobertura dos temporais de 1935 ocorreu num momento em que Ação Integralista parecia ameaçada. Em janeiro daquele ano, o projeto da Lei de Segurança Nacional era encaminhado para discussão na Câmara Federal. Os adversários do integralismo acusavam o movimento de extremismo de direita, representando perigo á ordem institucional, defendo sua extinção. Na defensiva, Plínio

Salgado alegou que o integralismo primava pelo respeito às leis do país e a ordem, e que a Lei de Segurança era imprecisa e ambígua, podendo servir como instrumento de perseguição ao integralismo e outras doutrinas políticas e religiosas (*O Imparcial*, edição n.1229, 29 jan. 1935, p.1). Pelas páginas de *O Imparcial* a Ação Integralista aparece como movimento solidário, ordeiro e necessário. Assim o jornal buscou criar um clima de empatia em torno do movimento junto à opinião pública.

Objetivando expandir-se entre as camadas populares, e, conseqüentemente, no operariado, a Ação Integralista como movimento profundamente anticomunista, pretendia disputá-las principalmente com os comunistas, sendo *ambiente sindical o principal lugar de intervenção das correntes de esquerda* (FONTES, 1997, p. 221), ou seja, o PCB e a ANL. Visando alcançar essa meta, a AIB adotou um conjunto de estratégias, algumas das quais enfocavam precisamente o operariado como: fundação de núcleos em sindicatos, comícios em bairros proletários, publicação de jornais, boletins direcionados ao operariado, transmissões radiofônicas, visitas á fabricas e outros espaços de produção, bem como as ações educacionais e assistenciais. Algumas delas direcionadas especialmente á mulher trabalhadora (escolas de corte e costura, lactário etc.).

A realizações de ações educacionais e assistenciais voltadas para o operariado não eram exclusivas da AIB, existiam na época instituições de caráter filantrópico atuando junto aos trabalhadores, cujo surgimento fora impulsionado pelo fenômeno do mutualismo, ou seja, a organização dos trabalhadores em torno da ajuda mútua, visando amparo material perante o desemprego e acidentes de trabalho. Sendo inicialmente fundados por iniciativa dos próprios trabalhadores, sindicatos e depois pelos próprios patrões. Havia, ainda, a atuação de instituições católicas de caráter assistencialista criadas sob inspiração da nova doutrina social da Igreja, lançada a partir da *Rerum Novarum* de 1891. Dentre as instituições católicas que atuaram na Bahia, a que teve inserção mais significativa entre o operariado foi União Operária São Francisco (UOSF), fundada em 1937, e dirigidos pelos religiosos Hildebrando Kruthaup e Dulce Lopes Pontes⁴² que, em dezembro daquele ano, passou denominar-se Círculo Operário da Bahia (FONTES, 1997, p. 235).

⁴² Posteriormente conhecida como Irmã Dulce.

O grave quadro social brasileiro nos anos 30 impulsionou a AIB a investir em estratégias educacionais e assistenciais. (SAMPAIO, 1985, p.42), analisando a situação social na Bahia neste período, demonstra que o desemprego em massa atingia principalmente as camadas populares, aumentando a fome e, conseqüentemente, a tensão social, contribuindo assim para eclosão de revoltas populares, entre as quais o *quebra bondes*⁴³.

Mesmo para aqueles tinham trabalho, a situação não era menos preocupante. A precariedade das condições de vida do operariado decorria em grande medida dos baixos salários, progressivamente defasados pela inflação, impedindo o mesmo de arcar satisfatoriamente com despesas básicas como alimentação, habitação e transporte. Reagindo a essa situação de penúria, o operariado baiano, utilizou a greve como principal instrumento de luta. Mobilizados, os trabalhadores deflagraram vários movimentos grevistas. Em meados de 1934 diversas categorias profissionais paralisaram suas atividades atingindo os setores de transporte e serviços públicos como: “ferroviários, doqueiros, trabalhadores dos serviços de bonde, telefonistas e telegrafistas” (SAMPAIO, 1985, p. 44). A resposta da classe patronal e autoridades governamentais aos movimentos grevistas se traduziram em violenta repressão policial.

Neste contexto de crise social e agitação no meio operário, *O Imparcial* começa a noticiar as primeiras ações educacionais e assistências da AIB-Ba em prol dos operários baianos. Nesta matéria, por exemplo, afirma-se o avanço do integralismo no estado e os resultados de sua propaganda junto ao operariado,

(...) A “província” da Bahia tem organizado também, na sua propaganda, um serviço de assistência social, aos operários, compreendendo serviço médico, que se tem efetuado com proveito, conforme a estatística do núcleo da AIB na Bahia para a 1ª quinzena de maio. Os cursos de português, matemática, história e geografia vão funcionando com boa freqüência. (...) É a seguinte, por ordem decrescente, a estatística das novas inscrições, de

⁴³ Segundo a autora nesta revolta ocorrida em 4 de outubro de 1930, bondes e propriedades das companhias Linha Circular Energia Elétrica da Bahia, subsidiárias da Electric Bond e Share Company foram destruídos por uma multidão. Os constantes aumentos de preços de tarifas cobrados pelas empresas teria sido um dos fatores que provocaram essa revolta popular.

15 de abril a 15 de maio: 19 empregados do comércio, 9 estudantes de humanidades, 6 comerciantes, 5 chouffers, 5 universitários de engenharia, 4 de direito, 4 de medicina, 3 de agronomia e 1 de administração e finanças; 3 carpinteiros, 2 motoristas, 2 jornalistas, 2 barbeiros, 2 pedreiros, 2 funcionários públicos, 1 médico, 1 enfermeiro, 1 jardineiro, 1 ator, 1 animador, ao todo 77 inscritos. O serviço médico da assistência social aos operários deu o seguinte resultado para a primeira quinzena de maio observaram-se 23 casos de moléstia, que foram medicados e estão em tratamento regular, sendo 8 de verminose, 5 de opilação, 5 de paludismo, 3 de reumatismo, 2 de desenteria amebiana, 1 de tuberculose, 1 de linfatismo, 1 de tifo-malária, 1 de ruptura do perineu, 1 de adenoma do seio, 1 de fibrona uterino, 1 de estreitamento da uretra. Três doentes foram internados em hospital, para serem operados.(...) (*O Imparcial*, edição n. 981, 20 mai. 1934, p. 3)

Notamos que nesta “estatística” publicada pelo jornal, num período em que normalmente a imprensa abre espaço a discussões relativas à situação política e econômica do operariado por ocasião das comemorações do 1º de Maio, não constavam apenas operários, mas também estudantes, profissionais liberais e comerciantes.

Essas e outras estratégias resultaram numa pequena inserção do integralismo no seio do operariado local, principalmente, entre os comerciários (FONTES, 1997, p. 219). No entanto, isto não se deu sem a resistência do meio sindical. Com a repercussão do célebre confronto ocorrido na Praça da Sé no centro da capital paulista durante a parada organizada pela AIB, envolvendo integralistas, comunistas e policiais, no início de outubro de 1934, *O Imparcial* publicou um comunicado do chefe provincial Araújo Lima em que este saiu em defesa dos integralistas e fez virulentos ataques aos comunistas, e no mesmo comunicado se dirigiu ao operariado baiano:

(...) Esta chefia aproveita o ensejo para rogar, pela imprensa, aos operários da Bahia que procurem pessoalmente saber o que somos e o que pretendemos fazer, para depois escolherem a sua atitude em face de nosso movimento. (...) O operário deve saber que muitos são os que andam a oferecer-lhes meios das únicas forças morais que podem dominar as paixões e os vícios, e outras em nome de princípios filosóficos ainda fortemente discutidas entre sábios e muito longe de prova que merecem fé. Antes, o contrário, pelo contrário! De nossa parte, asseguramos às famílias baianas que ninguém deseja mais do que nós vencer

pelas idéias. Ainda ontem comemoramos a morte de Nicolau Rosita com a fundação de uma escola para filhos de operários. É a quarta escola que abrimos para ensinar a pobreza desamparada. As nossas sessões são públicas e toda gente pode assisti-las. Pregamos a ordem e a disciplina. Os nossos companheiros são em grande número operários (...) (*O Imparcial*, edição n. 1120, 10 out. 1934, p. 3).

Notamos que o texto coloca a rejeição do operariado ao integralismo como fruto da “ignorância” do mesmo em relação a sua ideologia, propósitos e ações. No discurso integralista essa “ignorância” do operário tornava-o vulnerável as ideologias de esquerda que o iludia e manipulava, convertendo-o em instrumento político para conquistar do poder. Mas, uma vez alertado sobre essas correntes ideológicas e a atuação de seus agentes inseridos no meio sindical, e, enfim, esclarecido sobre o integralismo, este operário passaria a apoiar a Ação Integralista:

(...) Deturpado, iludindo e atemorizando, tem-se procurado a todo o transe, na Bahia, crear uma barreira decisiva entre o Integralismo e o operariado. Com que intuito? (...) Alguns que conseguiram fugir a tais influencias, esclarecidos, confessam quanto estavam enganados a respeito da Doutrina do Sigma e que muitos de seus companheiros, quando souberam da verdade, não hesitarão em demonstrar suas simpatias ao Integralismo (...) ⁴⁴ (*O Imparcial*, edição n. 2169, 13set. 1937, p. 2).

Um dos momentos de conflito e tensão entre a AIB-Ba. e o meio sindical ocorreu em 27 de outubro de 1934, quando um grupo de integralistas foi impedido de afixar boletins de propaganda nas paredes de prédios, localizados em frente a sede da Federação dos Trabalhadores Bahianos. *O Imparcial*, em resposta a repercussão negativa do fato junto ao operariado, afirma que:

A Ação Integralista sabe distinguir o operário trabalhador, útil e necessário, dos exploradores inconscientes, bolchevistas disfarçados ou não, que agem na sombra, fomentando intrigas, gerando atritos, criando esse ambiente de intranqüilidade que só a eles aproveita (*O Imparcial*, edição n. 1140, 30 out. 34, p. 3).

⁴⁴ Neste artigo intitulado “*O Integralismo e o Operariado*”, Farias Figueiredo discorre sobre o que considerava uma série de inverdades sobre o integralismo transmitidas ao operariado baiano, pelos adversários do movimento, a fim de obterem vantagens eleitorais.

Em relação a esse aspecto da propaganda integralista dirigida ao operariado, aplica-se o que DOMENACH (1936, p. 57) chama de “*Lei de simplificação e do inimigo único*”, em que se individualiza o adversário, “*sempre atacando indivíduos ou a pequenas frações , e nunca a massas sociais ou nacionais em conjunto.*” Assim, o integralismo não se posicionava contra o operariado, mas contra os comunistas nele inseridos. As matérias sobre o operariado, publicadas em *O Imparcial* e na imprensa integralista em geral continham violenta propaganda anticomunista e procuravam passar ao leitor a idéia de uma crescente inserção do integralismo no seio do operariado.

O texto de Araújo Lima visava transmitir uma auto-imagem da Ação Integralista, colocando suas ações educacionais como a *fundação de uma escola para filhos de operários*, como comprovação dos seus métodos de disputa política, ao contrário dos comunistas que apelariam á desordem e a violência. Os integralistas queriam distinguiam-se pelo comportamento ordeiro de seus militantes, preferindo o convencimento pelas idéias, através das ações que realizava em benefício das camadas populares.

A tensão entre integralistas e o operariado baiano atingiu seu ápice durante o I Congresso Integralista da Bahia, realizado nos dias 8,9 e 10 de novembro de 1935, quando diversas categorias profissionais, sob orientação dos sindicatos, paralisaram suas atividades em protesto pela realização do evento. A *União Sindical da Bahia* e a *União Sindical do Município de Salvador* articularam a paralisação de dez minutos. Durante esse tempo, foram interrompidos os serviços públicos: bondes, força elétrica, telefônicos, oficinas, etc. O Sindicato dos Empregados nos Restaurantes e Bares decretou greve por dois dias, e, segundo o *Diário de Notícias*, houve casos de incidentes entre garçons dos hotéis e restaurantes que haviam se recusado a servir os integralistas. Alguns dias antes do início do Congresso, “*Deputados Federais Classistas, Abílio de Assis e José do Patrocínio, enviaram telegramas às redações dos jornais e à União Sindical*”, *protestando contra a realização do Congresso* (FONTES, 1997, p. 222). Exemplificando a rejeição do integralismo ao operariado, HILTON (1977) refere-se ao protesto do operariado baiano:

Um deputado [federal] chamou a atenção da Câmara para uma petição que recebera da União Sindical da Bahia, que dizia-se representante de 50.000 trabalhadores, instando que ele protestasse contra as atividades da AIB.

Quando o partido anunciou que patrocinaria um congresso político em Salvador, o Sindicato através do Estado inteiro protestou contra a reunião integralista, e arrecadaram dinheiro para os empregados de hotéis. “Quase todo o operariado desta Província se acha fora do nosso movimento”, confessaria um oficial integralista na Bahia em 1936. (...) Os trabalhadores eram, claro, o alvo principal da propaganda feita pelo Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora. Pelo menos na Bahia, altos oficiais integralistas atribuíram a hostilidade operária às maiores vantagens prometidas pelo Comunismo.

O caso do operariado baiano reforça uma tendência da produção historiográfica sobre a trajetória da Ação integralista ao considerar que havia uma generalizada rejeição do integralismo pelo operariado brasileiro. Entretanto, essa idéia deve ser revista, em razão do estudo de Jocênio Parente sobre a experiência integralista no Ceará, demonstrando que o movimento integralista obteve forte inserção junto ao operariado daquele estado. Essa influencia, conseguida primeiramente pela Legião Cearense do Trabalho – LCT.

Ao realizar a propaganda das ações educacionais e assistenciais da AIB-BA, *O Imparcial*, nesta fase pró-integralista, procurou passar ao leitor a imagem de um movimento inovador na cultura política local. Demonstrando preocupação em relação aos problemas da população pobre, indo até ela e procurando atender suas necessidades, buscando assim diferenciar-se das demais organizações políticas tradicionais. Esse jornal, ao dar visibilidade as ações educacionais e assistenciais, buscou construir uma imagem favorável do movimento junto à opinião pública, contrapondo-se ao discurso anti-integralista dos adversários, principalmente, quando se tratava do operariado e, em certa medida, como instrumento de pressão sobre governo Juracy Magalhães e suas medidas repressivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de trinta, a Bahia assistia o surgimento e expansão do movimento integralista. Em poucos anos, haviam núcleos espalhados por quase todo o estado. O conservador discurso integralista encontrou acolhida na tradicional sociedade baiana, não por acaso, pois que grande parte dos seus militantes pertenciam às camadas médias da sociedade. Nesse processo de expansão, os integralistas tiveram a seu favor um dos mais importantes órgãos de imprensa local, o matutino *O Imparcial*, isso não era pouca coisa. Não se tratava, porém, de um jornal partidário, orgânico, como o tablóide *A Província*. *O Imparcial* dirigiu aos seus leitores concentrados nas camadas médias letradas uma intensa propaganda integralista.

O Imparcial apoiou o grupo político autonomista ao qual estava vinculado seu proprietário Álvaro Martins Catarino logo se constituía num jornal anti-juracisista. *O Imparcial* foi progressivamente abrindo espaço ao integralismo, tornando nítida a linha editorial pró-integralista a partir de 1935, convertendo-se num *porta-voz* da AIB na Bahia. Comunicava não só os fatos, mas também a “fala” das lideranças locais e nacionais do movimento. Por intermédio de suas páginas, conhecia-se a doutrina integralista e as realizações do movimento de reuniões doutrinárias á Congressos da AIB. Portanto, diariamente se tomava contato com o cotidiano do movimento. Essa propaganda integralista aparecia acompanhada de um discurso profundamente anticomunista.

O comportamento editorial de *O Imparcial* pode ser explicado, em parte, pela conjuntura econômica, política e social existente na Bahia; mais precisamente, em relação a crescente influencia do Partido Comunista Brasileiro junto ao operariado local entre os anos de 1933 a 1935.

O operariado baiano promoveu diversos movimentos grevistas que atingiram seu auge em 1919. Na visão dos trabalhadores, os movimentos grevistas representavam um instrumento de luta por melhores condições salariais e de trabalho, mas para governo e patrões, significavam desordem e, em virtude disso, eram freqüentemente reprimidas.

Entretanto, na década de vinte, se iniciou o processo de ingerência estatal no meio sindical que pretendia desmobilizar o operariado. No entanto, novos movimentos grevistas ocorreram em 1927 e 1934, apesar dessa ingerência (SAMPAIO, 1985, p.45).

A influencia de ideologias de esquerda junto ao operariado, impulsionaram diversos movimentos grevistas na Bahia. Influencia do PCB ainda era muito pequena, conseguindo alguma inserção entre trabalhadores do Recôncavo em meados da década de vinte, mas até 1932 esse quadro permanece inalterado. Em fins de 1933, os comunistas realizam intensa propaganda junto ao operariado. Em 1934, os pecebistas conseguem maior êxito entre o operariado. Já nos anos 1934-35, a influencia do PCB no meio sindical baiano se intensificou (FONTES, 1997, p.168). No entanto, após as greves de 1934 e a “intentona” comunista de 1935, o controle estatal sobre meio sindical se torna mais forte. (SAMPAIO, 1985, p.49)

Notamos que é exatamente neste momento de agitação no meio operário com ocorrência de vários movimentos grevistas e a crescente influencia do PCB no meio sindical, que *O Imparcial* intensifica a propaganda integralista em suas páginas. Esse cenário certamente despertava temores na elite conservadora baiana da qual pertencia a Álvaro Catarino e sua família, proprietários de significativa parcela setor industrial no estado, a exemplo da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A que reunia seis fábricas, localizadas no subúrbio ferroviário de Salvador. Observamos que o discurso integralista de defesa da ordem e da cooperação harmoniosa entre as classes representava o pensamento de setores mais conservadores da sociedade (CAPELATO, 2003, p.376).

Assim, entendemos que a linha editorial pró-integralista seguida pelo jornal tornava-se perfeitamente conveniente aos interesses do seu proprietário, uma vez que a propaganda integralista veiculada poderia influenciar a opinião pública, e partir daí, criar uma atmosfera anticomunista, ganhando um efeito preventivo contra o crescimento da influencia comunista no operariado e outros segmentos sociais.

Pelas páginas de *O Imparcial*, a mulher integralista aparece realizando atividades consideradas adequadas a sua natureza. Ao traçarmos o perfil dessa mulher,

compreendendo seus valores e visão de mundo, reforçados pela doutrina integralista, percebemos que sua mentalidade e conduta representavam a resistência às mudanças que se processavam no comportamento de parte das mulheres brasileiras nas primeiras décadas do século. Ao perseguir o ideal de mãe e esposa exemplar, a mulher integralista se via revestida de dignidade, perante o que considerava a degradação moral da mulher e da família.

As integralistas saíram às ruas, realizando ações educacionais e assistências, doutrinando, e, dentre outros objetivos, procurava influenciar as outras mulheres, chamando-as de volta ao lar, espaço onde elas se mostrariam mais úteis e importante à família e a sociedade, zelando pela educação dos filhos, futuros cidadãos brasileiros. Como vimos, a participação da mulher na Ação Integralista foi marcada por essa contradição.

Apesar de destinar à mulher um papel secundário, a Ação Integralista, pela sua característica de movimento de massas, foi um dos movimentos que mais cedeu espaço a participação política da mulher na década de trinta, arregimentando e mobilizando milhares de mulheres em todo o país, ainda que por uma via conservadora.

As ações educacionais (escolas de alfabetização de crianças e adultos e escolas profissionalizantes) e assistenciais (dispensários, o lactário, etc.) em grande parte realizada pelas mulheres, se tornaram alvo da propaganda integralista nas páginas de *O Imparcial*. O discurso em torno dessas ações releva as preocupações do jornal em transmitir ao leitor uma imagem de um movimento ordeiro, disciplinado, organizado e solidário, uma vez que seus militantes eram orientados segundo as *Regras de Conduta* a prestarem assistência material aos companheiros integralistas, estendendo essa assistência à populações atingidas por calamidades. O que demonstra que a cultura política do movimento procurava estabelecer um diferencial em relação às demais organizações políticas.

Assim, ao notabilizar essas ações educacionais e assistências, *O Imparcial*, procurava convencer o leitor de que o movimento se expandia, apesar da repressão comandada pelo governo Juracy Magalhães. O movimento procurou se inserir nas camadas populares e, particularmente, no operariado local. O que demonstrava a disposição do

movimento em disputar com as organizações de esquerda essas camadas populares, o que era de suma importância para a continuidade do crescimento eleitoral do movimento no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Amélia F. de. Feminismo na Bahia 1930-1950. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 1986.

ALMEIDA, Rômulo. Rômulo voltado para o futuro. [S.l.]: BNB. 1986.

ALVES. Isaías, Educação e Saúde na Bahia na interventoria Landolfo Alves (Abril 1938- Junho de 1939). Bahia Gráfica e Editora LTDA. 1939, pg. 26 e 30.

ARENT, Hanna. Totalitarismo, o paroxismo do poder: uma análise dialética. Rio de Janeiro: Documentário. 1979.

BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica. As técnicas do Jornalismo. Ática: São Paulo, 1990.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, v. 20, nº 40, São Paulo. 2000.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. SP. Companhia das Letras, 3ª edição, 1994.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937). São Paulo: Annablume. 1999, 135 p.

CAPELATO, Maria Helena. O estado novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge;

CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. SP Ática, 1999.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937). São Paulo: Edusc. 1999. 239p.

CELESTINO, Monica. Réus analfabetos, trabalhadores e um major: a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador. (Dissertação de mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA. 2005.

CHASIN, José. O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo hiper tardio. São Paulo: Ed. Ciências Sociais. 1978.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. 1978.

_____. O que é ideologia. SP. Brasiliense, 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara. As donas do poder: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA –Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.

CURVELO, André. O Imparcial a biografia de um jornal. *A Tarde*, Salvador, 30 nov. 1987. Caderno 2, p. 1.

DOMENACH, Jean-Marie. A propaganda política. 2ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1936.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do estado novo. O Brasil republicano*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

DUARTE, Adriano Luiz. Moralidade pública e cidadania: A educação nos anos 30 e 40. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.21, n.73, p. 8, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 06/01/2006.

DUTRA, Eliana. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. UFRJ, Rio de Janeiro. UFMG, Belo Horizonte. 1997.

ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO, vol. V. Estudos e Depoimentos. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1958.

ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO, vol. VI. O Integralismo e a Justiça Brasileira. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1958.

FALCÃO, João da Costa. O partido comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade. 2ed. Salvador: Contexto & Arte. 2000.

_____. O Brasil e a segunda guerra mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília: UNB, 1999.

FAUSTO, Boris. A revolução de 30: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940). Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001.

FERREIRA, Alberto Heráclito. Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiana popular na belle époque imperfeita. Tese. (Dissertação de Mestrado em História). FFCH. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

FILHO, Ciro Marcondes. O capital da notícia. 2ed. SP: Ática. 1989.

_____. Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos. SP: Hacker, 2000.

FONTES, José Raimundo. A Bahia de todos os trabalhadores: classe, operária e política (1930-1942). Tese (Dissertação de Doutorado) - FLCH /USP. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1997.

GALDENZI, Maria Cândida. Memórias de Dona Maria: em três capítulos e um Epílogo. Salvador: Omar G. 2000.

GHIRALDELLI JR, Paulo. Introdução à educação escolar brasileira: história, política e filosofia da educação [versão prévia]. [S.l.]: [s.n]. 2001. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/Educadores/Artigos-Edu-Bra.pdf>. Acessado em 06/01/2006.

GUEIROS, José Alberto. O último tenente. 3ed. Rio de Janeiro: Record. 1996.

HILTON, Stanley. O Brasil e a crise internacional (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário. In: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, Jackson de Figueiredo 1891/1928: bibliografia e estudos críticos. Salvador, 1999.

SOMBRA, Luiz Henrique; GUERRA, Luiz Felipe Hirtz. Imagens do Sigma. Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

LAGE, Nilson. Estrutura da Notícia. Série Princípios. São Paulo: Ática, 5ª, 1999.

_____. Linguagem Jornalística. Série Princípios. São Paulo: Ática, 6ª, 1996.

_____. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

LAVINE, Robert. O Regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LINS, Wilson. Aprendizagem do absurdo: uma casa após outra; memórias. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/ EGBA, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mari (org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). História das Mulheres no Brasil.. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MAGALHÃES, Juracy. Minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC. Coord. ABREU, Alzira Alves de; VASCONCELOS, Eduardo Raposo; FARAH, Paulo César. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino, cap. 5, p. 369-371. In: Novais A. Fernando (org.). História da vida privada no Brasil, v. 3. São Paulo: Cia. das Letras. 1998, 724 p.

MELLO, Lúcia Guedes. Sobradão. Salvador: Omar G. 2002.

NOGUEIRA, Rubem. O homem e o muro (memórias políticas e outras). São Paulo: GRD. 1997.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Perante o tribunal da história: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Tese (Dissertação de Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2004.

ORLANDI, Eni. Análise de Dcurso: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes. 2000.

PARENTE, Jocênio Camelo. Anauê - os camisas-verdes no poder. Fortaleza: EUFC. 1999, 205p.

PASSOS, Elizete. A educação das virgens – um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Salvador: Universitária Santa Úrsula, 1995.

PEIXOTO JR., José Carlos. A ascensão do nazismo pela óptica do diário de notícias da Bahia (1935-1941): Um estudo de caso. Tese (Dissertação de Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2003.

MENDES, Sandra Regina. e Souza, Albione. Anauê: a onda verde do integralismo: Revista Cidades em Foco: informação e cidadania, ano I, n.11, out. 2002.

Encarte Especial Wilson Lins. In:Revista da Bahia. Salvador, set./nov de 1989.

ROMANELLI. Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). Rio de Janeiro: Vozes. 1980, 267p.

ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. SP. Brasiliense, 5ª ed. 1980.

SALGADO, Plínio. A mulher no século XX. São Paulo: Guanumby. 1949, 151p.

SAMPAIO, Consuelo Novaes. Poder & representação: O legislativo da Bahia na segunda república (1930-1937). Salvador: Universidade Federal da Bahia/Assembléia Legislativa da Bahia.1985.

_____. Consuelo Novais. A Bahia na II Guerra Mundial. Pg.136..In: Revista da Academia de Letras da Bahia.nº42, março/1946;p.135-155.

SANTOS, José Welinton Aragão dos. Formação da grande imprensa na Bahia. Tese. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: Universidade Federal da Bahia. 1985.

SERRA, Sônia. O Momento: história de um jornal militante. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (História Social), FFCH-UFBA, Salvador, 1987.

SILVA, Giselda Brito da. A política cultural das mulheres integralistas entre as mulheres pobres e trabalhadoras do estado de Pernambuco. In: CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. Recife: UFPE, n.21, pg.04, 2003.

SILVA, Carla Luciana. Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, P.26. In: OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Perante o tribunal da história: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Tese (Dissertação de Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2004.p.48.

SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: PUPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie (Org.). Mulher, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará /FAPERJ, 2001.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. História da Bahia. Ed. 10. Salvador: Edufba/Unesp., 2001, 542p.

TOURINHO, João Carlos Dantas. Curso Pedro Calmon - correntes políticas na Bahia. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, v.93, 1997, p.45-60.

TRINDADE, Héglio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. (Col. Corpo e Alma do Brasil). São Paulo: Difel, 1974. 379 p.

_____. Héglio. O Integralismo e a imprensa doutrinária no Rio Grande do Sul (1934-1937). In: *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. TRINDADE, Héglio (org.). Porto Alegre: L&PM, 1980.

_____. Héglio. Plínio Salgado e a revolução de 30: antecedentes. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.66, RJ, UFMG-BH, 1988.

VASCONCELOS, Gilberto. Ideologia curupira: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense. 1979, 207p.

VAZQUEZ, Petilda Serva. Intervalo democrático e sindicalismo – Bahia 1942-1947. Tese (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986.

VIEIRA, Oldegar Franco. Vocações da Bahia. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1974.

ANEXOS

Tabela

Tabela de delegados da Ação Integralista Brasileira registrados no Tribunal Regional Eleitoral no período de 23/12/1935 a 08/01/1936⁴⁵

MUNICÍPIO	DELEGADO
Afonso Pena	Gilberto da Silva Ribeiro
Areia	José Castro
Barra	Carlos Simões
Barracão	Luis de Souza Pitangueira
Belmonte	Paulo Paternostro
Bomfim	Jovino do Prado Pereira
Cachoeira	Joaquim Falcão
Castro Alves	Renato Bellazi
Catú	José Araújo Lima
Conceição de Feira	Pedro Pinheiro de Carvalho
Conceição do Coité	José Ferreira Filho
Conde	Pedro Lima Carvalho
Conquista	Ivan Dantas Freire
Cumbe	José Camerino Abreu
Djalma Dutra	Antonio Silva Fonseca
Feira de Santana	Jobelino Rogério Pitombo
Ilheós	Gustavo Fonseca
Inhambupe	Permínio Bacelar Filho
Itaberaba	José Santos Serra
Itabuna	Nelson Oliveira
Jaguaquara	José Ramos Ferreira
Jandaíra	Francisco fontes de Faria
Jequié	Fernando Humberto de Souza
Jequiriçá	Italino Vita
Joazeiro	Dimas Rodrigues Madeira
Maragogipe	Nestor Fernandes Távora
Lençóis	Manoel Messias Pereira
Matta	Odilon Guanaes Mineiro
Mucugê	Manoel Gomes Landulpho
Muritiba	Martim Santiago de Souza
Mutuípe	Antonio Rodrigues Nascimento
Nazareth	Ayres Duarte Muniz
Palmeiras	João Souto Soares
Poções	Antonio Agripino Silva Borges

⁴⁵ Livro de Registro de Delegados e Representantes de Partido. Tribunal Regional Eleitoral (17/03/1933 - 07/08/1937). APEB, Seção: Legislativa.

Pombal	Manoel Soares da Fonseca
Prado	Almiro Prado
Queimadas	Ostiano Santos Martins
Riachão do Jacuípe	João Martins Filho
Ruy Barbosa	Leônidas Gomes Azevedo
Rio Novo	Edson de Mello Cabral
Santa Inez	Gervásio da Rocha
Santa Luzia	Elísio da Silva Brandão
Santarém	André Zeferino dos Santos
Santo Amaro	Eduardo Cerqueira Bião
São Félix	Theodomiro Gesteira
São Miguel	Oswaldo Jacobina Vieira
Serrinha	Bráulio de Lima
Tucano	Demóstenes Martins
Valença	Fernando Moura
Alcobaça	Desudedit Codeiro
Amargosa	Joviniano Almeida de Oliveira
Brejões	João Azevedo Magalhães
Camamú	Ademaro Sólton de Moraes
Campo Formoso	Antonio Reis Sobrinho
Cruz das Almas	Fernando Pinheiro
Curaçá	Dirceu Possidio Coelho
Entre Rios	Joaquim João da Silva
Itambé	Jorge Heine
Itaúba	Ademir Simões
Pojuca	Oswaldo Dutra
Santo Antonio	Estanislau D'Aquino Cunha
São Felipe	João Eliseu Mello
Monte Santo	Luiz Gonzaga Cardoso
Irecê	Oswaldo Pereira Dourado
Paramirim	Francisco Queiroz Mattos
Alagoinhas	Salomão Antonio de Barros
Boa Nova	Francisco Marinho Oliveira

Edições de *O Imparcial*

O Imparcial, edição n.721, 29 jul. 1933
O Imparcial, edição n.722, 30 jul. 1933
O Imparcial, edição n.742, 24 ago. 1933
O Imparcial, edição n.743, 25 ago. 1933
O Imparcial, edição n.830, 28 nov. 1933

O Imparcial, edição n.981, 20 mai. 1934
O Imparcial, edição n.999, 08 jul. 1934
O Imparcial, edição n.1003, 12 jul. 1934
O Imparcial, edição n.1056, 04 ago.1934
O Imparcial, edição n.1115, 05 mai.1934
O Imparcial, edição n.1120, 10 out. 1934
O Imparcial, edição n.1138, 28 out. 1934
O Imparcial, edição n.1140, 30 out. 1934
O Imparcial, edição n.1183, 12 dez. 1934

O Imparcial, edição n.1203, 15 jan. 1935
O Imparcial, edição n.1229, 29 jan.. 1935
O Imparcial, edição n.1246, 15 fev. 1935
O Imparcial, edição n. 1320, 04 mai.1935
O Imparcial, edição n. 1322, 06 mai.1935
O Imparcial, edição n.1327, 11 mai. 1935
O Imparcial, edição n. 1328, 12 mai. 1935
O Imparcial, edição n.1412, 14 nov. 1935

O Imparcial, edição n. 1660, 14 abr. 1936
O Imparcial, edição n. 1664,18 abr. 1936
O Imparcial, edição n. 1665, 19 abr. 1936
O Imparcial, edição n. 1670, 24 abr. 1936
O Imparcial, edição n.1671, 25 abr. 1936
O Imparcial, edição n.1672, 26 abr. 1936
O Imparcial, edição n.1676, 30 abr. 1936

O Imparcial, edição n.1677, 01 mai. 1936
O Imparcial, edição n.1679, 03 mai. 1936
O Imparcial, edição n. 1683, 07 mai. 1936
O Imparcial, edição n. 1686, 10 mai.1936
O Imparcial, edição n. 1687, 11 mai. 1936
O Imparcial, edição n. 1691, 14 mai.1936
O Imparcial, edição n. 1693, 17 mai.1936
O Imparcial, edição n. 1697, 21 mai. 1936
O Imparcial, edição n. 1699, 23 mai. 1936
O Imparcial, edição n. 1704, 28 mai.1936
O Imparcial, edição n.1707, 31 mai. 1936

O Imparcial, edição n.1710, 03 jun. 1936.
O Imparcial, edição n.1713, 06 jun. 1936
O Imparcial, edição n.1714, 07 jun. 1936
O Imparcial, edição n. 1715, 08 jun. 1936
O Imparcial, edição n. 1716, 09 jun.1936
O Imparcial, edição n.1720, 13 jun. 1936
O Imparcial, edição n.1721, 14 jun. 1936
O Imparcial, edição n. 1723, 16 jun. 1936
O Imparcial, edição n. 1727, 20 jun. 1936
O Imparcial, edição n. 1732, 26 jun.1936
O Imparcial, edição n. 1733, 27 jun.1936
O Imparcial, edição n.1734, 28 jun. 1936

O Imparcial, edição n.1737, 01jul. 1936
O Imparcial, edição n. 1739, 03jul.1936
O Imparcial, edição n.1742, 06jul. 1936
O Imparcial, edição n.1743, 08jul. 1936
O Imparcial, edição n. 1744, 09 jul.1936
O Imparcial, edição n. 1748, 12jul. 1936
O Imparcial, edição n.1750, 14jul. 1936
O Imparcial, edição n. 1753,16 jul. 1936
O Imparcial, edição n. 1754, 17 jul.1936
O Imparcial, edição n. 1755, 18jul. 1936
O Imparcial, edição n.1758, 22jul. 1936
O Imparcial, edição n1760 24jul. 1936
O Imparcial, edição n. 1767, 28 jul. 1936
O Imparcial, edição n. 1765, 29jul. 1936
O Imparcial, edição n. 1766, 30jul. 1936

O Imparcial, edição n.1768 , 01 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1769, 02 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1771, 04 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1773, 06 ago.1936
O Imparcial, edição n. 1774, 07 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1775, 08 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1777, 10 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1779, 12 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1781, 14 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1782, 15 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1783, 16 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1785, 18 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1787, 20 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1792, 25 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1794, 27 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1795, 28 ago. 1936
O Imparcial, edição n. 1796, 29 ago. 1936

O Imparcial, edição n.1799, 01 set. 1936

O Imparcial, edição n.1801, 03 set. 1936
O Imparcial, edição n.1802, 04 set. 1936
O Imparcial, edição n.1803, 05 set. 1936
O Imparcial, edição n.1809, 11 set. 1936
O Imparcial, edição n.1810, 12 set. 1936
O Imparcial, edição n.1812, 14 set. 1936
O Imparcial, edição n.1813, 15 set. 1936
O Imparcial, edição n.1815, 17 set. 1936
O Imparcial, edição n.1816, 18 set. 1936
O Imparcial, edição n.1867, 19 set. 1936
O Imparcial, edição n.1820, 22 set. 1936
O Imparcial, edição n.1821, 23 set. 1936
O Imparcial, edição n.1822, 24 set. 1936
O Imparcial, edição n.1823, 25 set. 1936
O Imparcial, edição n.1824, 26 set. 1936
O Imparcial, edição n.1825, 27 set. 1936
O Imparcial, edição n.1827, 29 set. 1936

O Imparcial, edição n.1835, 07 out. 1936
O Imparcial, edição n.1837, 09 out. 1936
O Imparcial, edição n.,1838, 10 out 1936
O Imparcial, edição n.1839, 11 out. 1936
O Imparcial, edição n.1840, 12 out. 1936
O Imparcial, edição n.1841, 13 out. 1936
O Imparcial, edição n.,1843, 15 out.1936
O Imparcial, edição n.1846, 18 out. 1936
O Imparcial, edição n.,1852, 24 out.1936
O Imparcial, edição n.1856, 28 out. 1936
O Imparcial, edição n.1857, 29 out. 1936.
O Imparcial, edição n.1863, 04nov. 1936
O Imparcial, edição n.1866, 07 nov. 1936
O Imparcial, edição n.1869, 10 nov. 1936
O Imparcial, edição n.1876, 17 nov. 1936
O Imparcial, edição n.1879, 20 nov. 1936
O Imparcial, edição n.1880, 21 nov. 1936
O Imparcial, edição n.1885, 26 nov. 1936
O Imparcial, edição n.1886, 27 nov. 1936

O Imparcial, edição n.1901, 12 dez. 1936
O Imparcial, edição n.1912, 23 dez. 1936
O Imparcial, edição n.1913, 24 dez. 1936

O Imparcial, edição n.1920 , 01 jan.1937
O Imparcial, edição n.1923, 05 jan. 1937
O Imparcial, edição n.1928 , 10 jan 1937
O Imparcial, edição n.1942, 24 jan. 1937
O Imparcial, edição n.1948, 30 jan. 1937

O Imparcial, edição n.1951 , 02 fev.1937
O Imparcial, edição n.1953, 04 fev. 1937
O Imparcial, edição n.1965 , 18 fev.1937

O Imparcial, edição n.1988 , 13 mar.1937
O Imparcial, edição n.1989, 14 mar. 1937
O Imparcial, edição n.1995, 20 mar. 1937
O Imparcial, edição n.2005 , 28 mar 1937

O Imparcial, edição n. 2007 , 02 abr. 1937
O Imparcial, edição n.2008, 03 abr. 1937
O Imparcial, edição n.2013, 08 abr. 1937
O Imparcial, edição n. 2017, 12 abr. 1937
O Imparcial, edição n. 2019, 14 abr. 1937
O Imparcial, edição n.2031, 26 abr. 1937
O Imparcial, edição n.2033, 28 abr. 1937
O Imparcial, edição n. 2034, 29 abr. 1937

O Imparcial, edição n.2037, 02 mai. 1937
O Imparcial, edição n.2044, 09 mai. 1937
O Imparcial, edição n.2046, 11 mai. 1937
O Imparcial, edição n.2049, 14 mai. 1937
O Imparcial, edição n.2053 18 mai. 1937

O Imparcial, edição n.2079, 13 jun. 1937
O Imparcial, edição n.2088, 22 jun. 1937
O Imparcial, edição n.2091, 26 jun. 1937
O Imparcial, edição n.2095, 30 jun. 1937
O Imparcial, edição n.2096, 01 jul. 1937
O Imparcial, edição n.2098, 03 jul. 1937
O Imparcial, edição n.2099, 04 jul. 1937
O Imparcial, edição n.2103, 08 jul. 1937
O Imparcial, edição n.2106, 10 jul. 1937
O Imparcial, edição n.2106, 11 jul. 1937
O Imparcial, edição n.2108, 13 jul. 1937
O Imparcial, edição n.2109, 14 jul. 1937

O Imparcial, edição n. 2133, 07 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2134, 08 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2136, 10 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2140, 14 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2141, 15 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2147, 21 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2148, 22 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2121, 25 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2152, 26 ago. 1937
O Imparcial, edição n.2153, 27 ago. 1937

O Imparcial, edição n. 2161, 04 set. 1937
O Imparcial, edição n. 2162, 05 set. 1937

O Imparcial, edição n. 2165, 08 set. 1937
O Imparcial, edição n. 2172, 15 set. 1937
O Imparcial, edição n. 2182, 26 set. 1937
O Imparcial, edição n. 2185, 29 set. 1937

O Imparcial, edição n. 2191, 04 out. 1937
O Imparcial, edição n. 2199, 12 out. 1937
O Imparcial, edição n. 2202, 15 out. 1937
O Imparcial, edição n. 2209, 22 out. 1937
O Imparcial, edição n. 2213, 26 out. 1937
O Imparcial, edição n. 2217, 30 out. 1937

O Imparcial, edição n.2224, 06 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2229 , 11 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2230, 12 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2231, 13 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2232, 14 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2233, 15 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2238, 20 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2240, 22 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2242, 24 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2243, 25 nov. 1937
O Imparcial, edição n.2245, 27 nov.1937
O Imparcial, edição n.2246, 28 nov. 1937
O Imparcial, edição n. 2248, 30 nov.1937

O Imparcial, edição n.2252, 04 dez. 1937
O Imparcial, edição n.2253, 05 dez. 1937
O Imparcial, edição n.2256, 08 dez. 1937
O Imparcial, edição n.2257, 09 dez. 1937
O Imparcial, edição n.2267, 19 dez. 1937
O Imparcial, edição n.2274, 27 dez. 1937

O Imparcial, edição n.2260, 12 dez. 1937
O Imparcial, edição n.2261, 13 dez. 1937
O Imparcial, edição n.2264, 15 dez. 1937
O Imparcial, edição n.2265, 16 dez. 1937

O Imparcial, edição n.4105, 16 out.. 1943
O Imparcial, edição n.4135, 16 dez. 1943

Documentos

Livro de Actas da Diretoria da Associação Bahiana de Imprensa. Período (1930- 1934), pg. 46v. e 47. Biblioteca da Associação Bahiana de Imprensa.

Livro de Registro de Delegados e Representantes de Partido. Tribunal Regional Eleitoral (17/03/1933 - 07/08/1937). APEB, Seção: Legislativa.

“Discurso proferido pelo Snr. Deputado Alfredo Amorim, em sessões de 7 de Agosto de 1937”. In: Série:Discursos; local: Salvador, livro 978, ano: 1937. Seção Legislativa, APEB.

Livro de Registro, ano: 1935, n.1403, Livro Cartório:152, pg. 72v. Seção Judiciária, APEB.